

Diário do Legislativo de 10/01/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 161ª Reunião Especial - Seminário Legislativo sobre Voluntariado

1.2 - 162ª Reunião Especial - Seminário Legislativo sobre Voluntariado

1.3 - 162ª Reunião Especial - Seminário Legislativo sobre Voluntariado

2 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

ATAS

ATA DA 161ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 3/12/2001

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Elias Nahas - Palavras do Secretário Fernando Almeida Alves - Palavras do Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa - Palavras do Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - Palavras do Sr. Demóstenes Romano Filho - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Wanderley Ávila - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Bilac Pinto - Geraldo Rezende - Ivair Nogueira - Luiz Fernando Faria - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Bilac Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Elias Nahas, Secretário de Estado do Trabalho, Assistência Social da Criança e do Adolescente; Fernando Almeida Alves, Secretário Municipal dos Direitos da Cidadania, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, em exercício, Sr. Fernando Pimental; Antônio Carlos Gomes da Costa, Diretor-Presidente da Modus Faciendi; Marcelo Abrantes Linguitte, Gerente de Relações Empresariais do Instituto Ethos; e Demóstenes Romano Filho, articulador da Central do Voluntariado de Minas Gerais.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Seminário Legislativo sobre Voluntariado. Nesta manhã, será discutido o tema "O Voluntariado como Ação Transformadora nas Diversas Dimensões Humanas"

Palavras do Sr. Presidente

Comemora-se, depois de amanhã, 5 de dezembro, o Dia Internacional do Voluntariado, data que mobiliza sentimentos e atitudes de humanismo, compreensão e fraternidade. É, pois, em momento oportuno que nos reunimos aqui para debater as questões ligadas ao trabalho voluntário, numa iniciativa que se insere na programação do Ano Internacional do Voluntariado.

Sabemos que o trabalho voluntário se fundamenta, antes de tudo, na vontade de cooperar e de ser solidário, em benefício de grupos de pessoas ou de comunidades que necessitam de alguma forma de ajuda. Esse tipo de trabalho ou de atitude perante a vida sempre existiu, em todas as culturas e civilizações. Mas, nas últimas décadas, vem adquirindo consistência e contornos mais definidos, constituindo-se numa instância de atuação com características próprias, ganhando reconhecimento e espaço cada vez maiores na sociedade.

O crescimento do trabalho voluntário e das entidades dedicadas a ele decorre, em boa parte, da incapacidade dos modelos atuais de desenvolvimento de promover a inclusão social de expressiva parcela da população. Governos e iniciativa privada se mostram ineficientes para conciliar desenvolvimento econômico com justiça social, resultando de suas políticas e de suas práticas um enorme desequilíbrio entre as camadas mais ricas e as mais pobres.

Nesse contexto, pessoas e entidades vinculadas ao desenvolvimento social se vêm destacando pela capacidade de articular, organizar e implantar ações concretas no âmbito público não estatal, contribuindo para minimizar as mazelas sociais - presentes nas áreas de saúde, educação, saneamento, moradia, meio ambiente, direitos humanos, entre outras - e criando formas de sociabilidade, não monitoradas pelas políticas governamentais nem pela lógica capitalista do lucro.

É como fruto desse trabalho que verificamos, por exemplo, os resultados de projetos humanitários voltados para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, de populações carentes, idosos, doentes, presidiários, pessoas portadoras de deficiência, assim como para a formação de uma consciência ecológica e para a construção da cidadania.

Presente em todas essas ações, o voluntariado vem ganhando apoio também no âmbito do Estado, seja por meio de programas na área do desenvolvimento social, seja pela instituição de parcerias com organizações não governamentais, seja pela liberação de recursos, seja pela desoneração fiscal de tais organizações.

O trabalho voluntário vem ainda conquistando espaço dentro das empresas, principalmente em projetos vinculados à assistência social, à preservação do meio ambiente e à melhoria das condições internas de trabalho, num contexto em que a responsabilidade social, o cuidado com os recursos naturais e a conduta ética vêm sendo considerados cada vez mais pelos consumidores, na hora de escolher um produto ou serviço.

Apesar dos avanços alcançados, tanto em relação às áreas de atuação quanto em número de entidades e de pessoas adeptas à causa, o voluntariado no Brasil ainda enfrenta muitas carências e dificuldades, que se manifestam, por exemplo, pela escassez de recursos financeiros, pelas deficiências de estruturas física e administrativa, pelos problemas de gerenciamento, pela burocracia dos programas e órgãos governamentais, pela ausência de mecanismos legais de incentivo e garantias ao setor.

O objetivo deste seminário é debater esses e outros aspectos que compõem a realidade do trabalho voluntário no Brasil, especialmente em Minas Gerais, buscando sugestões e propostas para que ele se fortaleça, como movimento capaz de nos tornar mais solidários e mais atuantes na correção dos desequilíbrios sociais.

De sua parte, a Assembléia Legislativa procura exercer o papel de mediadora entre os diversos segmentos envolvidos com o trabalho voluntário, abrindo espaço para as discussões e ações que se fizerem necessárias nesse campo. Foi com esse intuito, a propósito, que a Casa promoveu, no mês de maio deste ano, o Fórum Alternativas para o Desenvolvimento Social - Captação de Recursos e publicou, posteriormente, uma cartilha contendo uma síntese das exposições do evento, especialmente no que se refere a fontes e formas de captação de recursos; deduções legais para contribuições destinadas a programas culturais e de promoção dos direitos da criança e do adolescente; e elaboração de projetos na área social.

Sobre os resultados deste seminário, é oportuno lembrar que as propostas aqui apresentadas e discutidas comporão um documento final, que irá subsidiar ações dos Poderes Legislativo e Executivo e de pessoas e instituições ligadas ao trabalho voluntário.

Gostaria de agradecer aos expositores, aos debatedores e aos demais participantes deste evento e a todos os que colaboraram para sua realização. Faço um agradecimento especial às pessoas e às entidades que, em sucessivas reuniões, discussões, levantamento de propostas e subsídios, tiveram um papel fundamental na concepção e na organização do seminário.

Com esta iniciativa, e imbuídos do espírito solidário, certamente estamos todos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras do Secretário Elias Nahas

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Vice-Presidente desta Casa, neste momento presidindo a sessão e representando o Presidente, Deputado Antônio Júlio; Sr. Secretário Municipal dos Direitos de Cidadania, Fernando Almeida Alves, representando o Prefeito em exercício, Dr. Fernando Pimentel; Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa, Diretor-Presidente da Modus Faciendi; Sr. Marcelo Abrantes Linguette, Gerente de Relações Empresariais do Instituto Ethos; Sr. Demóstenes Romano, antigo conhecido e articulador da Central do Voluntariado de Minas Gerais; senhoras e senhores, muito bom-dia. Apesar do tempo que me concede o Presidente, só farei uso de 2 minutos, porque o que quero é apenas parabenizar a Assembléia Legislativa pela iniciativa.

Em nossa Secretaria, fizemos um trabalho em maio deste ano, para despertar atenção para o trabalho voluntariado. Para nossa surpresa e felicidade, constatamos a existência de grande número de pessoas que se dispõem a realizar trabalhos voluntários. Disponibilizamos um Serviço Disque 0800, pelo qual recebemos centenas e centenas de ligações de pessoas que gostariam de prestar um trabalho voluntário, mas não sabiam como isso poderia ser feito. Isso provou que aquela célebre frase do escritor Oto Lara Resende; "O mineiro só é solidário no câncer", é uma grande mentira; nós, mineiros, somos muito solidários e estamos sempre dispostos a fazer alguma coisa em prol do bem comum e das pessoas necessitadas.

Assim, gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa pela importante iniciativa, que, tenho certeza, trará grandes frutos. Tivemos a oportunidade de participar das reuniões preparatórias e, em nossa Secretaria, estaremos à inteira disposição para colaborar em tudo o que for possível para que essa campanha seja de fato um sucesso, e estou certo que o será. Muito obrigado.

Prezado Deputado Alberto Pinto Coelho, quero saudá-lo em nome do Prefeito em exercício, Fernando Pimentel; Secretário do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente, Dr. Elias Nahas; Diretor-Presidente da Modus Faciendi, Antônio Carlos Gomes da Costa; Gerente de Relações Empresariais do Instituto Ethos, Marcelo Abrantes Linguitte; articulador da Central do Voluntariado de Minas Gerais, Demóstenes Romano, nosso companheiro em Belo Horizonte, onde desenvolve um importante trabalho de qualidade e credibilidade; senhoras e senhores, quero fazer apenas dois registros.

Em primeiro lugar, o conceito de voluntariado, hoje, guarda uma diferença das tradicionais práticas de solidariedade. A solidariedade não é novidade para nosso povo ou no pensamento humano, nas práticas de ajuda de uns aos outros diante das mazelas sociais. O que há de novidade no conceito que surge com a ação voluntária é quanto traz de correspondência na construção da nova cidadania e no desenvolvimento das forças de responsabilidade social.

Isso nos leva ao segundo registro, que é o reconhecimento deste evento promovido pela Assembléia Legislativa, assinalando uma série de eventos ocorridos em nosso Estado e em nossa Capital ao longo de todo este ano, em um movimento que encontra correspondência não só na idéia de uma ação de cidadania de indivíduos, homens e mulheres, mas também no desenvolvimento de uma cidadania corporativa. Essa idéia do voluntariado, conduzida pela força da cidadania, sai do campo da ação voluntária como expressão de um golpe emocional, para ser expressão de um modo sistematizado e organizado com que homens, mulheres, empresas e instituições se unem para a melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade. Se o Estado pode fazer muito, não pode fazer tudo; se as empresas podem fazer muito, não podem fazer tudo; e se o terceiro setor tem contribuído muito ao longo da história contemporânea, também carrega consigo dependências, sobretudo financeiras, ora do Estado, ora do setor privado. Portanto, o que inauguramos com este evento é a reafirmação de que, de modo sistematizado, organizado e integrado, constituindo uma grande rede de cidadania, todos, de mãos dadas, poderão se tornar um novo povo e um novo país, onde autonomia, independência e direitos de cidadania se conjuguem. Receba, Deputado, o abraço da Prefeitura de Belo Horizonte, na certeza de nossa disposição em estarmos integrados nessa força de cidadania que se representa na manhã de hoje. Obrigado.

Palavras do Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa

Exmos. Srs. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Secretário do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente de Minas Gerais, Elias Nahas; Secretário Municipal dos Direitos de Cidadania, Fernando Almeida Alves, representando o Prefeito em exercício, Fernando Pimentel; Gerente de Relações Empresariais do Instituto Ethos, Marcelo Abrantes Linguitte; e meu amigo, pessoa por quem tenho grande admiração, Demóstenes Romano, articulador da Central do Voluntariado de Minas Gerais, um dos grandes ativistas e incentivadores da causa do voluntariado em nosso Estado.

As Nações Unidas proclamaram 2001, o primeiro ano de um novo século e de um novo milênio, como o Ano Internacional do Voluntariado. Essa decisão precisa ser lida e compreendida, porque joga luz sobre um momento como este que estamos vivendo nesta Casa. Desde 1975, com o Ano Internacional da Mulher, as Nações Unidas vêm lançando luzes sobre a pessoa humana, sobre os direitos humanos. Se olharmos a evolução do sistema das Nações Unidas, veremos que sua primeira ênfase, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi a autodeterminação dos povos. Ou seja, preocupavam-se com as populações que ainda estavam sob regime colonial; e tivemos um grande período de descolonização no mundo, após a Segunda Guerra. O segundo movimento da família das Nações Unidas foi, com a instalação da Guerra Fria, o tema da não-proliferação das armas nucleares e da segurança coletiva, depois de Hiroshima e Nagasaki. Na segunda metade da década de 50 e durante a década de 60, a família das Nações Unidas se voltou para a questão do desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento econômico. Em 1972, com a Conferência de Estocolmo, sobre o meio ambiente, a questão ambiental entrou na agenda das Nações Unidas.

Até aí, vemos temas de grande abrangência, relativos à coletividade e às nações. O tema da pessoa, do indivíduo, ainda não estava bem agendado na ordem internacional, no direito internacional. Isso passa a ocorrer em 1975, no México, com o Ano Internacional da Mulher. Pela primeira vez, na celebração de um grande evento das Nações Unidas, não estavam presentes apenas delegações governamentais, mas também delegações da sociedade civil das nações representadas. Então, inicia-se um movimento em que as organizações não governamentais e a sociedade civil organizada adentram o cenário da ordem internacional.

Depois, em 1979, tivemos o Ano Internacional da Criança, o Ano Internacional da Juventude, o Ano Internacional do Idoso, o Ano Internacional da Família, todos eles sinalizando a importância da pessoa humana, aquilo que Norberto (...) chamou de "erupção da pessoa humana na superfície do direito internacional". A década de 90 foi marcada por uma série de eventos para fechar o século XX e abrir o século XXI. Esses eventos, grandes conferências mundiais, foram procurando o grande esforço de colocar o ser humano em uma condição de centralidade nos processos de desenvolvimento.

Primeiramente, começamos pela criança. Em 20/11/89, foi aprovada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da qual o Estatuto da Criança e do Adolescente e o art. 227, da Constituição Federal são o reflexo na legislação brasileira. Depois, em setembro de 1990, tivemos a primeira conferência de cúpula sobre os direitos da criança, estando 70 chefes de Estado e de Governo presentes. O Presidente do Brasil, Fernando Collor, falou em nome dos países do continente americano. Houve apenas quatro oradores. Por que isso? Porque o Brasil havia colocado a letra e o espírito da Convenção no art. 227 da Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda em 1990, tivemos a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em (...), na Tailândia. Em 1992, tivemos a grande conferência mundial sobre o meio ambiente, a Rio-92, em que foi introduzido na ordem internacional o conceito de desenvolvimento sustentável, com grande ampliação no universo da questão ambiental. Em 1993, tivemos o Congresso Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em que foi reafirmado, mais uma vez, que o que ocorre com as pessoas dentro de um país é mais importante que os indicadores econômicos. Isso foi de grande importância para as nações. Foi consagrado ali o índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, desenvolvido pelo PINUD, no início da década. Ele foi considerado o grande marco, a grande medida para se mensurar o progresso de um país. Por exemplo, o Brasil é a 11ª economia do mundo, mas, quando é medido sob o metro do desenvolvimento humano, ocupamos a 69ª posição. Esta distância entre 10 e 69 é o que separa o nosso desenvolvimento econômico do nosso desenvolvimento humano. Em 1994, tivemos, no Cairo, a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, em que, mais uma vez, o ser humano foi colocado em primeiro lugar. Em uma decisão histórica, considerou-se que nenhum Estado, nenhum Governo, em nome de políticas públicas de controle demográfico, podem interferir no corpo do homem ou da mulher sem o consentimento destes. Ainda em 1994, tivemos o Ano Internacional das Famílias, que, paradoxalmente, foi muito pouco comemorado no Brasil. Esta é uma das grandes inquietações: não percebermos a família como base das políticas públicas sociais. Trabalhamos com o idoso, com as crianças, o adolescente, o jovem, o drogadito, o infrator, todos "per si", sem perceber que essas pessoas não existem individualmente. Elas são parte de uma família. O Brasil tem 160 milhões de habitantes. Uma outra forma de dizer isso é que o nosso País possui 32 milhões de famílias.

Em 1995, tivemos a Conferência de Copenhague, sobre o desenvolvimento social. Ela foi fundamental porque ali surgiu um conceito que o mundo não tem valorizado. Se existe uma globalização econômica, deve existir, também, uma globalização social. Se existe uma política econômica mundial da OMC, deve existir, também, uma política econômica mundial e, talvez, o fórum de Porto Alegre seja a reivindicação dessa dimensão social da globalização, fazendo o contraponto com o fórum de Davos, na Suíça.

Em 1996, tivemos em Istambul a conferência sobre os assentamentos humanos e, em 1997, uma conferência, em Roma, sobre a fome, sendo mais noticiada a audiência de Fidel Castro com o Papa do que o que, realmente, aconteceu no plenário da conferência.

Em todas essas conferências, houve declarações ético-políticas e planos de ação no final. As declarações ético-políticas conclamaram a

humanidade para um tempo novo, e os planos de ação estavam na dimensão pragmática, indicando uma nova possibilidade de ação. O que vemos? Pela primeira vez, na década de 90, as convocatórias das declarações da ONU mudam. Elas são dirigidas aos governos, aos organismos internacionais. Isso não é novidade. Foi sempre assim, desde a criação da ONU. São introduzidas duas mudanças: as convocações são, também, dirigidas às organizações sociais e aos indivíduos. A ONU convoca os indivíduos para agir em favor das suas declarações, dos seus propósitos ético-políticos. Sobre este Ano Internacional do Voluntariado, certamente, ao final do ano, ao encerrá-lo, a assembleia geral da ONU criará a década sobre o tema, como é tradição de cada ano internacional. Então, teremos uma década de voluntariado, quando deveremos pensar o papel da pessoa em tudo isso.

Queria ressaltar duas dimensões. Devemos sair da idéia de promoção, de "marketing" do voluntariado e partir para uma idéia de uma década de voluntariado sustentável, de um esforço sustentável nessa direção, segundo o novo paradigma que o Deputado Alberto Pinto Coelho salientou tão bem em sua fala, o paradigma de que o Instituto Ethos tem sido um grande evangelizador, o paradigma de um voluntariado de um tipo novo, de um salto qualitativo no voluntariado, como salientou o Secretário Municipal de Direitos Humanos. Queremos um voluntariado que não seja apenas individual, mas passe também a ser corporativo, passe a ser comunitário e expresse valores, projetando para o ambiente social crenças, valores, princípios coletivos mais amplos.

Então, quando pensamos o voluntariado nesta nova dimensão, temos que salientar duas coisas. Primeiro, o voluntariado relativiza o papel dos atores coletivos. O século XX foi de luta de classes: foram valorizados os partidos, os sindicatos, as organizações, a sociedade civil organizada, mas fala-se de entes, de atores coletivos. O Ano Internacional do Voluntariado nos lembra a importância do indivíduo, dos atores individuais, porque o voluntariado é um ato de vontade. Ele não pode ser induzido pelos dirigentes de uma empresa, não pode ser forçado pelos dirigentes de políticas públicas. Ele é uma decisão que passa no íntimo de uma pessoa, é um posicionamento da pessoa em relação a si mesma, em relação aos outros, em relação ao ambiente em que ela vive, em relação aos valores, ao significado e ao sentido da sua presença no mundo. Então, o voluntariado é uma decisão individual. Sou contra "marketing" e promoção de voluntariado, como se fosse um produto a ser vendido para as pessoas. O voluntariado deve resultar de um processo educativo e refletir uma decisão pessoal.

Temos que tomar dois conceitos fundamentais para um processo educativo, um conceito de pessoa e um conceito de mundo, de sociedade, porque voluntariado é a pessoa agindo nas suas circunstâncias, é a pessoa atuando no seu mundo. Vemos a pessoa como um ser aberto em todas as direções: a pessoa como um ser aberto em relação a si mesmo, buscando transcendência para a vida; a pessoa procurando ser mais. Isso é o impulso, o motivo interior, subjetivo do voluntariado: a pessoa indo ao encontro do outro, indo ao encontro das necessidades, dos problemas, das dificuldades, das soluções, das suas circunstâncias, das outras pessoas. Então, é a pessoa indo ao encontro da outra, procurando levar uma contribuição para a vida de outras pessoas, uma contribuição criativa, construtiva, solidária. É a pessoa relacionando-se com o meio ambiente, com o ambiente natural e humano, procurando construir uma casa melhor, um mundo melhor para o ser humano. É a pessoa se relacionando com a dimensão transcendente da vida, com o significado e o sentido das ações em um marco ético e político.

O Brasil é um país que fez 500 anos sem jamais ter colocado todas as crianças na escola, sem nunca todos os brasileiros terem acesso à saúde, à habitação, aos direitos básicos. Por que isso? Porque o nosso País foi especialista em transformação produtiva sem equidade social. Vemos, ao longo de toda a nossa evolução histórica, todos os ciclos econômicos gerando injustiça e danos ambientais, desde o ciclo do pau-brasil, que destruiu a mata Atlântica, aos ciclos da cana-de-açúcar, do couro, do ouro, do café, da borracha, da indústria, da soja, da EMBRAER, enfim todos os ciclos econômicos. Eles não geram equidade social, desde o ciclo do pau-brasil até o ciclo da indústria aeroespacial, hoje o grande orgulho da economia brasileira.

Então, precisamos de uma ética de co-responsabilidade entre os três setores. O primeiro seria o setor público com fins públicos; o segundo, o setor privado com fins privados; o terceiro, o setor privado com fins públicos, uma organização privada com finalidade pública. Quando pensamos isso, defrontamos com o fato de que essa ética de co-responsabilidade não pode ser instalada nos atores institucionais, nos atores coletivos. A ética de co-responsabilidade, para ser instalada aí, precisa estar, antes, na consciência dos indivíduos. Por isso, propomos e pensamos, no âmbito de uma educação para o voluntariado, pensar o ser humano como um ser aberto em todas as direções e em um conceito de mundo. Como disse Paulo Freire, todo o processo educativo traz embutido, proclamado ou subjacente um conceito de homem, um conceito de mundo.

Terminando, queria falar do conceito de mundo que nos vem do conceito de desenvolvimento humano que as Nações Unidas vêm defendendo e teve, como o seu grande formulador, o indiano Prof. Amartya Sen, que trabalha na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Resumi os princípios do seu livro, que se chama "O Desenvolvimento como Liberdade", em alguns pontos básicos:

- 1 - O universalismo do direito à vida como o mais amplo, o mais básico, o mais profundo e o mais universal dos valores.
- 2 - A equidade: nenhuma vida vale mais do que a outra. E, se olharmos a nosso redor, parece que umas vidas valem muito mais do que as outras.
- 3 - Todo ser humano nasce com potencial e tem o direito de desenvolvê-lo.
- 4 - Para desenvolver seu potencial, as pessoas precisam de oportunidades. E as melhores oportunidades são as educativas.
- 5 - Aquilo em que cada pessoa se torna, ao longo da vida, depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Por isso, além de oferecer oportunidades, é necessário preparar as pessoas para fazer escolhas, o que implica em educação para o voluntariado, em educação para valores, em educação para viver e expressar, na ação, os valores humanos.
- 6 - Cada geração deve à geração seguinte um meio ambiente igual ou melhor do que o que recebeu da geração anterior.
- 7 - É preciso "empoderar" as bases da sociedade. É preciso dotar as pessoas de poder, dotar a comunidade de poder, dotar as organizações de base da sociedade de poder. O melhor caminho para isso são os direitos humanos, civis, políticos, sociais, culturais e ambientais. E o caminho para viver de acordo com uma ordem social instituída é o exercício da cidadania. É o direito de ter direitos e o dever de ter deveres. Para isso é necessário haver transformação produtiva com equidade social vivida de acordo com uma ética de co-responsabilidade entre os três setores, as políticas públicas, o mundo empresarial e as ONGs.

Neste âmbito, vemos o papel do indivíduo saindo de si mesmo, transcendendo-se e caminhando em direção ao outro, em direção ao meio ambiente, em direção a si mesmo.

Encerro esta intervenção dizendo que o voluntariado, como transcendência humana, realiza as pessoas. As pessoas dizem: "Vim aqui para cumprir um dever, e encontrei um prazer." "Pensei que ia só ensinar, e acabei aprendendo muita coisa." "Cresci. Já não sou do mesmo tamanho." "Vim para dar, e acabei recebendo mais do que dei." "Passei a ver a vida com outros olhos. Muitas coisas a que antes não dava importância assumiram um significado novo para mim." Isso acontece quando o voluntariado é um exercício de transcendência.

Entretanto, quando é fruto de "marketing" ou de decisão de pessoas hierarquicamente acima do indivíduo, gera palavras assim: "Gosto porque a empresa permite que você faça isso usando parte do horário de trabalho. É um jeito de sair da rotina." "Inventaram esse negócio de voluntariado lá, na empresa, e pega mal não ir." "Participo porque é na época de Natal; passa logo." "É bom participar, porque é uma chance de mostrar que visto a camisa da empresa." "Eles estão é fazendo 'marketing' com a gente. Não gosto de ser usado, mas emprego está difícil, e não vou me expor." "Claro que vou. Manda quem pode. Obedece quem tem juízo." "Meu negócio é ganhar ponto. Isso dá ponto. Então, estou lá."

Precisamos exercer o voluntariado como educação para o voluntariado e forma de transcendência humana, e não como campanha, como objeto a mais de promoção. Obrigado.

Palavras do Sr. Marcelo Abrantes Linguitte

O Prof. Antônio Carlos deu uma visão ampla sobre a presença do voluntariado e sobre sua finalidade. Gostei muito de sua observação sobre a transcendência de si mesmo. Tentaremos falar sobre como a empresa pode ajudar a contribuir para isso, não podendo ou não contribuindo para que o funcionário "se voluntarie", ou forçando uma situação para que ele não tenha interesse, para que a empresa não crie condições difíceis, como os exemplos que citarei.

O Ethos é uma ONG cuja principal função é mobilizar as empresas para a responsabilidade social. Não fazemos consultoria. Mostramos às empresas quanto é importante agir de forma socialmente responsável. O Ethos conta com cerca de 500 empresas associadas, que passam a conviver conosco nas redes, nas reuniões, nos manuais, etc. Dessas empresas, 900 mil funcionários faturam em torno de R\$255.000.000,00 ou R\$260.000.000,00, o equivalente a 25% ou 26% do PIB brasileiro. O que nos chama a atenção é a importância relativa desse tema para as empresas.

Há alguns anos, a participação social das empresas ficava restrita ao âmbito da filantropia, que é muito importante. Elas devem continuar participando, porque os hiatos sociais são enormes. Mas avanços podem acontecer. Há alguns anos, mal se conhecia o sistema de responsabilidade social. Hoje, as grandes empresas já estão incorporando esse aspecto em seu dia-a-dia, sinal de que as coisas estão mudando. Temos muita satisfação, apesar de reconhecer as dificuldades que enfrentaremos. Também devemos reconhecer que está havendo um avanço significativo em todos os níveis da sociedade.

A responsabilidade social nasce em um contexto que tentaremos pontuar. Convivemos com a globalização, principalmente as pessoas das cidades grandes, envolvidas com empresas e negócios. Ou porque, cada vez mais, convivem com profissionais de outros países, ou porque viajam, ou porque compram produtos e serviços, até quem não tem acesso direto a esse tipo de dinâmica sobre, de certa forma, impacto. As sociedades se globalizam, e as empresas que atuam nesse mercado global saem de seus países de origem e, muitas vezes, vão explorar negativamente outras localidades, com outras culturas, outros valores.

Conforme o Prof. Antônio Carlos afirmou, globalizamos dinheiro, recursos, produtos, serviços, mas ainda não globalizamos benefícios sociais e ambientais. Neste contexto, as empresas assumem um papel diferenciado.

Talvez, hoje, as empresas sejam os principais atores sociais. Isso vem dos recursos, da quantidade de funcionários, de sua capilaridade, da capacidade de causar impacto à sociedade. Esse impacto tanto pode ser positivo quanto negativo.

Perguntei ao Secretário sobre o orçamento do Município de Belo Horizonte, que é de R\$1.500.000.000,00. Se tomarmos como exemplo empresas com faturamento de R\$2.000.000.000,00 de R\$3.000.000.000,00, perceberemos que assumiram uma proporção tamanha, que já não podem se preocupar apenas com suas operações, apenas com seus resultados econômico-financeiros, apenas com seus acionistas. Sua preocupação deve transcender, também, seus interesses. Começamos isso em todos os níveis da organização.

Há algumas semanas, na "Folha de S. Paulo", um articulista comparava os Presidentes das grandes corporações e um estadista. Afirmava que algumas empresas são maiores que Estados inteiros. O faturamento das cinco maiores corporações americanas é equivalente ao PIB brasileiro. O faturamento das dez maiores corporações mundiais é equivalente ao PIB do Brasil, da Argentina, do México, do Chile, do Peru, da Venezuela, da Colômbia e do Uruguai, os maiores países da América Latina. Neste contexto, começamos a pensar qual seria o novo papel das empresas. O que se pode esperar delas? Será que apenas gerar emprego e pagar impostos? O articulista comentou que as empresas assumiram tal proporção, que os Presidentes dessas organizações não deveriam ser apenas executivos; deveriam ser, também, verdadeiros estadistas, preocupados com o bem-estar social, com o impacto da empresa na comunidade, com a relação entre a empresa e os sindicatos, com ONGs, etc.

Se o Presidente George Bush não ratifica o protocolo de Kyoto, é porque existe um interesse de desenvolvimento econômico das empresas, muitas vezes desatrelado do desenvolvimento social. E essa é uma característica nossa. A agenda social fica de um lado, enquanto o desenvolvimento econômico cresce. As empresas têm um papel em tudo isso.

Entramos na questão da responsabilidade social das empresas, que, no fundo, é a empresa poder detectar demandas, interesses e necessidades legítimas de outros atores sociais, de outros parceiros, de outras partes interessadas; é incorporar essas demandas em seu planejamento estratégico, em suas operações diárias, em suas atividades corriqueiras, de forma que outros interesses, não apenas os da empresa, sejam atendidos. A empresa necessita de várias relações bem-sucedidas, para que se mantenha sustentável.

O Prof. Antônio Carlos comentou sobre a sustentabilidade. Como posso ver meus interesses atendidos sem que me comprometa para que as gerações futuras tenham suas necessidades atendidas? Como a empresa pode se incorporar em um contexto em que, segundo a ONU, em 25 anos, de cada três pessoas, duas não terão acesso a água potável, o efeito-estufa continuará a crescer, aproximadamente 60% dos gastos mundiais com saúde estarão sendo direcionados para a AIDS?

A CIA, Agência Americana de Inteligência, tem essa preocupação social porque há uma percepção clara de que, se essa equação econômica e social não for balanceada, haverá grandes convulsões na sociedade, como já está havendo. Essa questão faz parte da vida de todo o mundo, da grande e da pequena empresa. Todas elas, independentemente do tamanho, são convidadas a assumir um papel ativo de transformação social, de transformação de estrutura, de transformação de realidade. E como isso acontece? Desde uma ação social específica em uma creche, em uma entidade, até a preocupação com a contratação de portadores de deficiência física, até a colocação de cláusulas sociais nos contratos de seus fornecedores, de seus prestadores de serviço. É preciso, no mínimo, exigir que seu fornecedor, seu prestador de serviço não utilize mão-de-obra infantil, não polua o meio ambiente. Esta é a ótica da empresa geradora de cultura, disseminadora de uma cultura saudável de desenvolvimento social. É uma atitude estratégica, não apenas uma postura legal ou filantrópica. A empresa pode se enxergar como responsável pelas transformações sociais. Aí entra uma questão fundamental, a ética. Não existe uma empresa socialmente responsável sem base ética. Não adianta a empresa ajudar uma entidade local, uma creche, um asilo, uma escola pública, se paga mal a seus funcionários, se corrompe, se dá propina, se não paga impostos, etc.

Neste final de semana, em um encontro diferente, comentávamos que todo o mundo coloca suas crenças de forma muito positiva. Todos dizem

acreditar em coisas de desenvolvimento, justas, de aspectos sociais importantes. Mas, se todo o mundo acredita em tantas coisas boas, por que a sociedade não muda? Existe um hiato muito grande entre o que dizemos e a nossa prática diária. A ética deve ser a base de suas ações e das ações da empresa. Aí entra uma preocupação com todos os públicos com os quais a empresa interage. Como resultado, obviamente, a empresa recebe benefícios, assim como a sociedade.

É importante percebermos que a responsabilidade social traz benefícios para todos. Temos convivido muito com isso e visto que muitas empresas não se mobilizam porque verdadeiramente acreditam, mas, muitas vezes, porque lhes é conveniente, porque são pressionadas pelo público consumidor. Uma pesquisa mostra que o consumidor tem valorizado as empresas que valorizam a sociedade. As empresas são pressionadas pela mídia. O "clipping" que eu trouxe é apenas um exemplo disso. A mídia está cheia de publicações como o jornal "Valor" e o suplemento "Empresa e Comunidade". Há duas semanas, foi lançado o "Guia de Boa Cidadania Corporativa", da revista "Exame". A sociedade civil organizada e o poder público têm o papel significativo de pressionar e de criar condições para a empresa agir de uma forma socialmente responsável. A imagem e a lealdade do consumidor são uma constante. Selos como o da Fundação ABRINQ e de Empresa Cidadã valorizam a empresa junto ao consumidor.

"No último ano, você pensou em prestigiar ou punir uma empresa com base em sua conduta social?". Vinte e dois por cento disseram que sim. É um número pequeno, mas está crescendo consistentemente. Não acredito que seja modismo. A sociedade civil está organizada. Quem vê os dados da quantidade de ONGs constata que a sociedade está se organizando, parcerias estão sendo feitas nos diversos níveis, alguma coisa está mudando, e as empresas têm de acompanhar essa mudança.

Esta pesquisa também foi feita em outros países, mostrando uma tendência significativa dos consumidores em valorizar esse tipo de empresa. Esse "chat" mostra, no laranja, à esquerda, que, segundo o entendimento dos consumidores, o papel específico da empresa é gerar lucro e ponto final. No extremo mais à direita, melhorar a sociedade, e, no meio-termo, dúvida: como melhorar a relação com a sociedade? Um grande número de pessoas, em diversos países, inclusive no Brasil, concordam que melhorar a sociedade é papel da empresa. Existe uma oscilação do outro extremo em gerar lucro. Nos Estados Unidos, há grande percepção de que não deve ser apenas isso, aquele mei-de-campo é interessante. As pessoas, hoje, já não acham que gerar resultado é apenas a última grande função da empresa. Existe uma função social.

Vou pular essa parte da pesquisa, mas, se vocês quiserem dar uma olhada no site www.phs.org.br, verão toda a pesquisa e alguns dados mostrando com o que o consumidor se sensibiliza: proteger a saúde do funcionário, garantir produtos e operações que não prejudiquem o meio ambiente, que não façam parte de suborno, corrupção, etc. O que estimularia o consumidor a comprar e recomendar aos seus amigos a comprar também seria a contratação de deficientes físicos.

Há um ponto interessante sobre a questão da diversidade. Dizemos muito, no Brasil, que brasileiro não é preconceituoso, mas algumas pesquisas mostram o contrário.

Hoje, estima-se que, no Brasil, há em torno de 25 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física ou mental. Somando-se aos amigos e parentes, esse número é maior do que 100 milhões. É algo muito concreto que nos atinge e aflige. As empresas devem se preocupar com isso, porque não incorporar esse público à questão da diversidade é uma falha. Há a questão de mulheres em níveis hierárquicos da empresa. Enquanto os companheiros de mesa falavam, olhei a composição da Assembléia, e a quantidade de mulheres é muito pequena. Em todos os níveis da sociedade, há um avanço a ser feito.

Há três anos, uma pesquisa realizada por uma entidade feminista em São Paulo, GELEDÉS, mostrou que, para se definir o perfil de trabalho de um cargo qualquer, em diversas empresas, e saber como homens e mulheres, negros e brancos se enquadravam e recebiam salário se cumprissem aquelas funções, ocorria o seguinte: para essa mesma função hipotética, um homem branco receberia R\$1.000,00; uma mulher branca, R\$750,00; um homem negro, R\$500,00, e uma mulher negra, R\$250,00. Nas grandes corporações, não há a presença efetiva de negros e mulheres.

A questão da diversidade presente e a empresa voluntariamente se posicionando: aqui já entramos naquilo que faria o consumidor jamais voltar a comprar - propaganda enganosa, danos físicos ou morais aos trabalhadores, colaboração com políticos corruptos ou suborno a agentes públicos, venda de produtos nocivos à saúde, etc. Isso está no "site", é a responsabilidade social vista como ação voluntária da empresa.

A legislação é a base; se a empresa não cumpriu nem isso, não adianta falar em responsabilidade social, que vai além disso. O que a empresa, além disso, pode fazer, de forma voluntária, com seus fornecedores, prestadores de serviço, funcionários, meio ambiente, comunidade e poder público, são parcerias. A empresa é insistentemente convidada a agir assim.

Em termos de voluntariado, há uma definição no manual do Ethos. Sempre lançamos manuais para as empresas sobre temas específicos; eles não têm a palavra final, existem para motivar a discussão. Colocamos ali uma definição não acadêmica, mas um entendimento nosso do que seria voluntariado empresarial ou corporativo: "conjunto de ações realizadas por empresas para incentivar, apoiar e suportar o envolvimento de seus funcionários em atividades voluntárias na comunidade." É interessante o incentivar, o apoiar e o suportar. A questão não é forçar, pressionar, mas incentivar. É importante mostrar para os funcionários que devem participar, e a empresa deve dar algum tipo de suporte e apoio para esses funcionários.

O que temos visto, em termos concretos de ação no Instituto Ethos, ao longo desses três anos de existência, é que muitas empresas têm programas de voluntariado corporativo, que é a porta de entrada para suas ações em termos de responsabilidade social.

Citarei o nome de algumas empresas quando as ações forem positivas, não para fazer propaganda, apenas para exemplificar. Uma empresa do setor de limpeza, a Reckitt Benckiser, tem um programa muito interessante de voluntariado. Antes, fizeram o mapeamento da situação social de seus funcionários, verificando o nível de escolaridade, a qualidade da moradia, o tempo de transporte da residência até o trabalho, mapearam tudo, detectaram os nichos e começaram a trabalhar. A partir daí, desenvolveram um comitê de responsabilidade social para direcionar suas ações.

Outras empresas, porém, têm tido algum tipo de problema. Uma empresa associada ao Ethos, do setor financeiro, não vou citar o nome, há um ano e meio, veio nos procurar, pois queria desenvolver um programa de voluntariado. Gostaria de fazer uma pesquisa. Nós a fizemos, desenvolvemos um artigo e aplicamos a pesquisa para todos os 4 mil funcionários da organização. O nível de resposta de funcionários interessados em desenvolver algum tipo de programa foi pífio: 70 funcionários responderam, 1,5%. Quando o RH da empresa foi verificar o porquê desse nível de resposta tão baixo, é que havia medo do funcionário, pois ele achava que a empresa já usava tão mal seu tempo, a jornada de trabalho já era tão excessiva, tão desgastante, por que a empresa queria saber em que ele investia seu tempo livre? Será que quer usar mais ainda seu tempo? Esta é a conclusão a que o RH da empresa chegou. Em vez de a empresa se preocupar com algo concreto, básico, que estava acontecendo nela, na relação com o funcionário, quis desenvolver o voluntariado. Como a empresa vai desenvolver um programa de voluntariado se não tem a adesão de seus funcionários? Fica muito difícil.

As empresas devem ter uma preocupação muito concreta. Voluntariado não é um programa de fachada. Para dar certo, tem de haver coerência em como a empresa trata seus funcionários, sua política interna e a ação externa que quer desenvolver. Se não houver coerência, os funcionários não vão aderir. O programa pode se manter por seis meses a um ano e acabar-se. Temos visto muitos casos assim.

Possibilidades de utilizar recursos ou instalações da empresa: temos visto casos, como o de uma empresa associada ao Ethos, do setor de metalurgia, em Guarulhos, São Paulo, e eles, aos finais de semana, cedem as instalações, as salas de treinamento da empresa para que seus funcionários, voluntariamente, trabalhem com alfabetização para algumas comunidades carentes da região. A empresa não precisa necessariamente despendar grandes recursos, basta vontade política. Responsabilidade social, no fundo, é vontade política: o que quero fazer da minha vida, ou o que a empresa quer fazer? É uma decisão. Obviamente, existe o custo da ética.

Responsabilidade social não é uma panacéia, não vai curar todos os males da empresa. Muitas vezes, as mudanças políticas da empresa, de filosofia de trabalho exigem custos. O que a empresa pode decidir ou não é se quer pagar por eles.

A liberação de horário de trabalho tem sido muito discutida. O que temos visto é que não há uma regra, as empresas podem ou não, dependendo da área do funcionário, do tipo da empresa, liberar ou não.

As possibilidades de a empresa agir são várias, basta que ela queira fazer. Sempre incentivando, apoiando, dando suporte para que a ação de seus funcionários possa, efetivamente, acontecer.

Há uma empresa de transporte público em Recife a qual desenvolve um programa interessante. Nos finais de semana, disponibiliza ônibus para que seus funcionários dirijam, passando em comunidades carentes, pegando crianças para ir a programas educacionais de que essa empresa é parceira. É o funcionário, voluntariamente, dedicando-se. As possibilidades são muitas, basta que a empresa queira agir, possibilitando um clima interno e organizacional interessante para isso. Temos visto alguns benefícios para a empresa.

O Ethos não é uma entidade especialista em voluntariado, e, como não prestamos consultoria, pegamos algumas informações de associados. Acompanhamos e ajudamos em alguns momentos, mas não temos trabalho intensivo. O que temos visto de alguns benefícios é o aprimoramento da habilidade dos funcionários. Muitas habilidades, o funcionário não sabia que tinha e começa a aprender e a aplicar no dia-a-dia, no trabalho, como a capacidade e o desenvolvimento de lideranças.

O Instituto C&A tem muitos casos relacionados ao desenvolvimento de lideranças. Outras entidades, como a Fundação ACESITA, têm trabalhado para isso. Algumas empresas, como a Natura, utilizam sua rede de consultoras para, voluntariamente, vender seus produtos em projetos feitos em parceria com a Fundação ABRINQ. É importante que a empresa dê condições e ofereça essa possibilidade para os funcionários. Deve criar afinidade com a comunidade local, recrutar e manter talentos, melhorar o ambiente organizacional, isso é muito consistente. Temos relatos freqüentes daqueles que perceberam que o ambiente organizacional mudou para melhor.

Em relação à diversidade, a grande filosofia da conferência deste ano foi a valorização da diversidade. Todos os atendentes da conferência eram portadores de deficiência física ou mental. Na preparação da conferência, contratamos dois portadores de deficiência para trabalhar conosco no Ethos, que é uma entidade pequena, tem pouco mais de 20 pessoas. Quando eles entraram, 10% da comunidade interna eram de portadores de deficiência. É muito interessante como o clima interno mudou.

Muitas vezes, em algum momento de correria, agitação, deparávamos com aquela pessoa, com alguma limitação de locomoção e nos perguntávamos: por que estou correndo? Posso ir com calma. Parece que isso nos ajuda a encontrar o que é importante na vida, o que, realmente, tem valor. A escala de valores muda muito. Funcionários da empresa, em contato com outras realidades, trazem a percepção de escala de valor para suas empresas também, tornando a empresa mais humana se ela quiser, mas também competitiva. Existe um espírito de equipe, imagem institucional positiva.

Voluntariado não é um instrumento de "marketing", de capacitação de funcionários, como um treinamento ou um curso. Deve vir da vontade genuína da empresa em contribuir com a sociedade. Se houver esse desejo verdadeiro de contribuir, o programa do voluntariado se estabelece e solidifica. Caso contrário, se for um programa de "marketing", isso passa. Temos visto muitas empresas associadas ao Ethos que ainda vão por esse caminho e não têm obtido bons resultados.

A campanha deste ano do Ethos, na mídia, está com um tema interessante. Não sei se está sendo veiculada em Belo Horizonte, pela televisão, por revistas ou em "outdoor". Contém um fundo preto, com a foto de uma criança e a foto dessa criança hoje, já adulta, como um empresário importante, e um mote: a criança que nasceu entre pescadores motivou esse empresário a desenvolver programas de meio ambiente. É sempre um mote referente às experiências da infância e, hoje, o que o empresário faz.

Quero deixar para reflexão que essa campanha surgiu de um poema do Mário Quintana, o qual não me lembro exatamente como é. Vou falar em linhas gerais. Mostra-nos a pessoa quando criança e hoje. Qual é a diferença entre o que gostaríamos de fazer naquela época, os nossos sonhos, e o que fazemos hoje? O poema diz mais ou menos o seguinte: "Súbito, olho a foto daquela criança de três anos. O que estará aquele menino pensando de mim?". A foto era dele, se olhando e se perguntando o que aquele menino estaria pensando hoje dele. Aquilo que faço, minhas ações, minhas palavras, minha relação com as pessoas - será que aquele menino sentiria orgulho de mim, ou não? Acho que essa seria uma boa pergunta para fazermos a cada um. Será que aquele menino sentiria orgulho do adulto de hoje? Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Passaremos a palavra ao Sr. Demóstenes Romano, articulador da Central do Voluntariado de Minas Gerais.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Cidadãos, meus amigos da Mesa, começo dando continuação ao que foi dito antes. O fundamental do voluntário é cuidar da vida, como diz o mestre, cuidar da transcendência. Acho que o verbo chave do voluntariado é "evoluir", mesmo porque não evoluo sem o outro, o outro não evolui sem alguém. O que há de novo é isso. O que há de velho foi dito aqui, é a "marketagem" que burocratiza o voluntariado, que o coloca como mão-de-obra, como instrumento de manutenção dessa ruindade do mundo em que vivemos.

Um psiquiatra chamado Viktor Frankl, já falecido, foi discípulo de Freud e teve uma relação muito especial com ele. Ele foi prisioneiro em um campo de concentração. Como era universitário, colocaram-no com alguns tocos de lápis para que fizesse trabalhos burocráticos. Ele fez suas observações, como profissional. Sua obra praticamente se sintetiza em um livrinho chamado "Sentido da Vida". Ele observou que algumas pessoas, no campo de concentração, estavam absolutamente exauridas, sem forças; juntavam o restinho das forças e se jogavam na cerca elétrica para acabar com aquele sofrimento. Outras, igualmente sem energia, pegavam suas últimas forças, quando iam para o forno crematório, e cantavam, com um filezinho de voz. Era um hino à vida, de resistência; era o jeito que tinham para dizer que estavam acima daquilo e que a vida é muito mais do que carne e do que alguém pode fazer para exterminá-los. É esse o sentido do mistério da vida, da transcendência. O dia que soubermos explicar isso, não é mais transcendência, porque estará ao nosso alcance, estará do nosso tamanho.

O que precisamos é pegar daí o que queremos da vida, qual é nosso papel. O voluntário precisa vir como um novo ator, um novo autor para um novo "script" para um novo filme, porque, do jeito que está, já vimos em que dá.

Estamos conversando agora, e, em algum lugar, há alguém se matando no sistema penitenciário, há mais uma rebelião por excesso de população, e é cada vez mais baixa a faixa etária dos presidiários. A manutenção de um preso no sistema penitenciário custa R\$720,00 por

mês. E não nos damos conta de que as pessoas matam e morrem por amor ou por ódio. Uma pessoa seqüestra um avião e se joga por uma motivação transcendental ou para o bem ou para o mal. Mas ficamos nessa burocracia, cheios de crachá; para tudo é preciso fazer inscrição, pôr crachá e conversar. Essa é a escolha que estamos fazendo.

Quando acabar essa "marketagem" de Ano Internacional do Voluntariado - não a inspiração da ONU, mas o que fizeram do Ano Internacional do Voluntariado -, espero que, no dia 1º de janeiro, fiquem os que querem transformar o mundo. Que sejam agentes de transformação, fiquem indignados com a ruindade desse mundo e tenham a auto-estima minimamente elevada para estarem encantados com a possibilidade de serem agentes de mudança. Isso depende de cada um de nós e do nosso compromisso.

Não é necessária uma central de voluntariado, não tem de ter organização antes desse propósito, mas sim nossa organização interior. Basta que os tantos que falam nas igrejas de todos os credos, os que se chamam de irmãos nas igrejas, se quiserem ser voluntários, deixem de ser hipócritas e atuem verdadeiramente na fraternidade. Só isso seria o suficiente, e sobraríamos nós, que graças a Deus temos alguma condição de fazer isso. Iriam faltar os de baixa renda, de baixa escolaridade, que hoje precisam de nós e que chamamos de companheiro no clube, no serviço. Que companheiro, que irmão?

Acho que é tão fácil e tão difícil ser voluntário, porque, mais do que voluntariado, que é um jeito coletivo, faço parte de uma rede, é o verbo "voluntariar", minha ação é o que estou fazendo. Vou partir do que falou o Secretário Fernando Alves, como homem de Governo. Os Governos e governantes podem tudo, mas as pessoas que estão no Governo precisam ter a visão de transitoriedade, porque ele é Governo hoje, não o será necessariamente amanhã. Os cidadãos que estão no Governo precisam ter a visão, a consciência de que podem muito, mas não podem tudo, da mesma forma que os empresários.

Como vamos nos organizar para o exercício da cidadania e da individualidade? Precisamos ter o nosso jeito de ser. Quando tivermos consciência disso, provavelmente não teremos a angústia de pensar em qual ONG nos vincular. Não existe isso. Posso ser voluntário em casa, na minha esquina; posso ser voluntário com os meus. Não preciso me exibir para ser voluntário, não preciso escrever na testa ou ter crachá. Ser voluntário é um estado de espírito, é um cidadão cristão em estado de grandeza. Não faltam pessoas querendo ser voluntárias. Faltam-nos organização e projetos para o voluntariado.

Espero que este seminário seja uma oportunidade no sentido organizacional e que a discussão não seja pela organização burocrática ou administrativa, pela visão estratégica, mas pela organização conceitual.

Algo terrível está ocorrendo: a ação de governos que querem burocratizar o voluntariado e a ação da lógica empresarial de empresas que querem trazer para a área social a lógica do lucro. A empresa que tem fins lucrativos, mas não dá lucro, é até criminosa do ponto de vista social. Ela é feita para isso, tem de gerar produtos, empregos, dando lucros para retroalimentar-se. É mais que legítimo e indispensável que ela seja lucrativa.

É da lógica do ser lucrativo trabalhar com competição e ter um sistema de hierarquia. Ela é cheia de regras. Mas não se pode pensar que tudo é produto e que há estoques de materiais, sem respeitar a sutileza e a grandeza insondável do homem.

A área social precisa de planejamento, mas não pode ser engessada numa organização convencional. A emoção move, a razão organiza. Mas se não me posicionar como humanista, como cristão, como cidadão, não adianta a razão. É preferível deixar isso para quem se organiza burocraticamente. O planejamento convencional de empresas lucrativas é indispensável, mas é imobilizador na área social. Se o irmão estiver afogando-se, jogo um bambu, coloco em risco a minha vida. É uma questão ética. Como posso me aceitar, se fui omissos?

Há o componente da ética e da urgência. Não posso deixar para depois. Infelizmente, os meninos de rua são em número muito maior do que deveriam ser, mas em número muito inferior, comparativamente, às crianças que estão humilhadas em casa, humilhadas no próprio quarteirão. Aí entra outro componente: a visão lucrativa dos empresários.

Acho que há uma miopia dos empresários, quando lidam com o voluntariado, com a área social, até por razões de mercado. Onde está o consumidor do futuro? Onde está o futuro empregado? Onde está a semente da paz para que seus negócios prosperem?

Geralmente, as obras não são feitas com o dinheiro deles, são feitas com o dinheiro do contribuinte - de quem compra um quilo de arroz, que não pode comprar mais, porque há muito imposto embutido -, e ainda fazem bonito com isso.

Temos de definir isto: estamos para a transformação, ou estamos para a manutenção?

Não é politicamente correto falar, mas não é honestamente correto calar. Natal sem fome de quê? De comida. Ora, os cachorrinhos poodles e pit bulls passarão natal sem fome. Os cavalos manga-larga e campolina passarão Natal sem fome. Além de passarem Natal sem fome, com certeza terão mais carinho e afeto do que muitos que estão recebendo só comida.

Pode ser grosseiro, pode ser vulgar, mas, se o sistema biológico funcionar bem, uma cesta básica acaba em horas. Ela é excretada. O que fica no lugar dela? Fica a humilhação ou a acomodação. Nesta Casa é um bom lugar para se dizer: e a bolsa-escola ou a bolsa-esmola?

Se fosse criação do Maluf, tenho a certeza de que seria considerado exploração do menor, alguém ir à escola porque estão dando dinheiro. Todos se modernizam em tudo, nós, na área social, pensamos como a minha tia-avó, caridosa. O mundo mudou, em que evoluímos? Evoluímos em conceito, em prática?

Somos transformadores ou mantenedores dessa ordem? Queremos ou não uma nova ordem? Qual a qualidade dessa ordem? É somente para aplacar o nosso raso sentimento de culpa?

Não tem sentido aumentar o número de voluntários, se não melhoramos a qualidade e o sentido do voluntariado. A competição é da lógica e do paradigma da empresa. A cooperação é da lógica e do paradigma do social. Temos de ter a nossa própria lógica e temos de dar resultado. Esse é um dos pontos terríveis na área social, e os voluntários parecem a onda que enrola.

A maioria conhece a história do beija-flor apagando incêndio: "a floresta estava queimando e o beija-flor ia num belo regato, molhava as asinhas, voltava e espargia. O fogo continuava e o beija-flor novamente molhava as asinhas. Lá pelas tantas, alguém diz ao beija-flor que aquilo não resolvia nada. O beija-flor todo ofegante responde: "Estou fazendo o que está ao meu alcance". Essa história foi contada pelo nosso bom Betinho, dando uma conotação interessante. Quantos beija-flores podem apagar um incêndio? Dez, mil? Não é da natureza do beija-flor apagar incêndio. Isso é equivocado. Mas quantas pessoas colocam como conceito básico da sua atuação social o beija-flor apagando incêndio?

Quando Deus criou o mundo, fez o beija-flor e ficou muito empolgado com essa criação tão bonita. Resolveu então dar o poder mais nobre àquela criatura, que é o de recriar a vida. O beija-flor é polinizador. Essa é a sua função. Na linguagem empresarial, essa é a área de eficácia do beija-flor. Precisamos acabar com o voluntário beija-flor e ter o beija-flor polinizador.

Mas depende de nosso compromisso com a vida. Depende do sentido da vida: se nos vamos jogar na cerca elétrica, se vamos para o forno crematório cantando; ou, se resistirmos como Vítor Franklin resistiu, nem iremos, porque a guerra acaba. É um ato de resistência.

Esse é o redirecionamento a ser dado ao voluntariado, enquanto há tempo. Leis já houve. Termos de adesão já foram burocratizados. Há organizações que aceitam isso como importante, válido e indispensável. Se quero beijar alguém, não delego meu beijo a alguém. Se estou com sede, não delego a alguém beber água por mim. Se quero cuidar da evolução de alguém, não posso delegar minha oportunidade de participar do processo. Quando faço isso, vou lembrar de justiça do trabalho? Mas eu pago para fazer isso? Quando alguém vai à justiça do trabalho, bem-feito para a organização. Toda organização que manda alguém assinar termo de adesão e quer se acobertar pela lei para evitar problemas trabalhistas, bem-feito se for ferrada. Realmente é mão-de-obra.

Temos de ser complementares ao Governo, complementares a tudo. Na verdade, temos de fazer por essas razões que são as minhas razões. Não ajudo ninguém, porque ajudar humilha. Faço por mim. Nem sei se me ajudo. Temos de modernizar e verificar até mesmo a estilística da língua, o significado dessas palavras. Vamos fazer uma transformação, como eu preciso de me transformar. O externo só é difícil, porque são tantos os amantes, os cúmplices da mesmice, da ruindade...

- Exposição interrompida por participante fora do microfone.

O Sr. Presidente - Sem querer inibir nenhuma participação, vamos aguardar o final da exposição e entraremos na fase dos debates.

Palavras do Sr. Demóstenes Romano Filho

É tão simples e tão complexo: cuidar de transformação social, ser um bom cristão, ser um bom cidadão está na mão da história, mas está na mão da conjuntura. Ser cidadão é correr risco de incompreensão. Toda pessoa que é voluntária, transformadora - não um beija-flor apagador de incêndio -, sabe do que estou falando. Como os ventos não sopram para favorecer isso? E eu com isso? Não quero ser herói, mas quem sabe se está aí exatamente a minha possibilidade?

Quero lembrar que o que temos são poucos projetos adequados ao voluntariado, porque a ação voluntária precisa de autonomia, de realização, de sonhos de quem é voluntário e de quem é beneficiado pelo trabalho voluntário. O que temos em Minas Gerais hoje - e não é muito diferente no Brasil - são essas ações. Os próprios centros de voluntariado têm uma tendência a ser agências casamenteiras. O pressuposto é que, se entrarem como intermediários, vêm o voluntário e quem precisa dele.

Há uma pergunta simples para ser feita à maioria das creches, asilos e organizações que pedem voluntários. Se tivessem dinheiro, queriam voluntário? Como trabalho com isso, tenho a certeza de que a maioria não quer, considera o voluntário instável, irresponsável. As pessoas lá de dentro, que têm carteira assinada, sentem-se ameaçadas com o externo. E mais, há voluntários de muito tempo de voluntariado que colocam o outro no teste supremo do desvio de função e colocam o exercício do poder sobre ele, para ver se ele sobrevive a um teste de resistência. Resistência para quê? Não estou dizendo que são todas, mas ocorre na maioria das creches, infelizmente. Trazem esses meninos limpinhos como um cachorrinho poodle, mas o que será dessas crianças daqui a 20 anos? Em que essas creches estão contribuindo mais do que o fariam se fosse o caso de um quadrúpede? É tão pouco.

Para mim, isso se resume no seguinte: é o voluntariado transformador em contraposição ao dominador; uma ação de libertação ou uma ação de dominação. E isso já não depende do institucional, mas de cada um de nós; se sou um militante da dominação ou se sou um missionário da libertação. Todos os dias, peço a Deus que consiga ser, porque é tão difícil, no meio da mesmice, e eu, com as minhas fraquezas, se quero ser libertador, tenho de ser acima de tudo minimamente liberto. Conversar sobre o voluntário é conversar sobre evolução, libertação, transcendência do homem aqui na Terra. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A partir deste momento, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Sem querer polemizar, até porque esta é uma Casa democrática e plural, esclareço que para mim também não faz diferença alguma portar ou não o crachá. Mas, até para que todos tenham a oportunidade de participar, porque este é um momento singular e não adianta inibirmos a participação de alguém, pois não alcançaremos os objetivos tão bem delineados pelos expositores, esta Presidência conduzirá os trabalhos com disciplina e da forma como o seminário foi organizado.

Debates

O Sr. Presidente - Dando início aos debates, passamos à primeira questão levantada pela Associação de Defesa dos Usuários, Consumidores e Contribuintes de Minas Gerais. Ilma Arruda de Araújo Abreu deseja formular pergunta oralmente.

A Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu - Boa-tarde a todos! Gostaria de fazer uma reflexão sobre as considerações de todos, mas queria parabenizar o jornalista Demóstenes Romano, pois saio daqui com a minha alma lavada. Estávamos muito preocupados com essa questão porque agora, de repente, os empresários descobriram que há excluídos. Há projetos de lei tramitando sem uma discussão ampla com a sociedade, criando as OCIPs. Em primeiro lugar, parabenizo a Assembléia por este debate, porque acho que esta é a Casa do povo. Vivemos em um regime de representatividade, e este é o lugar adequado para discutirmos essas questões.

O voluntariado já existe há muitos anos. Desde que me entendo por gente, vejo pessoas trabalhando como voluntárias, pessoas idealistas, que acreditam e amam o ser humano. Para ser voluntário, é preciso ter paixão pelo ser humano, ter responsabilidade social e ser uma pessoa que tenha dentro de si a humanidade inteira.

Com a fala dos representantes dos empresários, fiquei pensando que, na época, quando criamos a ADUCON, que pretende ser um movimento da verdadeira cidadania, fomos à Receita Federal à procura da legislação. Naquela época, vários empresários ajudavam as entidades. Davam um recibo de R\$10.000,00 e passavam R\$1.000,00 para as entidades. O que a Receita Federal fez? Cortou isso. Procurei o Delegado da Receita

para questionar esse fato, porque existe um princípio jurídico que reza que, por causa do mau uso, não se suprime o uso. Muitas entidades ficaram prejudicadas, então. O que acho que as empresas deveriam fazer realmente é ter uma relação ética com a sociedade, respeitar os cidadãos. O que é a sociedade? É o lugar adequado instituído para o cidadão usufruir os seus direitos. E o que é ser cidadão? Estar na sociedade, integrar-se nela, cumprir as leis e ser um cidadão honesto. A sociedade somos todos nós, são os cidadãos comuns que pagam os impostos corretamente, que não têm nem como sonegar. Essa é a reflexão que temos de fazer para constatar que todos somos irmãos, quer queiramos, quer não. Acho que o outro sou eu, o outro é o meu espelho. Temos que começar a refletir sobre isso.

Essa forma como as empresas estão atuando visam a impedir que a sociedade civil se organize, porque nos estamos organizando, sim. Somos mais poderosos que as empresas. Elas têm o poder econômico, e estamos vendo o que ele pode fazer. Mas acho que temos que buscar essa consciência de consumidor, pois, se não consumimos os produtos e serviços, as empresas vão quebrar. Temos de ter essa relação ética com os empresários, e eles também têm de ter uma relação ética com os cidadãos, contribuintes, consumidores, usuários. Queria que fizéssemos uma ampla reflexão nos grupos de estudo, para buscarmos formas, até na legislação que está tramitando, para que possamos realmente ter acesso aos financiamentos, aos recursos.

Queria dizer ao Deputado Alberto Pinto Coelho que há muito tempo, há uns dez anos prestamos serviços à sociedade, tentamos registrar a nossa entidade na Secretaria do Trabalho e não conseguimos, porque sempre estão colocando empecilhos. Adequamos o estatuto à legislação, mas não adianta. Temos projetos importantes, Demóstenes, mas não conseguimos financiamento porque eles não interessam ao setor econômico. Os projetos têm de ser financiados, e o próprio Legislativo deveria escolher de que forma e quem vai participar deles. Não se pode deixar as empresas tirarem o dinheiro que estão investindo, que é do contribuinte, pois vem dos impostos, para ditar regras e apoiar só o que querem. Este debate tem de ser feito de forma ampla com a sociedade. Que este não seja o primeiro seminário, que haja outros, para dar prosseguimento a essas discussões. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Como houve exposições mais amplas, perguntaria aos expositores se têm alguma colocação a fazer sobre os comentários.

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - Acho que a sua colocação é muito boa e bastante oportuna. Você falou em representantes de empresas, e o Ethos não representa empresa, somos uma associação de empresas. O que falo é o Ethos que fala, e não as empresas que falam.

Peço desculpas se no meu discurso transpareceu uma apologia da ação empresarial. Não estou fazendo apologia de ação das empresas. O fim último do trabalho do Ethos não é a lucratividade e a rentabilidade das empresas, ou seja, como elas poderiam lucrar mais através de ação social. A idéia não é essa, a idéia é como podemos ajudar a sociedade a se desenvolver através da ação empresarial. Acho que é esta a primeira questão: como as ações das empresas podem ajudar a sociedade a se tornar mais próspera e justa. Se a empresa almeja crescer, projetar-se, ter "marketing", lucrar de alguma forma através de uma ação social, é uma questão que temos de tratar. Pelo meu modo de ver, essa não é a forma correta de agir, e pela nossa experiência, isso não se perpetua.

Quando falamos em ação das empresas, não estamos desmerecendo a ação social, até porque, quando se fala em engajamento social de empresas, quero dizer, primeiramente, que é uma coisa que elas têm feito há muito tempo. Não é agora, com essa nova nomenclatura de responsabilidade social, que se iniciou o processo de engajamento das empresas. Elas têm feito isso há muito tempo, e mais ainda a sociedade. A Igreja Católica, outras Igrejas, têm feito isso historicamente. Seria uma arrogância muito grande das empresas dizerem isso. Todos têm feito, e há muito tempo.

Ela mencionou a questão do incentivo fiscal, e o modo pelo qual ele tem sido utilizado pela empresa tem de ser revisto. É uma possibilidade que a legislação abre, mas isso tem de ser analisado, porque muitas vezes a empresa não faz o uso correto.

Vivemos debatendo esse ponto, mas há essa dúvida entre as empresas. Quer dizer, então, que podem orientar a ação comunitária? A ação social da empresa, primeiro, não é suplementar à do Estado, mas complementar. Segundo, deve estar direcionada para as reais necessidades da sociedade e para apoiar essas ações. Se a empresa quer desenvolver ações para o seu interesse pessoal, totalmente desconectadas das necessidades sociais, terá um grande problema e não estará cumprindo o seu papel social.

Acho que as empresas têm de aprender como fazer isso. E estão aprendendo, estão desenvolvendo ações. Existem erros que surgem no processo natural de aprendizado. As críticas, o debate fazem parte do processo e são muito bem vindos. Quanto mais discutirmos, melhor; todos têm a ganhar. Sua colocação é bastante pertinente.

O Secretário Elias Nahas - A nossa Secretaria foi mencionada a respeito da dificuldade de registro. Estamos adstritos ao cumprimento de normas e leis. Por trás da nossa ação, há uma série de órgãos que nos fiscalizam, que nos acompanham, tais como o Ministério da Previdência, o Tribunal de Contas, etc. Os requisitos que às vezes soam despropositados às entidades não são de nossa vontade.

O Sr. Presidente - Para dar uma maior dinâmica a esta parte dos debates, passaremos aos expositores as questões colocadas por escrito, a fim de que se pronunciem. Como a próxima pergunta foi dirigida ao representante da Ethos, solicitamos a ele que proceda dessa forma.

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - A pergunta foi da Sandra Fonseca: "O Instituto Ethos possui dados que possam indicar que as empresas praticariam as mesmas ações voltadas para a responsabilidade social, ético-social, se não houvesse uma legislação que indica os caminhos a seguir e os prêmios (ISO, incentivos fiscais, além de uma maior atenção dela própria e de seus produtos no mercado), transformando-as em empresas cidadãs? Segundo: sem a legislação, as empresas estariam ou continuariam voltadas para a função ético-social?".

O primeiro aspecto é aquele que comentei. Entre as empresas, muitas agem porque verdadeiramente acreditam. Podemos mencionar várias, da nossa convivência, que agem porque acreditam, independentemente da legislação. Muitas outras não fazem isso. E um posicionamento da sociedade civil, crítico, construtivo, de mudanças de comportamento, é bastante importante. Ser construtivo não significa que não possam ser feitas até críticas pesadas quando são necessárias. O comportamento varia muito, então.

Com relação à questão do incentivo que você mencionou, não existe hoje no Brasil uma legislação que incentive a prática de responsabilidade social das empresas como um todo. Há algumas coisas em termos de incentivos fiscais na área cultural, em termos de entidades filantrópicas ou CIPs, etc., mas não há uma legislação ampla nesse sentido, até mesmo porque a jurisprudência vem com o tempo e a prática. Talvez tenhamos algo com relação a isso no futuro.

Algumas coisas estão surgindo, como, por exemplo, a legislação que está tramitando no Congresso Nacional sobre a obrigatoriedade ou não de balanço social das empresas e também a discussão sobre a política nacional de resíduos sólidos, de iniciativa do Deputado Emerson Kapaz. Então, primeiro, as empresas fazem, independentemente de existir ou não, legislação. Não temos uma legislação. O que temos são atores indutores de outra forma. Não sei se respondi à pergunta.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta: "O Poder Legislativo vem atuando ou pretende continuar a fazê-lo em prol do voluntariado dentro da própria instituição e junto de seus servidores? De que maneira a Assembléia Legislativa vem educando seus servidores para promover e

estimular a prática do voluntariado? Qual a política da Casa nessa direção?".

Eu entendo que o próprio evento já é um sintoma de que a Casa tem essa preocupação e reconhece a importância do tema "voluntariado" e de sua prática. Não temos nenhum programa institucionalizado. O que esperamos é colher frutos, neste próprio seminário, que direcionem a Assembléia e nos ensinem muito a esse respeito.

A próxima questão foi colocada pelo Sr. Antônio de Souza Ferreira Filho, que é Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social e vai fazê-la oralmente.

O Sr. Antônio de Souza Ferreira Filho - Eu gostaria de fazer algumas ponderações. A gente, que milita na área social, tem notado que o "marketing" social está para a responsabilidade social como o assistencialismo está para a política pública de assistência social. Muitas vezes, isso tem atrapalhado o desenvolvimento da responsabilidade social, que pode vir a contribuir, e muito. Mas precisamos de uma parceria real entre o poder público, o empresariado e a sociedade civil organizada. Foi uma pena o Sr. Antônio Carlos, do Modus Faciendi, em sua colocação cronológica sobre os avanços, ter se esquecido de citar que, em 1993, criamos a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS -, que foi assinada pelo então Presidente, hoje Governador de Minas Gerais. Creio que a LOAS seja um avanço na política pública de assistência social. Nela, estão circunscritas duas coisas que considero importantes e quero ressaltar. A primeira é que cabe aos conselhos deliberar sobre essa política. Creio que isso facilita a junção entre o empresariado, a sociedade civil e o poder público. A segunda é que as ações das empresas não podem ser paralelas ao trabalho que o poder público estiver desenvolvendo. Cabe ao Conselho deliberar e normatizar a política pública para os conselhos de maneira geral. Creio que talvez seja isso que esteja faltando para que a gente não desresponsabilize o Estado também na condução da política pública, que é uma das diretrizes da LOAS.

Gostaria, também, de cumprimentar a Marcelo Linguette. Gostei muito de sua palestra.

O Sr. Presidente - A próxima questão foi feita por escrito e dirigida ao Demóstenes.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Antes de responder, quero pedir desculpas ao Presidente pela ingerência nas questões protocolares do Regimento Interno. A pergunta foi feita por Eneida da Costa, do Sindicato dos Jornalistas: "Sendo o Brasil um Estado paternalista e Assistencialista - "vide" CLT, vale-transporte, vale-alimentação, etc. -, que gera uma sociedade paternalista e, conseqüentemente, um empresariado paternalista e assistencialista, como fazer para que o voluntariado evolua e saia dessa cultura viciada e desse círculo vicioso?".

Eneida, acho que só mesmo pela ação individual. Não podemos pensar em voluntariado sem pensar: "Eu faço". Acho que o que estamos precisando, acima de tudo, é da postura cidadã, cristã e humanista de cada um de nós. Ou seja, eu poluo a água, ou não? Eu corto a árvore, ou não? Eu faço isso porque alguém está vendo e sou fiscalizado, ou faço isso por mim, por razões planetárias e cósmicas? Acho que precisamos do contrário, ou seja, não procurar na organização do voluntariado a solução. O que precisamos é, na oportunidade em que nos reunimos, ter bons projetos em torno dos quais vamos discutir. Em conseqüência disso é que teremos organizações e avanços coletivos. Mas, no fundo, temos uma cultura que é a síndrome da mãe do ano, ou seja, a pessoa tem que sofrer. Não vemos ser eleita mãe do ano uma mãe arrumadinha, que dance e que nade. A escolha sempre recai sobre o sofrimento.

Então, acho que essa é uma escolha individual de nosso avanço espiritual e de cidadão antes de tudo.

Leio a segunda, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - A intenção é obedecer a ordem de chegada, mas é uma questão de crachá.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - A próxima pergunta é do Sr. Pedro Cardoso de Menezes, do Clube da Maturidade. Ele quer fazê-la oralmente.

O Sr. Pedro Cardoso de Menezes - Eu represento, com muito orgulho e prazer, o Clube da Maturidade de Minas Gerais. É um clube que abrange mais ou menos 9 mil associados. Primeiramente, quero parabenizar a Assembléia Legislativa, na pessoa do Deputado Antônio Júlio - aqui muito bem representado pelo ilustre Deputado Alberto Pinto Coelho e pelos demais expositores - pela iniciativa deste evento. Fala-se em voluntário e em voluntariado. O que pode significar isso? Entendo que significa basicamente servir ao próximo e ao ser humano em suas essenciais necessidades, espontaneamente, com ética, com prazer, alegria e, sobretudo, com amor. Entendo que voluntariado envolve vários temas, entre outros, a criança abandonada, a terceira idade, a violência, o crime, a droga, a impunidade, o social, as penitenciárias, o câncer e a AIDS. Então, o voluntariado abrange todos esses temas dentro do contexto social. Esse social está abandonado, principalmente, com todo o respeito, pelo poder público, mas também pela sociedade. Esperamos que este evento não fique por aqui e que o voluntariado, a partir de hoje, crie um clima de expansão e de proveito. Podemos, na base do voluntariado, mudar todos esses problemas que abrangem o Brasil.

Para solucionar todos esses problemas, como foi dito por vários expositores, precisamos de quê? Precisamos nos transformar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A próxima questão foi dirigida a Antônio Carlos.

O Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa - Para mim, foi a pergunta de Carla Fragoso, que pede apenas uma informação: "Seria possível repetir o nome do professor indiano autor do livro citado pelo senhor "O desenvolvimento com Liberdade"?".

O autor desse livro é o Prêmio Nobel de 1998 e ele se chama Amartya Sen. Esse livro foi publicado pela Editora Companhia das Letras e é o fundamento ético, político e filosófico do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Amartya Sen foi o homem que fez a formulação desse indicador de medidas do desenvolvimento humano para o PINUD. Esse índice é constituído por três indicadores: a expectativa de vida, a capacidade econômica e o nível de conhecimento, de escolaridade.

O Sr. Presidente - Demóstenes, por fineza, responda à próxima questão.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Angélica Maia, da COMBEM de Lavras: "Como iniciar um trabalho para se criar um centro de voluntariado, de maneira que ele não se torne agência casamenteira, conforme mencionou em sua palestra?".

Trata-se de uma questão de processo. A central não pode ser um produto para o qual a gente ficaria arranjando mais um totem, mais um bezerro de ouro, que é uma organização. Na verdade, o que precisamos em um processo desses, seja em Lavras ou em qualquer outro lugar, é de promover reuniões para saber quem é que pensa como a gente e quer fazer um trabalho de transformação. Assim, vamos fazendo. Certamente precisaremos, por conseqüência, e não "a priori", de um espaço, de um nome, tudo isso muito mais por razões de visibilidade, e não por razões administrativas, mesmo porque sempre será necessário algum recurso financeiro. Também é necessário que a central seja o coroamento, a organização das pessoas que quiserem participar. Mas é preciso partir do individual.

Ali fora, temos alguns papéis que têm o endereço da Central de Voluntariado de Minas Gerais. Ela fica no Horto, na Rua Silva Freire, 133. Seu telefone é o 3481-1188. Se quiserem trabalhar nessa linha e acharem que a gente pode contribuir... Mas também, se precisarem de alguém mais temperado, há muita gente mais.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta foi formulada ao Marcelo Abrantes.

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - Pergunta da Vilma, da Fundação CDL: "Como as empresas associadas ao Ethos têm trabalhado com as carências e dificuldades dos próprios empregados e de seus familiares?".

Uma máxima empregada pelos membros do Ethos, quando as empresas querem saber um pouco mais sobre esse assunto, é dizer que a lição começa em casa. Primeiro, devem fazer uma lição de casa, e isso significa saber como está a relação com seus funcionários. Como está a relação salarial? Os salários são bem pagos? Os impostos relacionados com o trabalhador estão sendo bem pagos? Como estão as condições de trabalho? Elas são adequadas no que diz respeito à periculosidade? Como está sendo tratado isso? A partir da questão básica tratada, começa-se a evoluir também internamente.

Outra questão que temos colocado muito para as empresas é: "Você sabe o nível de escolaridade dos seus funcionários?". Essa é uma questão a ser trabalhada. "Os filhos de seus funcionários freqüentam as aulas, ou não?" Podem dizer que isso não é um papel da empresa, mas, quando ela não tem uma ação externa, isso ocorre porque ela não começa a se olhar internamente. Segundo nosso ponto de vista, a questão interna, as relações com funcionários e colaboradores, é fundamental e básica. Não adianta a empresa querer desenvolver uma ação bonita externamente, se internamente ela estiver muito empobrecida e as relações estiverem conflituosas, os funcionários forem mal remunerados, etc.

O primeiro manual do Ethos, que foi sobre a educação - não sei se vocês chegaram a dar uma olhada nele -, foi dividido em duas partes básicas. Uma, dirigida ao primeiro público interno. A segunda, ao público externo. Acreditamos que não é lógico a empresa querer agir externamente se em sua própria casa as pessoas estiverem em pé de guerra. Por isso, a visão é sempre esta: primeiro, uma ação interna. E essa ação até poderá se ramificar. Temos visto empresas desenvolverem ações como financiamento de moradias, financiamento educacional para filhos de funcionários, transporte, etc. As ações são variadas, mas a prioridade é interna.

O Sr. Presidente - A próxima questão a ser formulada oralmente vem do Sr. Urias Teixeira, da Associação Beneficente de Citrolândia e da Colônia Santa Isabel.

O Sr. Urias Teixeira - Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa de seu Presidente.

Não sei se vou ofender a alguns, mas, desde já, peço perdão pelas minhas simples palavras. Há muito tempo, as entidades funcionavam com sofrimento, porém com maior vigor, com mais vontade. Trabalho há 12 anos em benefício de uma entidade que pertence à Colônia Santa Isabel, a Citrolândia e região, que não recebe nenhum recurso estadual. Vivo segurando adolescentes que chamam de pivetes, para que não venham para Belo Horizonte ser trombadinhas.

Quero parabenizar a Assembléia porque sempre nos destinava alguma subvenção. Depois, cada Governo que ia entrando cortava essa subvenção, e ficou difícil para nós manter essas crianças, adolescentes, hansenianos, deficientes, etc.

Para manter a nossa instituição, passei oito anos indo de empresa em empresa pedindo uma cesta básica, um saco de arroz, R\$10,00, etc. Na época das eleições, os políticos nos procuram, mas depois esquecem que existimos.

Acho que os senhores entenderam o que eu quero dizer. Quero pedir a Assembléia que continue nos ajudando, nos apoiando, até mesmo nas documentações necessárias para o cadastramento, porque muitas vezes não temos computador, secretaria competente, etc. Esse não é o meu caso, mas peço esse apoio. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Demóstenes Romano, para responder às próximas cinco questões.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - "Como apagar incêndio? O que fará o beija-flor? Quem apagará o incêndio?", perguntas de Adriana Linhares. "Gostaria de ouvir um esclarecimento do senhor a respeito da crítica feita a iniciativas como a do Betinho. Concordo que o trabalho voluntário deve ser qualitativo; no entanto, tendo como pressuposto a própria vontade da sociedade civil de participar, como exigir a capacitação do voluntário como pressuposto? Isso não seria um retrocesso? Afinal, devemos começar de algum modo".

Na verdade, acho que temos a oportunidade de ser um beija-flor eficaz. Se estou a caminho das minhas flores para polinizar, vejo um incêndio, e não faço nada, estarei me omitindo. Agora, posso cuidar do incêndio sem correr riscos. Já imaginaram o mundo sem o beija-flor? Aquele irresponsável da história quase que deixou o mundo sem o beija-flor. Então, posso ser um articulador. O que falta nas pessoas e nas organizações é justamente isso. Por que ele não chamou o elefante, o hipopótamo e disse assim: "Olha, moçada, nem passo perto do incêndio porque vou correr risco, isso não é da minha área. Deitem no rio, um em cima do outro, e vamos desviá-lo". Ou seja, ele poderia ser um mobilizador.

No caso do Betinho, tive a felicidade de conviver com ele e sei que não ia parar nisso. Aquele foi um momento de visibilidade. Ele sempre dizia: "Dá para fazer, nós podemos". Mas não era um ato maior do que uma mobilização. O Betinho, que antes de adoecer era uma pessoa firme, às vezes até ferina, com o tempo foi virando um santo. Uma das suas qualidades era a tolerância e a paciência. Ele tinha um jeito especial de dizer que precisávamos ter vergonha na cara, que era um absurdo e inaceitável alguém passando fome.

Se estivesse aqui, hoje o Betinho estaria participando de ações transformadoras muito mais do que participou. Sei disso porque tínhamos alguns entendimentos para fazer uma coisa muito transformadora no Rio.

Quanto à possibilidade de palestra no interior do Estado, acho que existem pessoas muito melhores que eu. É só uma questão de agenda, estou aí para isso. Mas escolham com cuidado. Na área social precisamos ser mais seletivos.

Pergunta da Eugênia: "Há ações de governo que querem burocratizar o voluntariado. Pontualmente, qual deve ser, a seu ver, a ação esperada por parte do Governo para que se possa obter um trabalho voluntário mais eficaz?".

Acho que na área social, Eugênia, o Governo é mais ou menos como na cultura: se tocar o meu violão sozinho nos botecos da vida, mesmo tendo muita capacidade, não terei muito futuro. Então, há certas coisas que precisam do Governo, e existe dinheiro para isso. Ou seja: é só me dar um palco e luzes para mostrar o que sou, e o público vai me aplaudir ou vai me vaiar. Acho que, no caso da área social, o Governo tem de

ser a equipe mecânica como na Fórmula 1. Ele não tem de ir para a pista, mesmo porque não faz direito, porque não faz com a limpeza que pode fazer. O Governo, com o nosso dinheiro, deve ser um apoiador criterioso, mais sério do que é. Sabemos que ele deixa muito a desejar nesse aspecto. Voluntariado é coisa de cidadão, e não de burocracia.

Pergunta do Geraldo Eustáquio de Carvalho, do Grupo de Fé e Política da Paróquia São Sebastião do Barro Preto: "Uma civilização moderna regida pela impostura da razão, da técnica e das forças de mercado quer suprimir o Deus da Vida do serviço da transformação; tem sido pródiga em egoísmo, insensatez e desatino. O serviço ao outro é a graça de Deus".

Perfeito, quando estou cuidando da água, quando cuido do outro estou cuidando de mim. É cuidar, não ajudar. Precisamos parar de usar esses verbos assistencialistas, paternalistas, de dominação. Quando ajudo, é um jeito de a pessoa ficar me devendo. Cuido de mim e dos outros. Cuido das árvores porque sei que a falta de oxigenação nos prejudica. O enorme problema é que não nos damos conta de que no Brasil, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, em quase todas as cidades, há 1/3 de pessoas que não produzem o que poderiam produzir, que não consomem o que poderiam consumir, que não são tratadas na sua potencialidade. Um grande problema que temos na área social é o foco em necessidade, e não em potencialidade. Necessidade é um saco sem fundo e normalmente desvaloriza o outro. Quando cuido da potencialidade, necessariamente cuido da necessidade. Se estou cuidando de uma potencialidade que tem um entrave, que é uma necessidade, tenho de cuidar dela para a realização da potencialidade. Agora, a recíproca não é verdadeira.

Então, Geraldo, não vejo como fazemos isso por razões utilitaristas, por razões de mercado. Graças a Deus, há muita gente que pensa e faz assim.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta de uma pessoa que preferiu não se identificar dirigida a mim: "Por que algumas instituições procuram marginalizar alguns voluntários que são pobres de bens materiais e ricos de espírito? Muitas vezes esse voluntário está desempregado e não é aceito na sociedade como um cidadão normal. A própria sociedade o julga. Um exemplo é um ex-paciente com depressão. Todos nós devemos saber ouvir o próximo, seja ele rico, seja pobre".

Aprendi muito cedo que o sapateiro não deve ir além das sandálias. Como temos pessoas gabaritadas para responder a esta pergunta, solicito ao Sr. Antônio Carlos Gomes e aos demais expositores que o façam, explorando essa questão.

O Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa - Esta pergunta diz respeito à inclusão. Temos de criar uma sociedade inclusiva. A jornalista Cláudia Werneck escreveu um livro sobre a sociedade inclusiva em que diz o seguinte: "Quem cabe no seu 'todos'?". Há muitas expressões na Constituição e na lei que determinam que isto é direito de todos e dever do Estado, que aquilo é direito de todos e dever do Estado. Muitas vezes, o "todos" instalado na consciência social não é capaz de abranger todos dentro da sociedade.

Essa pergunta nos coloca diante do desafio de construirmos uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Como fazer isso? Criando uma escola inclusiva, uma cidade inclusiva.

Certa vez, Dom Paulo Evaristo Arns disse que em volta de todas as grandes cidades brasileiras existe uma coroa de espinhos, que é a periferia urbana. De fato, quando viajamos de avião, podemos ver aquela parte marrom, toda bagunçada, sem rua, em volta da cidade, e depois, na área central, o tecido urbano já se articulando. Vemos quase que fisicamente o limite dos incluídos e dos excluídos dentro de uma sociedade. E o Brasil se construiu sob o signo da exclusão. Este é talvez o grande desafio: não devemos ficar somente na questão dos deprimidos, dos ex-pacientes, dos doentes mentais, dos deficientes, dos portadores de necessidades especiais, dos ex-presidiários, dos adolescentes que passaram pelas FEBEMs, dos ex-drogados. Há tanta gente na sociedade que poderia subscrever esta mesma pergunta: "qual é a grande questão?". A grande questão é que o Brasil só tem um problema verdadeiro: somos uma sociedade dividida entre cidadãos e subcidadãos. Há um certo contingente de brasileiros que usufrui a cidadania plena, mas muitos não têm acesso à cidadania plena. A subnutrição, a submoradia, o subemprego, o subalfabetização, enfim, tudo o que começa com "sub" se refere às pessoas que não têm cidadania plena. O Brasil precisa construir uma sociedade em que no "todos" caibam realmente todos os brasileiros.

O Sr. Presidente - Temos duas questões feitas à Assembléia. A primeira, é de Célia Regina, do Grupo de Apoio à Cidadania de Contagem. Durante as reuniões preparatórias deste seminário e nesta plenária, percebemos uma presença predominante das mulheres. Solicitamos que a organização do Seminário, na plenária de amanhã, considere a possibilidade de participação de uma mulher que represente as demais na Mesa.

Gostaria de comentar que, felizmente, como foi colocado, temos a maioria de mulheres. Na organização do Seminário, nos grupos de coordenação, também temos a presença marcante das mulheres como coordenadoras. Nada impede que as mulheres também se façam representar aqui na Mesa. Por coincidência, hoje os expositores são esses que aqui estão presentes. Louvamos a participação quantitativa e qualitativa das mulheres.

A Associação Comunitária dos Moradores do Gutierrez, por intermédio da Márcia Campos, afirma que a Assembléia Legislativa deveria divulgar (...). A associação conduz o Projeto para a Cidadania, que trabalha a auto-estima dos nomes cadastrados no Bairro Gutierrez (...). Não estou conseguindo decifrar. A Assembléia Legislativa deveria divulgar os projetos sociais das associações comunitárias? Acho que, em síntese, é isso.

Estou sendo informado pela nossa assessoria de que existe a proposta de um dos grupos de trabalho para que no "site" da Assembléia sejam colocadas informações sobre as entidades e seus projetos sociais e também uma agenda básica com as ações para o ano de 2002. A Assembléia vai discutir e avaliar as condições para concretizar essa proposta.

A próxima colocação será formulada oralmente pela Sra. Belcholina Cândida da Silva. Solicito que anuncie também o nome da entidade que representa, porque está abreviado. É dirigida à Casa.

A Sra. Belcholina Cândida da Silva - Boa tarde, Sr. Presidente e todos da Mesa. Meu nome é Belcholina Cândida da Silva e represento a Associação Feminina São Silvestre do Bairro Jardim Inconfidência. Atuo na Rua Batista de Andrade, 18.

Meus parabéns por mais este Seminário, para o qual fomos convocados. Aqui estou para cooperar no que puder.

Gostaria de saber se é possível a Assembléia fazer um seminário bastante eficiente e competitivo como foram os outros. Pediria que a Mesa e a Assembléia Legislativa cooperassem com as pessoas que vieram de fora dando um almoço para todos, hoje, amanhã e depois de amanhã. Nem todos têm dinheiro para o almoço. Tive informação de que em vários locais se podia servir bem. Esperamos a compreensão dos Deputados para que seja entregue a cada um, principalmente a quem veio do interior, o vale-refeição.

Em 1996, quando participei de um seminário aqui, no primeiro dia houve uma falha grande, não houve almoço para ninguém. Como tinha alguns trocados no bolso, andei distribuindo para algumas pessoas, para almoçar, porque não tinham dinheiro. Sabendo que isso já aconteceu no passado, solicito que se tomem providências. Algumas pessoas se sustentam bem com um cafezinho bem servido, mas outras não, porque o almoço faz falta.

Gostaria de rever a questão daquele senhor que reclamou que as associações de bairro não freqüentavam os eventos por não terem vale-transporte. Justo e certo. Para nós, que somos voluntários, já somos aposentados, de maior idade e não precisamos de pagar o transporte, tudo bem, mas aqueles que ainda precisam pagar transporte, os que trabalham e muitos desempregados necessitam, sim, do vale-transporte. Tanto é que houve uma crítica da qual não gostei. Por isso, estou aqui para reivindicar o vale-transporte para as pessoas que necessitam. Esse é o meu recado. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a sua participação. Esclarecemos que não está previsto no custo do Seminário o fornecimento das refeições. Vamos tentar suavizar esse aspecto. Peça à assessoria que examine se, a partir de amanhã, poderemos ter um lanchinho com pão de queijo.

Com a palavra, o Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa, a quem foram dirigidas as três próximas perguntas.

O Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa - Na primeira pergunta, a pessoa não se identificou. A pergunta é a seguinte: "Antônio Carlos, as ações voluntárias trazem alguma consequência para o mercado de trabalho?"

Acredito que não. Jaime Rifquem vem escrevendo sobre isso e vê como um dos grandes campos de expansão do mercado de trabalho o terceiro setor, as organizações civis sem fins lucrativos. Ele mostra os números do terceiro setor americano.

É muito interessante que os Estados Unidos, país que tem uma coisa que o Robert Patman chama de "paradoxo americano", são um dos países mais individualistas e também um dos mais solidários do mundo. Lá as pessoas dão mais tempo para o trabalho voluntário e dão mais recursos de seu próprio bolso para o trabalho social. Então, existe um enorme terceiro setor, muito evoluído, que emprega milhões de pessoas e movimenta bilhões de dólares. E isso acontece numa sociedade que tem uma antiga tradição de trabalho voluntário. Esse trabalho não interfere no mercado de trabalho profissional. Isso ocorre por causa de uma relação de intercomplementaridade, que já foi explorada por esta Mesa.

Quero aproveitar este momento para lembrar uma coisa que o Betinho me falou. Uma vez, haveria uma reunião, justamente o que o Demóstenes estava falando que queria fazer, uma agenda social no Rio de Janeiro, em função das olimpíadas, para que o Rio se preparasse para as olimpíadas garantindo creche para todas as crianças. Não haveria nenhuma criança na rua, todas estariam nas escolas. Havia uma série de objetivos sociais a serem atingidos pela cidade do Rio de Janeiro, se fosse escolhida para as olimpíadas.

Viviane Senna não poderia ir, porque teria que estar no interior. Não querendo dizer não ao Betinho, pediu que eu fosse a essa reunião. Fui e cheguei mais cedo ao Rio de Janeiro. A reunião seria às 16 horas, e cheguei ao IBASE às 14 horas. Pedi à secretária que arranjasse um cantinho para eu ler algumas revistas e jornais que havia comprado. Solicitei que não dissesse a ninguém que havia chegado, porque senão ficaria empalhando o trabalho dos outros. Fiquei na sala da reunião com ar condicionado. O Betinho entrou na sala, e começamos a conversar. Havia uma frase do Bertolt Brecht na parede que dizia o seguinte: "Há homens que se dedicam um dia e são bons, outros que se dedicam um ano e são melhores, e outros que se dedicam a vida toda e são imprescindíveis."

O Betinho olhou aquilo e disse: "Antônio, veja que coisa engraçada, com base na minha experiência, não acredito mais que haja uma hierarquia entre as pessoas nem nada disso. A campanha contra a fome me ensinou a lição de que há pessoas que acham que para dizer 'sim' têm de abrir um comitê. Se não fizerem isso, não ficam satisfeitas. Há outras pessoas que, pelo seu feitio, pelo seu jeito na vida, nunca vão abrir ou liderar um comitê, mas, se alguém abrir o comitê, vão lá e se oferecem para trabalhar. Há gente que não abre comitê e não se oferece para trabalhar em comitê, mas se alguém que trabalha no comitê procurá-lo, faz uma doação. Há outras pessoas que não abrem comitê, não se oferecem para trabalhar, não fazem doação, mas que falam bem daquela iniciativa, dizendo que isso deve ser feito mesmo. Há pessoas que nem bem falam, mas que, se alguém falar mal perto delas, falam que não concordam porque é bom". Outros já falam mal, que isso é assistencialismo e que haveria necessidade de fazer a reforma agrária, que o Betinho havia virado assistencialista e teria que redistribuir a renda, fazer reforma agrária e urbana. O Betinho disse que mesmo essa pessoa estaria ajudando, porque estaria colocando o tema na agenda. Disse que só não ajuda quem é totalmente indiferente. Disse ainda que não poderia haver hierarquia entre as pessoas porque todo mundo disse "sim" e cada um disse um "sim" à sua maneira.

Acho que essa é uma contribuição importante do Betinho, quase no fim da sua vida, quando requalificava essa questão do trabalho voluntário.

A outra pergunta é do Sr. Ângelo Molina: "Gostaria que você ampliasse e discutisse melhor essa questão com relação à atuação sobre a família, para que a transformação social realmente ocorra".

Acho que a família no Brasil é a grande esquecida da política social. Hoje nem salário-família significativo existe mais no País. Os países que deram certo deram ênfase a duas coisas na juventude: escola e família na infância e na juventude.

Uma vez uma americana, Mary Ferguson, visitou a Fundação Odebrecht e disse que ela mostrou um trabalho maravilhoso feito com os jovens. Então, perguntou sobre a família. Responderam que não trabalhavam com a família, mas apenas com os jovens. No entanto, a americana insistia na pergunta: "E a família?". Não entendia como se podia trabalhar o jovem sem a família.

No final, deu um exemplo muito interessante, dizendo: "Quando estamos no avião, dizem: "Em caso de depressurização da cabine, máscaras de oxigênio cairão a sua frente. Se estiver com uma criança, coloque a máscara primeiro em si e depois coloque a máscara na criança". Então, falava: "Ao invés de ajudar a criança primeiro, ajude primeiro o adulto que vai cuidar da sua criança". Acho que no Brasil trabalhamos cada caso individualmente, trabalha-se o drogado, o idoso, o deficiente e a criança, cada qual separadamente. Se trabalhássemos pela família, estaríamos ajudando todos ao mesmo tempo, se as famílias tivessem condições e competência para ajudar a todos seus membros.

A última pergunta é sobre a ONU e os programas de inclusão social feitos a partir de ONGs e de cooperativas. Acho que, nesse início de século e de milênio, a ONU está se confrontando com o grande desafio do desenvolvimento local integrado e sustentável. Hoje há muitas cabeças pensantes e programas pensando sobre isso. A melhor parte da inteligência social do mundo nos dias de hoje está pensando em como promover o desenvolvimento em bases locais e um movimento sustentável.

Não há nenhuma equação de desenvolvimento que não atribua um papel transcendental, um protagonista fundamental, ou seja, principal, às ONGs e às cooperativas. A cooperativa, como forma de organização no mundo do trabalho, e as ONGs, como forma de expressão da solidariedade social. Falei na exposição sobre a ética de corresponsabilidade entre as políticas públicas, o mundo empresarial e o terceiro setor, ou seja, as organizações sem fins lucrativos - as ONGs, as cooperativas e o associativismo no mundo do trabalho, dos produtores e no mundo econômico. Acho que são variáveis indispensáveis ao equacionamento de um desenvolvimento local, integrado e sustentado. Deve ter sustentabilidade no tempo.

Quero articular tudo isso com o tema do voluntariado. O desenvolvimento social no mundo vai ser feito pelas políticas públicas e pela solidariedade social. No campo da solidariedade social, onde tradicionalmente tínhamos as Igrejas, as obras sociais e as entidades que atuavam no campo puramente social, agora isso vem sendo ampliado com a atuação do mundo empresarial.

Como foi lembrado, é muito importante no campo da atividade produtiva, e também de consumo, a atuação das cooperativas. Não se pode fazer uma equação de desenvolvimento sem as cooperativas e organizações não governamentais.

O Sr. Presidente - As duas questões a seguir foram dirigidas ao Marcelo Linguitte.

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - A primeira é da Sílvia: "Qual é o caminho que uma entidade deve seguir para chegar até as empresas a fim de conseguir recursos para trabalhar com o meio ambiente em todos os níveis de ação em seu município?". Acho que, independentemente do tema com o qual se vai trabalhar, se é meio ambiente, universidade, criança, adolescente, detentos, etc., pela nossa experiência no Ethos, as empresas estão muito interessadas não apenas em financiar, dando um cheque, mas também em se engajar e participar. Sentem que o trabalho que está financiando está tendo um resultado, etc. A lógica da empresa e talvez uma certa contribuição que as empresas possam dar é a questão da eficácia, do resultado.

Se você trazer esse tipo de lógica para as ações sociais, obviamente as questões da eficácia e do resultado existem num certo contexto. Não é o mesmo resultado nem o mesmo tipo de consideração. Mas uma ação social deve ter para a sociedade um resultado efetivo, uma transformação, e não manutenção de uma situação que aí está. Nossa sugestão é que se leve para as empresas uma visão de engajamento delas, que o projeto tenha um resultado e uma visão de transformação.

A questão da sustentabilidade é importante. Particularmente, não acho que todas as entidades sociais consigam ser auto-sustentáveis. Acho natural que sempre haja projetos sociais que sempre vão precisar do apoio das entidades, das empresas. É importante buscar canais de aproximação para mostrar às empresas como podem contribuir. Precisamos engajar essas empresas mostrando os resultados da sua ação.

Há casos interessantes de empresas que financiam entidades sociais, mas que também muitas vezes contribuem com alguns conceitos, com algum apoio na questão da gestão dessas entidades, o que não significa ingerência. Esse é um cuidado que muitas vezes as empresas devem ter. É também um problema eterno. A empresa com a consciência de que pode ajudar, com uma "expertise" em termos de gestão, acha que pode chegar à entidade social e querer mudar tudo, porque as coisas que estariam sendo feitas até aquele momento estariam erradas.

Não é assim. Deve haver um equilíbrio, uma forma ideal de atuação, em que a entidade social sabe o que faz e não a empresa que conhece. Via de regra, as empresas não conhecem a realidade social. Têm uma percepção, mas a forma de agir, intervir e produzir resultados sociais interessantes, nem sempre as empresas têm essa consciência. Acho que buscar essa complementaridade é importante.

Com relação à segunda pergunta sobre o poema do Mário Quintana, não me lembro do seu nome. Tomei contato, pela nossa campanha do ETOS e que foi trazida pelo Mário Quintana. Mas, se vocês entrarem no "site" do ETOS e clicarem, poderão ver.

Vai aparecer um poema do Mário Quintana e em qual livro ele está.

A Sra. Rosara Márcia de Oliveira Jorge Moreira - Bom-dia a todos. Parabênzo, mais uma vez, a Assembléia por ceder este espaço para discussão. Cumprimento a todos os palestrantes. Peço licença ao Dr. Marcelo para me dirigir, primeiramente, ao Dr. Demóstenes.

Com relação à questão do Betinho, Dr. Demóstenes, é muito interessante a idéia que o senhor trouxe, do beija-flor polinizador. Mas lembrei-me também da questão da contextualização. Imaginei o Betinho dando início, neste País tão cheio de injustiças, a uma campanha que apelava para um mínimo. As pessoas ainda estão passando fome. E nós, agora, estamos trabalhando na polinização por sermos os polinizadores. Temos de lembrar que somos beija-flores desviados de sua vocação mais profunda. Então, não desejamos esse assistencialismo. Mas, muitas vezes, ele tem de estar presente, porque não podemos engavetar gerações, precisamos ajudá-las. Neste momento, queria parabenizá-lo pela lembrança de Viktor Frankl, "Em Busca do Sentido", que foi uma referência muito rica de um texto que nos ensina muito.

Dr. Antônio Carlos, quando o senhor falou em subcidadão, lembrei-me de um texto que tenho em mãos e gostaria de passar ao senhor, cujo título é "Cidadãos Brasileiros", do José Murilo de Carvalho, que diz que o nosso País está estratificado realmente pela desigualdade. Segundo o texto, temos três classes de cidadão: o pobre honesto, o trabalhador assalariado, que tem carteira assinada, incluindo ainda o pequeno funcionário ou proprietário; o macumbeiro, que são trabalhadores sem carteira assinada, domésticos, biscateiros, menores de rua, camelôs, mendigos, quase sempre mulatos ou negros, analfabetos com educação primária incompleta; esse brasileiro faz parte da comunidade política nacional apenas nominalmente, ele é culpado até prova em contrário ou mesmo pós-prova em contrário; e, ainda, temos o doutor, cidadão de primeira classe, referindo-se ao Brasil, que são os empresários, professores universitários, políticos, coronéis, fazendeiros e profissionais liberais. São pessoas capazes de defender seus direitos e privilégios, recorrendo a amigos influentes, pagando advogado e comprando a polícia. Essa classe representa 1% da população com renda maior que 10 salários. Então, a sua questão da subcidadania me lembrou esse texto do José Murilo, se realmente somos cidadãos.

Por fim, Dr. Marcelo, quando o Dr. Demóstenes nos falou da questão do engessamento e da deformação que os voluntariados vêm sofrendo, a partir dessa campanha de "marketing" intensa que se desenvolveu durante o ano, queria perguntar ao senhor o seguinte: no seu entender, há uma política de sensibilização do empresariado por meio dessa intensa campanha de voluntariado, para que se efetive cidadania de forma mais transparente? Ou seja, todos vivemos em microespaços de poder. Todos estamos em microespaços. Como cuidar dos dentes de uma criança na favela, se, à noite, ela não tem o que mastigar? Enquanto isso, a mãe da criança está empregada em nossa residência, jantando filé "mignon". Como pedir a um empregado que seja voluntário apaixonado, se suas condições são tão precárias e os seus sofrem tantas faltas?

Antes de tudo, o que buscamos é a cidadania real do empresariado que detém um capital privilegiado, questionando o papel do Estado, que é institucional. Não há que se falar em voluntariado dentro do Estado, institucionalmente?

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - A sua pergunta levanta vários pontos. Inicialmente, novamente caímos na questão do trabalho como funcionários. É enganoso pensar que a empresa terá um trabalho social consistente, se ela não tratar seus funcionários de forma minimamente adequada, ou seja, salários razoáveis, condições de vida razoável, etc. Não podemos esperar que a empresa pague mal e, mesmo assim, queira que os seus funcionários participem de programas de voluntariado.

Recordo-me de um caso que tivemos de uma empresa no interior da Bahia. Os funcionários, no final de semana, saíam de suas casas - a empresa não forçava, sugeria e incentivava quem quisesse, oferecendo condições - e iam até alguma entidade social para ajudar. Nessa entidade social, a empresa dava para os funcionários lanches e almoço, porque iam até o final da tarde. Alguns funcionários começaram a questionar: estou trabalhando, ajudando essa entidade, e minha família está em casa sozinha. Estou comendo, mas na minha casa falta isso. E a empresa, quando se deu conta disso, reavaliou a ação: talvez seja melhor ter uma ação mais consistente com a família desses voluntários.

Então, novamente a questão básica de relação é com o funcionário. Sempre falamos: se a empresa não quiser ter uma ação social externa, se não achar interessante isso, tudo bem. Mas ela terá de pensar consistentemente nos seus funcionários, porque a responsabilidade social começa em casa. Novamente é a preocupação da empresa com os seus funcionários. Essa é a grande questão.

Não sei se vocês repararam na pesquisa, mas o principal fator de repulsa refere-se à questão relativa ao tratamento que a empresa dispensa a seus funcionários, se trata bem ou mal. É a questão do emprego, algo fundamental. É a questão da sobrevivência e manutenção de um nível de vida digno e humano para aquele cidadão.

Você comentou também o fato de a empresa utilizar a responsabilidade social para interesse dela ou focar e manipular as ações sociais ou desvirtuar uma agenda social estabelecida. Isso pode ocorrer, se não houver uma preocupação e um policiamento da sociedade civil e das entidades sociais. Temos encontrado alguns casos em municípios menores onde a participação da empresa, em termos de ação social e programa para a comunidade, é mais representativa, causando mais impacto do que em São Paulo, Belo Horizonte, etc.

Com relação a impostos, é preciso começar a partir da lei, que é o básico. Em Jundiá, por exemplo, uma empresa desenvolveu um trabalho muito interessante relacionado com meio ambiente, que contagiou toda a comunidade ao redor.

Então, teve impacto bastante significativo. Poderia direcionar para uma necessidade que não fosse da própria comunidade. Mas não foi isso o que fez.

Uma outra empresa, que, entre outros produtos, fabrica graxa para sapatos, começou a desenvolver um "kit" para sapateiros, com a idéia de distribuir caixinhas de sapateiros para crianças, a fim de ensiná-las a engraxar sapatos. Além disso, iria colocar quiosques no local onde funciona, para que as crianças pudessem trabalhar. Existe uma legislação proibindo o trabalho para menores de 16 anos. Além disso, no exemplo citado, a criança ficaria exposta a riscos muito grandes, como a inalação da cola. É um programa absolutamente descabido. Os interesses da empresa talvez sejam mais mercantilistas. Mas até nesse ponto, essa idéia - que não se consolidou - foi muito burra, porque estaria associando a imagem da empresa à exploração do trabalho infantil, a algo muito ruim. Portanto, as empresas precisam se questionar sempre. A sociedade civil organizada - as ONGs e as entidades sociais - precisa fazer um trabalho de policiamento, de fiscalização, que é muito importante.

A respeito da complementaridade da ação das empresas, não se supõe que elas assumam o papel do Estado. Claro que, na ausência dessa ação, muitas vezes, as empresas acabam agindo. Visitei, no mês passado, uma usina em Pernambuco, localizada a 60km de Recife. São 35 usinas funcionando em conjunto. Lá, existem várias escolas, onde estudam 1.600 crianças, não somente filhas de funcionários, mas também oriundas da própria comunidade. Nesse caso, podemos perceber a ausência do Estado: como ali não existiam escolas públicas suficientes, a empresa acabou agindo.

Casos como esse são específicos. O papel do Estado pertence ao Estado. A ação da empresa é complementar, é um apoio, uma contribuição à sociedade. Mas não podemos nos esquecer de que todo esse movimento deve culminar, em última análise, no crescimento do espírito crítico da sociedade, para que possamos colocar nos níveis superiores - cargos eletivos e governos - pessoas que estejam preocupadas com o País.

As empresas desempenham um papel importante na construção da cidadania. É enganoso pensar que podem fazer tudo sozinhas. Não podem nem devem. O Estado é que pode fazer tudo, pois tem as possibilidades orçamentárias, a possibilidade de estruturar a legislação adequada e impactar efetivamente nessa questão. Ouvimos muito freqüentemente esse discurso entre as empresas: estamos fazendo, querem que façamos. O Estado fica de lado. O Estado ajuda se não interferir. Esse juízo é muito sedutor para algumas empresas, mas não é verdadeiro. O Estado tem o seu papel, deve ser municiado e apoiado para que o cumpra, mas também deve ser cobrado.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta foi formulada por Vilma Camargos Jarnefelt: "Como os representantes do poder público presentes na Mesa estão vendo a substituição crescente das políticas públicas sociais pela responsabilidade social corporativa?".

Respondendo, ou tentando responder, só podemos ver com bons olhos o surgimento da responsabilidade social corporativa. Não se trata de substituição, mas de um efeito sinérgico. Este seminário tem o objetivo de fornecer elementos e subsídios para a Assembléia Legislativa, no que diz respeito à sua atuação no campo das políticas públicas. Existe uma proposta para se criar nesta Casa uma frente de cidadania e voluntariado, que, no futuro, poderá se tornar uma comissão permanente de cidadania e voluntariado. Como disse, ainda é uma proposta. Neste seminário vamos colher elementos, a fim de levar adiante essa idéia.

As próximas três questões serão formuladas oralmente e dirigidas a Demóstenes Romano. Com a palavra, a Sra. Maria Lúcia Melo Simões, representante da Fundação D. Bosco, que fará a primeira pergunta.

A Sra. Maria Lúcia Melo Simões - Boa-tarde aos membros da Mesa, convidados e participantes. Demóstenes, o seu trabalho é uma referência nacional. Para mim, que estou implantando o voluntariado na Fundação D. Bosco, é uma das fontes de inspiração.

Apesar disso, farei alguns questionamentos. Você mencionou, hipoteticamente, que não deveria existir uma lei para o voluntariado. Nós, que trabalhamos nas bases, percebemos que essa lei abriu espaço para que o voluntariado ocorra de forma mais efetiva nas instituições. Muitas vezes, o nosso trabalho nas associações de bairros e em entidades sem fins lucrativos foi podado, devido ao medo de enfrentar os riscos. Como trabalhamos há mais de 20 anos com a comunidade, sabemos que as pessoas começam com boas intenções, mas mudam de atitude durante a caminhada. As associações e as entidades são levadas ao Ministério do Trabalho e não têm como arcar com os custos, que são indevidos.

Conhecemos a força da mídia, sabemos que a solidariedade sempre existiu em toda a história da humanidade. Na prática, o que está acontecendo depois da lei? As pessoas que já ajudavam - e agora consideradas oficialmente voluntárias - estão se sentindo valorizadas, prestigiadas. A lei está sendo muito útil. Somente as instituições públicas e as privadas sem fins lucrativos podem usufruir dela, que foi um ganho para a sociedade. Obrigada.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Como estou ao lado do Antônio Carlos, vou pegar nele para ver se consigo um pouco de ponderação e tolerância, que não são o meu forte. Quando digo isso pode parecer um pouco de exagero, mas é só exagero, porque, no fundo, qualquer trabalho que for organizado para o exercício da cidadania, da solidariedade e da fraternidade não corre esse risco.

Existe um outro aspecto perigoso: temo que as pessoas fiquem descansadas, prejudicando, assim, não só o próprio trabalho, mas também o avanço do assunto voluntariado. Segundo a opinião de quem entende de leis - e não são palavras minhas -, temos a Constituição e a CLT, que, por enquanto, estão acima disso. A circunstância em que isso foi aprovado foi mais gestual. Provavelmente, se fosse um assunto polêmico, entraria para o arquivo das propostas inconstitucionais. Acho muito bom não nos fiarmos muito nisso, porque na Justiça do Trabalho existem coisas elementares. Se você caracteriza mando, caracteriza rotina, ou seja, os fatos que caracterizam vínculo empregatício, não há como fugir da determinação da lei, a não ser que os homens, circunstancialmente, a interpretem de forma diferente. Segundo as palavras do Antônio Carlos, todas as vezes em que fizermos assim, não cairão torres, teremos tolerância para arranjar outros meios de afirmar as nossas crenças e convicções. Cuidado, não fique muito tranqüila com isso.

A Sra. Maria do Carmo Friasi - Cumprimento os membros da Mesa e os participantes. A minha primeira questão diz respeito à potencialidade das palavras. Cada palavra que ouvimos é como se fosse uma fonte muito grande que sustenta as grandes e necessárias discussões políticas.

Devemos prestar atenção na efetiva ação das palavras, porque nos seminários, nos encontros, temos a sensação concreta de que os problemas poderiam ser resolvidos se houvesse a ação da palavra.

A minha segunda observação refere-se ao beija-flor, cujo exemplo é uma proposta de transformação: a transformação do conceito do beija-flor bombeiro, apagador de incêndio, ao beija-flor polinizador, que é uma figura genesiaca, como foi a obra do Betinho. Estou participando da 1ª Conferência do Conselho de Segurança Alimentar - COSEA. Ontem, durante todo o dia, ouvimos os exemplos da obra do Betinho, citados não só pelo Presidente, o Bispo D. Mauro, mas também pelos mais simples participantes do trabalho realizado pelo COSEA.

Creio que exemplifiquei bem a potencialidade da palavra. O exemplo do beija-flor é marcante: a fragilidade da ave combinada com a potencialidade da vibração de sua asa. Os físicos ficam espantados diante da potencialidade dessa vibração, pois é a única ave que consegue ficar parada no ar, batendo as asas.

A discussão fundamental, especialmente neste encontro para a cidadania, é discutir voluntariado, sua ação transformadora ou mantenedora. Solicito um aprofundamento e um parecer sobre as minhas palavras, ou seja, se o meu entendimento está correto.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Na verdade, essa é minha opinião. Se depender de mim, será assim. O seminário será o que conseguirmos fazer dele. Acho que isso é absolutamente essencial, e seria muito bom que fosse norteador. Vou ilustrar com uma coisa muito simples e muito dramática: estamos fazendo um trabalho, que é o projeto Meu Quarteirão do Mundo e o Mundo do Meu Quarteirão, na Vila Embaúbas, uma favela de 2.700 almas no conglomerado da Cabana do Pai Tomás. Lá há um Líder, o Luiz Carlos Cordeiro. Outro dia estávamos lá num final de noite, com a ruazinha cheia, e ele ia me dizendo o seguinte: "Nosso povo está na rua porque não cabe dentro de casa. Só na hora de deitar todos entram na casa e se amontoam para caber. Nós não saímos daqui porque não temos dinheiro e porque sabemos que corremos riscos". Aí ele fala o que é um negro não bem-vestido andando à noite na rua: "Nós não saímos com medo das pessoas de fora. Quantas pessoas estão agora nas suas casas, nas suas mansões com medo de nós?"

Chegamos a um ponto de perde-perde que não dá mais, que não é mais possível por todas as razões, pelo nosso desconforto emocional e por tudo isso. Conviver com essa situação é muito difícil. Não conviver com essa situação quer dizer cada um de nós, ao máximo possível, ser minimamente liberto para ser minimamente libertador e assumir esse papel de agente transformador. Para manutenção não há dinheiro nem organização que chegue. É muito mais fácil transformar que manter, além de ser muito mais eficaz. Vamos resumir as potencialidades ou necessidades.

Uma coisa importante que precisamos aprender com todos os setores, principalmente com os mais organizados da iniciativa privada, é que precisamos de metodologia. Chega de fazer como fazia nossa tia-avó. Não há espaço mais. A dinâmica da vida é outra. Vai à TELEMAR e fala que quer fazer uma instalação telefônica com poste de eucalipto. Todos vão se assustar. Hoje é fibra óptica. Tudo que era de ontem está no museu. Temos que ter essa visão de resultado e essa consciência de que, na área social, precisamos ter metodologias específicas, precisamos ter tecnologia social e temos que ser muito atentos a resultados. Quem produz esse copo trabalha para ter índice de defeito, de resserviço e de quebra de copo zero. Na área social, sabemos quantos não dão conta da escola, quantos não dão conta de não-sei-o-quê, e não fazemos nada. Falamos: tem que esperar porque o Governo isso, porque, porque, porque, cheios de álibis. Temos que ter a ética da urgência, temos que ser transformadores, trabalhar em potencialidade. Cada um de nós tem que fazer. Eu vou, quando sair daqui, fazer alguma coisa, amanhã estarei fazendo e depois. Se ninguém mais fizer, eu vou continuar fazendo. É disso que cada um deveria ter consciência. Não adianta ficar empenhado, esperando verba, esperando lei, esperando ordem. Não sei se consegui, mas acho que você captou muito bem. Que as palavras tenham um significado, como diz você, de ação. Vamos ler mais e praticar mais o Evangelho.

A Sra. Maria do Carmo Friasi - Perdão, pratiquei uma injustiça com o beija-flor. O mais impressionante do beija-flor é ser o único ser vivo que voa nas quatro direções. Ele tem as direções Norte, Sul, Leste e Oeste na potencialidade e no poder de suas asas.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Por isso, não podemos deixar que ela corra o risco de um incêndio. Vai lá, chama o camelo, e se, ele der uma bocada e uma cusparada de água, vale por não sei quantos elefantes. O camelo pode ser um apagador de incêndio.

O Sr. Presidente - Questão a ser formulada por Alair Villar, da ASCONSER. Estamos premidos pelo tempo, então pediria que, na medida do possível, objetivassem as questões e as respostas, para darmos vazão às questões ainda por responder.

A Sra. Alair Villar de Carvalho - Algumas perguntas já foram respondidas. Sou da Rede Feminina Nacional de Combate ao Câncer e coordeno 23 Estados. Gostaria de ter um contato maior com seu trabalho, Prof. Romano, porque temos que somar, temos que crescer. Tenho algumas dúvidas. Em Juiz de Fora, já desenvolvemos um grande trabalho no hospital da ASCONSER, filantrópico. Sabemos como conseguir proventos e estamos em expansão, mas ainda há muito que se fazer nos outros Estados com relação ao voluntariado. Gostaria de ter contato com o senhor para desenvolver melhor o trabalho que já fazemos em 23 Estados.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - Ali fora, tem um papel com nosso endereço. É um prazer podermos participar desse trabalho. Não estaremos ajudando, estaremos participando da construção de um mundo melhor.

A Sra. Alair Villar de Carvalho - É uma ajuda participativa, sim. É muito bom sermos beija-flor, desde que não nos queimem. Bom-dia.

O Sr. Presidente - As duas próximas questões são formuladas ao Marcelo Abrantes; pediria a fineza de responder a elas.

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - A primeira é do Adão, do Sindicato de Transportes Rodoviários: "Os governantes têm feito pouco para impedir os acidentes nas estradas. Como os voluntários poderiam ajudar?". É uma pergunta interessante. Temos algumas concessionárias de estradas associadas ao Instituto Edson, vou pegar essa sugestão e conversar sobre isso para saber se existe mais experiência. Imagino que, naquelas cidades por onde as estradas passam, existam grupos de voluntários que, de uma forma ou de outra, contribuem para isso. Imagino, também, que o próprio Governo, o DNER ou a entidade que cuida disso, onde não existe a concessão, estão preocupados com essa questão. Sou engenheiro civil, já participei da construção de estradas e sei que existem muitos problemas na definição de materiais, na utilização de materiais corretos. Isso passa, também, por outras questões. O voluntariado é uma questão muito interessante, mas eu bateria, ainda, na questão da concessionária, quando existe, e do poder público, quando a estrada não está em concessão.

A outra é do Adilson, da Secretaria Municipal de Assistência Social. A idéia é como podemos tentar fazer com que as empresas se mobilizem para o voluntariado. O ETOS tem uma publicação que se chama "Como as Empresas Podem Implementar Programas de Voluntariado". Trouxe alguns exemplares dessa publicação, e, se não tiver mais, podem fazer um "DOWNLOAD" pela Internet no "site" do ETOS e encontrarão toda a publicação. Há uma orientação de como as empresas podem estar começando. Não é um material conclusivo, apenas um insumo para que as empresas possam começar a agir nesse sentido. É um material muito interessante, tem sido utilizado por muitas empresas, feito com um programa voluntário do Conselho da Comunidade Solidária para a questão do voluntariado.

Somente complementando o que foi falado da palavra e da ação, pegando um pouco o exemplo das empresas, o planejamento estratégico que

entraria na questão das palavras é muito legal, mas, se esse planejamento não se tornar operacionalidade, ação concreta na empresa, perde-se.

É importante tentarmos fazer essa ligação - falar e agir bastante. Tenho uma experiência pessoal, por conta de formação profissional, de ter participado de grupos de mutirões em São Paulo, para autoconstrução. Quando estávamos apoiando e ajudando um grupo a se organizar para construir as moradias pelo sistema de auto-ajuda, havia uma discussão muito interessante. Era a questão da mais-valia. Os grupos organizados da comunidade trouxeram essa discussão: "Nossa remuneração deveria servir para que comprássemos nossa residência e não deveríamos estar gastando os finais de semana trabalhando para construir nossa residência. Deveríamos ter dinheiro suficiente para mandar construir ou para comprar". Esse trabalho tinha toda uma teoria marxista por trás, que é uma teoria interessante e tem um diagnóstico bastante consistente em alguns pontos. Durante bastante tempo, ficou-se divagando se valeria a pena ou não, ideologicamente, construir. Ao final, chegou-se à conclusão de que sim. Se não havia uma justificativa ideológica, havia uma necessidade concreta da residência. Muitas vezes, a urgência das coisas faz com que tenhamos que agir. Vamos pensar, vamos planejar, mas vamos agir concretamente, para termos resultados mais rapidamente.

O Sr. Presidente - As duas próximas questões são dirigidas ao Demóstenes Romano.

O Sr. Demóstenes Romano Filho - O Celso Marques fala de violência e de o voluntariado trabalhar com os profissionais da segurança. O Hélio Emiliano pergunta o que a central pode fazer para organizar um trabalho, já que temos exclusão social devido à pouca escolaridade, com poucos chegando ao ensino. As outras são do mesmo teor. Wellington Rodrigo Aguiar, da Associação Comunitária do Bairro Pompéia, fala em tolerância, orgulho e humilhação: "Gostaria que me informassem como fazer e onde buscar ajuda para atender às necessidades dessas pessoas". Maria de Lourdes Siqueira, do Grupo de Valorização Humana, concorda e diz que o grupo é preparado para ouvir.

Rapidamente, o grande problema é que temos uma cultura de complexidade. Sempre achamos que precisa haver uma organização, precisa haver dinheiro, enquanto, na verdade, eu dou conta de cuidar de uma criança. Se for para o acompanhamento escolar, talvez eu dê conta de três ou quatro. Posso ensinar inglês para uma ou duas. Posso ensinar informática. O que temos experimentado na Central de Voluntariado, no programa Meu Quarteirão no Mundo e o Mundo do Meu Quarteirão, é trabalhar por núcleos, numa área de baixa renda e baixa escolaridade. Trabalhamos num núcleo de 100 famílias, e há uma metodologia, um jeito de fazer isso que não é paternalista ou assistencialista, sinaliza, o tempo todo, para a autogestão e auto-sustentabilidade. Às vezes, Marcelo, concordo plenamente, a organização não consegue ser auto-sustentável, mas pode e deve estar articulando projetos que sejam auto-sustentáveis. Trabalhamos para ficar um ano em cada área. Nosso objetivo é nenhuma criança fora da escola, todas tendo inglês, virtudes e valores permanentes da humanidade, cidadania, informática, todos acima de 16 anos, tendo geração de renda, e há um programa de ação cultural e desenvolvimento humano que é fundamentalmente para identificar talento naquela linha de potencialidade e para elevar a auto-estima, principalmente do grupo social.

Como diz o Antônio Carlos, não adianta trazer o conceito empresarial de segmentação para a área social, ao contrário, já está fragmentado demais. Estamos precisando do grupo social. Com isso, levamos os voluntários que têm na metodologia muita autonomia. O nosso objetivo é muito mais possibilitar ao voluntário o exercício do voluntariado do que ter um projeto. Na verdade, estamos partindo do pressuposto de que uma das coisas que temos na nossa cultura são projetos especiais, de pessoas especiais em situações especiais. O que estamos precisando para andar rápido são projetos comuns, de pessoas comuns para pessoas comuns. E precisamos ter tecnologia social que possa ser disponibilizada como se disponibiliza uma franquia. Quem produz um copo não parte do zero. Ele vai fazer uma pesquisa de tudo que tem disponível para isso. E não vai do jeito dele, mas do jeito que dá resultado. Isso é o que chamamos de metodologia, de tecnologia social. Para começar, é preciso um senso ético de coerência, de urgência.

O Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa - Vou ser breve em respeito ao cansaço e à fome das pessoas. Pergunta de Maria Cristina, do Tribunal de Justiça: "Comente: o Estado assume o discurso do voluntariado. Algumas instituições fazem campanha, mas, ao mesmo tempo, aprovam políticas que excluem e perpetuam a injustiça social." Uma coisa muito interessante que tivemos no Brasil após a redemocratização foi que, junto com as organizações que faziam entendimento, passamos a ver surgirem muitas organizações e movimentos de promoção e defesa de direitos. Hoje existem até redes de organização que promovem e defendem os direitos. Existem três lugares em que podemos lutar para enfrentar as desigualdades sociais. Um é por intermédio das políticas públicas, que são de responsabilidade do poder instituído do Estado. Outro é o campo específico que se discute aqui, hoje, é a solidariedade social.

No últimos anos, principalmente depois da redemocratização do Brasil, surgiu um outro campo para lutar pelo direito: é lutar pelo direito no campo do Direito. E vemos, cada vez mais, organizações surgindo para que os direitos aconteçam, para funcionar em favor daqueles que não estão sendo atendidos em suas necessidades e direitos. Muitas vezes, as ações de solidariedade social fazem um atendimento alternativo àquele oferecido pelas políticas públicas. E as ações de promoção e defesa dos direitos fazem uma ação alternativa das políticas públicas. Quando temos pessoas conscientes dos direitos e que sabem recorrer ao Ministério Público, aos conselhos de cidadania, à imprensa, às comissões da OAB de direitos humanos, que sabem pôr para funcionar as comissões de direito, justiça e paz da Igreja, aí temos pessoas fazendo um trabalho alternativo nas ações do Estado para ampliar e qualificar melhor as suas ações, e não um trabalho alternativo das ações do Estado.

A segunda pergunta é: como estimular o jovem a ser voluntário? Essa pergunta me cai com grande alegria porque introduzi no Brasil a questão do protagonismo juvenil e escrevi um livro sobre isso. Precisamos parar de olhar para os nossos jovens como um problema. A revista "Veja" fez uma matéria sobre juventude e saiu: "Drogas, violência e doenças sexualmente transmissíveis". Qual o percentual de jovens brasileiros envolvidos com essa questão? É muito pequeno. É insignificante. A maioria dos jovens brasileiros faz parte da solução, e não do problema. Temos que fazer uma revolução copernicana e ver os nossos jovens como solução, e não como problema; ver o nosso jovem como fonte de liberdade, capaz de fazer escolhas. Escolas e programas sociais, muitas vezes, têm feito programas de voluntariado com jovens, mas eles são inscritos no programa automaticamente, por estarem naquela escola, naquele programa social, sonhando-se ao jovem a possibilidade de fazer escolhas. Os jovens têm que ser fonte de liberdade, de escolha. Os jovens têm que ser fonte de iniciativa, de ação. Quando colocamos os jovens para resolver problemas reais, como parte da solução, e não do problema na escola, na comunidade e na vida social mais ampla, começamos a vê-los como fonte de ação criativa, solidária, construtiva e ética na resolução de problemas. E jovens como fonte de compromisso, ou seja, como fonte de responsabilidade pelas ações que desenvolvem no campo social.

As palavras "protagonismo juvenil" vêm de duas palavras gregas: "próton", que significa "principal", e "agro", que significa "luta". "Agonista" significa "lutador", e protagonista era o lutador principal de um torneio. Na dramaturgia, eles passaram a chamar de protagonista o ator principal de uma trama teatral ou literária. Então, temos que fazer dos jovens os atores principais do enfrentamento de problemas reais na escola, na comunidade, na vida social mais ampla. E nós, adultos, precisamos ser os apoiadores desses jovens, partindo do pressuposto da participação do jovem como base, da cooperação entre adultos e jovens como meio e a autonomia dos jovens como fim, como o grande objetivo a ser conquistado.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas dirigidas à Mesa. A primeira é: "Falta esclarecer à população o que é e o que não é voluntariado. Não é apenas uma maneira de preencher o tempo ocioso. Não é favor. É um trabalho tão ou mais importante do que o trabalho remunerado e necessita do compromisso. Muita gente quer ser voluntário, mas, ao conhecer a realidade, desiste. Conscientizar as pessoas sobre o real significado do voluntariado evitaria a postura paternalista e, conseqüentemente, reduziria o desgaste".

A outra pergunta diz: "Até então, só se falou dos pontos positivos do voluntariado. Quais seriam as críticas que poderiam ser feitas às ações voluntárias e quais as conseqüências negativas dessas ações?". Entendo eu que esses aspectos foram ricamente explorados pelos palestrantes.

Resta-nos, agora, uma pergunta dirigida ao Marcelo Abrantes, e, depois, o José Ferreira quer fazer um depoimento.

O Sr. Marcelo Abrantes Linguitte - "Como a empresa pode falar em trabalho social e voluntariado quando ela própria impede o cidadão de ser admitido porque encontra-se com problemas no SPC e no SERASA, levando-se em consideração o interesse do cidadão, passando por todo o processo seletivo da empresa?". O primeiro ponto é que a empresa não pode replicar os momentos e as situações de exclusão na sociedade. Entendemos que a responsabilidade social também passa por uma quebra, com as possibilidades de inclusão na sociedade, como, por exemplo, as grandes diferenças salariais, exclusão com relação a etnia, questão de gênero. A empresa também deve se preocupar com essa questão e a do preconceito com relação a pessoas que tiveram algum tipo de problema, e não por uma questão deliberada, tiveram o nome incluído em listas de devedores ou maus pagadores. Como a empresa pode incorporar essas pessoas e auxiliá-las em termos não apenas financeiros, mas também de educação, para que elas não tenham esse problema? É um dilema para a empresa, porque, se a pessoa tem um tipo de problema, supõe-se que ela possa trazer algum tipo de problema para a empresa nesse sentido, são pessoas que não são bem-vistas. Então, novamente, vem a questão do preconceito. O fato de a pessoa ter tido alguma dificuldade financeira justifica uma postura de precaução com ela ou não? A empresa não deve ser um local de exclusão. A empresa deve se preocupar em como tratar os funcionários. Isso nos remete ao momento da admissão. Que valores a empresa utiliza na hora de contratar um funcionário? São sempre aqueles funcionários com nível superior, brancos, homens, entre 20 e 25 anos, ou a empresa vai dar um espaço para que outras parcelas da população, que é bastante diversa, possam ter acesso ao trabalho e a um salário digno?

O Sr. Presidente - Solicitamos ao Sr. José Ferreira que faça o seu depoimento.

O Sr. José Ferreira Longuinho - Boa-tarde a todos, prezados amigos que estão assistindo a esta reunião; sou aposentado por tempo de serviço e ganho R\$180,00 por mês. Vou relatar um fato muito triste para a comissão. O que o senhor acha quando uma pessoa rouba R\$500.000,00 de uma firma, e o Juiz absolve essa pessoa? Essa pessoa roubou da Forluz R\$500.000,00, e o Juiz a absolveu, tanto aqui como em Brasília. Hoje, a pessoa está em liberdade e mora no Bairro Eldorado.

A CEMIG, então, manda 93 empregados embora por causa desse Dr. Alípio, que não era formado, não tinha CRO e está recebendo todo o dinheiro da CEMIG e da Forluz, com CRO de um dentista da Polícia Militar. Todo recibo que chegava à CEMIG, ela pagava, bem como a Forluz. Esse caso vem rolando, rolando, até hoje. E o Juiz absolveu o Dr. Alípio Antônio da Costa. Em Guanhães, sua terra natal, tentou matar um Deputado Estadual e até hoje não respondeu a nenhum processo, enquanto o Deputado está na cadeira de rodas. Veio para Belo Horizonte, e o Juiz o liberou. O que o senhor entende disso, Dr. Alberto?

O Sr. Presidente - Pediria ao senhor que concluísse o seu pronunciamento. Existe mais alguma questão?

O Sr. José Ferreira Longuinho - Sou aposentado por tempo de serviço, Dr. Alberto, e ganho R\$180,00, como disse o nosso amigo. Tenho uma casinha muito boa no Bairro Vista Alegre, perto do Bairro Embaúba. O lote é próprio, mas a rua onde moro é movimentada como a Av. Amazonas: a toda a hora passa carro, e a minha parede estremece. Já está rachada de baixo até cima. Aceito sindicância. Qualquer pessoa pode ir lá e investigar. É uma casa muito boa, mas está em reforma ainda, porque ganho só R\$180,00 por mês. Queria que o senhor me desse uma ajuda. Aquela pessoa roubou R\$500.000,00 da Forluz e está solta. E disse que também participei do negócio. Tenho o retrato do ladrão num jornal que está guardado lá em casa.

O Sr. Presidente - Já o ouvimos, e o que tenho que dizer é que estamos encerrando os trabalhos de um seminário sobre voluntariado, e o senhor está suscitando questões que extrapolam o âmbito do tema exposto aqui. O propósito da Assembléia Legislativa, ao promover este evento, como dissemos inicialmente e como apontado pelos palestrantes, é buscar a construção de uma sociedade mais justa. Não temos elementos nenhuns para fazer juízo de valor ou intervirmos em decisão judicial. Lamentamos, mas não podemos entrar no mérito das questões que o senhor apresentou. O que temos de louvar é que o que todos buscamos aqui é tentar fazer evoluir a nossa sociedade, dar melhor qualidade de vida a todos e trabalhar para que a sociedade não tenha pessoas excluídas.

Tivemos feliz oportunidade, nesta manhã, não só de ouvir ilustres palestrantes, como também de utilizar da melhor forma o tempo disponível e de responder a todas as indagações apontadas à Mesa dos trabalhos.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades participantes e ao público em geral pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 4, às 8h30min, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 4/12/2001). Levanta-se a reunião.

ATA DA 162ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 4/12/2001

Presidência do Deputado Sávio Souza Cruz

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Armino dos Santos de Souza Teodósio - Palavras do Sr. Francisco de Almeida Lins - Palavras do Sr. Sérgio Azevedo - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Sávio Souza Cruz) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro,

iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Aílton Vilela, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Armindo dos Santos de Souza Teodósio, pesquisador do Centro de Referência para o Terceiro Setor e professor da PUC-MG; Francisco de Almeida Lins, articulador de redes do Programa Voluntários, de São Paulo; e Sérgio Azevedo, professor do mestrado em Ciências Sociais da PUC-MG.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Seminário Legislativo sobre Voluntariado, com o tema "Caminhos e Descaminhos do Voluntariado, Gestão, Sustentabilidade e Mudanças Sociais".

Palavras do Sr. Armindo Santos de Souza Teodósio

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio; Exmo. Sr. Francisco de Almeida Lins, Exmo. Sr. Sérgio Azevedo e demais presentes, bom dia. Quando o pessoal da Assembléia me chamou para ajudar a organizar este Seminário e discutir o tema, atendi prontamente, porque voluntariado é um tema extremamente atual e importante. Entretanto, muitas vezes, as abordagens desse tema têm um caráter muito utópico, ou seja, mitificam muito a questão, trazendo problemas para os que, no dia-a-dia, procuram implementar projetos na área.

Iremos discutir os mitos do voluntariado, sendo que um dos principais deles é a idéia de que voluntariado seja sinônimo de cidadania, o que não acontece necessariamente. Tenho feito pesquisas com ONGs de Belo Horizonte, consideradas representativas e combativas, e muitas delas não querem voluntários. Cheguei a ouvir de um Diretor de uma delas que não gostaria de ter voluntários neoliberais atuando lá. Toda essa discussão sobre o tema tem levado pessoas sem vocação para o voluntariado a quererem atuar, e nem sempre elas são muito combativas.

Mas, a despeito disso, não podemos negar que o voluntariado é uma tendência social que veio para ficar e que trará transformações na vida política brasileira.

Citarei uma frase do Néelson Rodrigues, porque é muito provocativa. Sou um professor da área de Administração e venho de um campo de conhecimento que, atualmente, é muito povoado por modismos e tendências. Para se ter uma idéia, reengenharia era uma proposta gerencial hegemônica há dois ou três anos e, atualmente, tornou-se um verdadeiro palavrão no mercado empresarial. Esse fato prova que o mundo da gestão é povoado de muitos modismos, e o voluntariado, às vezes, adquire essa característica.

A frase é: "O brasileiro tem alma de cachorro de pelotão: aparece uma palavra nova e todo mundo sai correndo atrás". E é um pouco disso que está acontecendo com o voluntariado. Todo mundo é a favor da questão e acredita que o voluntariado traz um avanço social. Em muitos casos, traz, mas, em outros, não. A gestão de voluntários é extremamente complexa. Os modelos de gestão de empresas privadas não são adequados à gestão de voluntários, já que seu paradigma é outro, muito diferente. Existem, portanto, alguns dilemas.

Percebemos que os projetos sociais de empresa e tudo que está ligado à idéia de voluntariado, como os conceitos de terceiro setor, de cidadania empresarial ou mesmo de filantropia - muito usado nos Estados Unidos, mas nem tanto no Brasil -, de responsabilidade empresarial, de projeto social, recebem a aura de novidade e modernidade, mas, na verdade, são projetos existentes há muitos anos. Quem já está na luta dos movimentos sociais sabe muito bem que voluntariado já existe há décadas no Brasil e em vários países, ainda que hoje se queira dar um perfil mais moderno a essa abordagem, acabando com o assistencialismo e o paternalismo. Portanto, na verdade, temos novas roupagens para idéias nem tão novas assim. Responsabilidade social da empresa já é um tema em discussão desde a Revolução Industrial ou antes disso.

Quando discutimos a literatura sobre voluntariado, ficamos preocupados, porque grande parte dela é ufanista, pregando apenas o lado positivo do voluntariado, como se ele fosse mudar a sociedade, e não passando disso. Assim, não se fornecem abordagens para quem vai intervir na prática. Por outro lado, existe uma abordagem extremamente prescritiva, utilizando técnicas de gestão, muitas vezes vindas da iniciativa privada, e recursos que quem milita na área social sabe muito bem que não funcionam, pois estão associados a uma certa manipulação das pessoas, na tentativa de se criar um espaço de harmonia e coesão inexistentes, muitas vezes, nas organizações.

Podemos dizer que voluntariado virou um modismo empresarial. Tanto isso é verdade que as empresas estão atuando fortemente na área. Muitas atuam seriamente, mas grande parte delas apenas aderiu ao modismo. Nas palestras que tenho dado, já ouvi relatos de várias pessoas de empresas, as quais receberam a seguinte ordem: A diretoria mandou que se implantasse um plano de voluntariado. Ninguém sabe o que é, mas todos vamos executá-lo. E, às vezes, eles atropelam os voluntários que já atuam na empresa, sem uma metodologia, sem treinamento.

Para se ter uma idéia da problemática desse mundo de modismos organizacionais, um livro de 1998, "Os Bruxos da Administração", cunhou a seguinte expressão: "a indústria de teorias administrativas". Eles fizeram uma pesquisa com gerentes americanos e ingleses e constataram que mais de 70% dos gerentes de empresas compravam uma literatura administrativa muito grande, mas não passavam dos três primeiros capítulos.

O Ano Internacional do Voluntariado é o momento para discutirmos seriamente a questão, a fim de que o assunto não desapareça da mídia no próximo mês, ou no próximo ano. Voluntário, hoje, virou estereótipo de bom funcionário, ou seja, além de todos os atributos que um bom funcionário tem que ter, ele também tem que ser voluntário. Isso já virou item curricular nos processos de seleção de grandes empresas.

Daí, começamos a perceber que voluntariado não é sinônimo de solidariedade por si só. Existem vários tipos de voluntários. Aqui temos alguns mitos ligados ao assunto. O primeiro deles é que voluntariado é sinônimo de altruísmo e de solidariedade. Não necessariamente. O voluntário não recebe um salário formal, monetário, mas tem algum tipo de retribuição. Ou ele recebe um salário emocional, pois um bom voluntário tem essa ligação afetiva com as coisas; ou ideológico, já que está vendo os planos e tendências que queria fazer prevalecer; ou simbólico; ou profissional. Tenho visto muitos alunos da universidade que, ao desempenhar o trabalho voluntário, acabam tendo oportunidades profissionais que nunca teriam se tivessem entrado em uma grande empresa privada. Um deles, por exemplo, foi fazer projetos sociais na África e desenvolveu um projeto que outras pessoas já maduras profissionalmente não queriam. Portanto, o voluntariado é um espaço para o desenvolvimento profissional. Não há problema nenhum em entendermos que a questão do voluntariado está permeada por altos interesses. A vida social não é permeada apenas por solidariedade. Não existe a dicotomia: o bem e o mal, o solidário e o egoísta.

Há ainda um problema no qual esses projetos muito amplos de voluntariado acabam esbarrando: nem sempre maior número de voluntários significa que a situação seja melhor. A gestão do voluntariado é muito complexa. Se fecharmos as portas para os voluntários em minha ONG, como poderemos, depois, captar recursos dessa mesma comunidade que não quero como voluntária? Se abro a porta para todos os voluntários, pode acontecer um impacto muito grande em minha metodologia de intervenção, já que terei de treinar todos eles, gastando recursos para tal, e, às vezes, irei despende energia em uma área sem tanta importância. Já ouvi também vários relatos de gestores de ONGs dizendo que apareceram lá várias pessoas que queriam fazer trabalhos voluntários e que simplesmente atropelaram tudo o que faziam. Então, não procede este mito de quantos mais voluntários, melhor.

Os projetos de voluntariado empresarial, longe de ser um favor das empresas, são uma fonte de ganhos competitivos para elas. Aí, passamos a entender um cenário em que as empresas não têm responsabilidade social apenas porque seus dirigentes têm consciência social, mas também porque é bom para os ganhos competitivos, que não se restringem à boa imagem institucional da empresa e a um clima melhor no ambiente de trabalho. Os ganhos acontecem em termos de produtividade efetivamente.

Uma das coisas mais interessantes em toda essa ação das empresas na área social, estimulando seus trabalhadores a serem voluntários, é o fato de que esses trabalhadores estão adquirindo novas habilidades. As empresas podem aprender muito com os projetos sociais. Então, temos que inverter aquela lógica inicial de que a empresa irá ensinar a comunidade. Hoje, as grandes empresas brasileiras - e as empresas americanas já o fazem há muito tempo - aprendem com a comunidade a serem flexíveis, a alcançar metas, aproximar-se de seu público consumidor, etc.

Outro mito é o de que o brasileiro não é solidário. Os estudos sobre voluntariado têm mostrado que nosso povo é extremamente solidário, e essa solidariedade parece aumentar à medida que se diminui a renda, ou seja, os pobres são mais solidários entre si que os ricos entre si ou para com os pobres. Essa questão deve ser pensada, porque, de repente, poderemos estar gerando projetos para os pobres, a fim de que se organizem e resolvam seus problemas.

Mais à frente, citarei uma frase do Prof. Renato (...), muito provocativa a esse respeito.

Os dados sobre voluntariado no Brasil são um pouco conflitantes, também. Sobre o terceiro setor no Brasil, não se têm dados extremamente precisos, tanto que a maior pesquisadora brasileira sobre o voluntariado, a Neila Alandim, há três anos, fez um estudo dizendo que havia 350 mil voluntários. Em seu último estudo, o de 2001, já está falando em 30 milhões de voluntários.

Portanto, existe uma certa polêmica sobre o volume de voluntários, mas há a impressão de que esse número está aumentando por "n" fatores diferenciados, que vão desde a valorização que as empresas estão promovendo - dão prioridade para contratar profissionais que tenham uma atividade voluntária - até a idéia do protagonismo juvenil, que estimula os jovens a assumir papéis relevantes na sociedade.

Vou passar este item mais rapidamente. Juntamente com a discussão do voluntariado, há esta discussão: o terceiro setor - organizações não governamentais, filantrópicas, fundações - veio para modernizar as políticas públicas, mas, muitas vezes, existem riscos nisso, também. Com a terceirização do Estado, pode ocorrer a captura pelos mais organizados e se reproduzir a lei da selva, ou seja, quem é mais bem organizado intervém mais nas políticas públicas, ao passo que os desorganizados e os destituídos de poder vão ficar esperando para se organizar um dia, principalmente do ponto de vista gerencial.

Hoje, uma tendência muito forte diz que a ONG só será relevante se for muito bem gerenciada. Isto é uma verdade em parte. Não dá para levar em consideração apenas isso. No entanto, há ONGs adotando estratégia de gestão típica de empresas privadas, reproduzindo um pouco a velha dicotomia do Michel, da lei de ferro das oligarquias: uma organização muito bem estruturada, sólida, mas distante das demandas da base.

Vou passar mais rapidamente pela definição de primeiro, segundo e terceiro setores, porque todos já os conhecem. O que é importante mostrar nesta imagem é que os setores se interpenetram, e, aí, o voluntariado tem um papel importante. Muitas ONGs acabam sendo uma reprodução do Estado, uma terceirização dele: estão muito ligadas a interesses do setor privado ou, às vezes, estão ligadas a interesses sociais legítimos. Portanto, o terceiro setor é um espaço muito heterogêneo. É por isso que, quando falo em voluntariado, tenho que qualificá-lo segundo o tipo de voluntariado e de onde vem.

Este é um painel de toda a diversidade do terceiro setor. Há desde o Greenpeace, uma ONG planetária capaz de influenciar agendas dos países capitalistas centrais, até uma organização altamente desestruturada. Muitas trabalham com voluntários, outras, não. Nem todas as organizações do terceiro setor trabalham com voluntários.

Aqui, também vou passar um pouco mais rápido. Estou até citando o Prof. Sérgio de Azevedo, que está presente. É um prazer falar para o meu professor, fico orgulhoso disso.

Podemos dizer que as ONGs vivem um dilema: trabalhar com a lógica da participação ampliada ou com a lógica da participação restrita. Se se dá ênfase a ganhos concretos, imediatos, vindos de uma certa abordagem de eficiência gerencial das ONGs, todos têm que ser muito eficientes, alocar recursos de maneira muito precisa. Inclusive, como os estudos mostram, esse é um fator de mobilização dos voluntários, que acabam se voltando para os projetos que dão certo. Ninguém quer ser voluntário de um projeto que está dando errado ou que está patinando. Mas, muitas vezes, as ONGs vivem uma dicotomia: às vezes cedem aos ganhos do curto prazo e perdem suas metas e valores mais ampliados. A pressão por captação de recursos é muito grande.

Novamente mostro alguns problemas que podem acontecer, como, por exemplo, a participação popular dentro dos conselhos. Hoje, fala-se muito em conselhos municipais de meio ambiente, de saúde, de educação, de infância e adolescência, mas existe um fenômeno que a literatura tem mostrado, que é a chamada prefeiturização dos conselhos. Como a comunidade não consegue se mobilizar, o Prefeito decreta a formação de um conselho, de cima para baixo, captando voluntários que vão participar, e, muitas vezes, reproduz a lógica das relações de poder da localidade.

Agora, a frase que mencionei anteriormente: "As práticas de governança e participação correm o risco de se constituírem alternativas fadadas ao insucesso para os que delas mais necessitam: os desorganizados e os destituídos de recursos. Podem terminar por se constituir num mecanismo seletivo para conferir aos ricos as políticas; ao pobre, o mutirão; a quem pode, o poder; a quem não pode, a participação".

Quer dizer, esse é um risco do voluntariado, da organização voluntária. Não estamos dizendo que a participação popular não seja relevante, não seja importante - porque é fundamental. Mas não podemos também ter ilusões de que, pelo fato de o processo envolver voluntários ou uma participação mais efetiva ou linear, caminhamos para uma sociedade mais democrática. Existem meandros dentro dos jogos de poder, dentro dos grupos de poder.

Eu havia falado das habilidades - espero que dê para todos enxergarem, porque está um pouco pequeno - que um trabalhador voluntário acaba

desenvolvendo. Por isso, empresas americanas, há mais de 30 anos, praticamente, obrigam seus funcionários a fazer trabalhos voluntários para a comunidade.

Uma das habilidades que se desenvolvem é o trabalho em equipe. Quem atua na área social está cansado de saber que, muitas vezes, o trabalho é estruturado em equipes multidisciplinares. Ora, quem começa a realizar trabalho voluntário realiza uma habilidade relevante para trabalhar no setor privado. Não é este o discurso das empresas: precisa-se de trabalhador que saiba articular equipes?

É muito difícil também encontrar uma pessoa que trabalhe num projeto social com mais constância, há mais tempo. Mas é muito difícil encontrar pessoas que não estejam contaminadas por um espírito de mobilização e liderança. Costumo até dizer que quem consegue gerenciar voluntários dentro de um projeto social consegue gerenciar qualquer tipo de mão-de-obra remunerada, porque o voluntário é do tipo que se perde com mais facilidade quando algo lhe desagradar.

O que parece ser o grande defeito das ONGs e dos projetos sociais é, na verdade, a grande virtude: é possível alcançar metas com poucos recursos. E este é o discurso das empresas privadas: queremos pessoas que alcancem metas com poucos recursos. Com muitos recursos, é muito fácil fazer qualquer coisa. Podemos citar como exemplo a ONG da Zilda Arns, que conseguiu combater a desnutrição infantil com milhares de voluntários e tecnologia reduzida.

Há ainda um certo desenvolvimento lúdico das pessoas, que passam a conviver com pessoas diferentes, que entram em outro contexto, outro universo cultural, e isso também é fundamental no mundo dos negócios. Não é só porque estamos numa economia globalizada - e aí vamos ter executivos navegando em outros países do mundo, trabalhando -, mas é porque isso se aproxima do cliente dentro da empresa.

Tudo isso mostra que os projetos sociais de empresas não são, na verdade, um favor que prestam à comunidade. É preciso deixar isso claro. Não estamos aqui recriminando as empresas, pelo contrário. É fundamental que tenhamos empresas que invistam na área social, mas precisamos perceber que há ganhos em vários lados e em várias esferas e que o voluntário, muitas vezes, pode cumprir esse papel.

Para fechar, sem querer me estender muito, os grandes dilemas do voluntariado estão ligados a sua manutenção efetiva nas organizações. É muito comum haver voluntários com uma motivação inicial muito grande que não se mantém no cotidiano das organizações. As pesquisas que fiz mostram que a fixação do voluntariado está ligada basicamente à imagem que o projeto social lhe passa.

Uma frase recorrente que ouço sempre do Demóstenes Romano é que as pessoas chegam à Central de Voluntariado e perguntam se há uma ligação partidária, política ou religiosa. Se houver, não querem participar. Isso mostra que os modelos de gestão para o voluntariado têm que passar fundamentalmente pela lógica da transparência, pela prestação de contas, pela ligação com a comunidade.

Os gestores têm que ter um perfil - não deu tempo para apresentar, mas tenho uma transparência que mostra isso - do gerente anti-herói, aquele que é capaz de receber críticas, trabalhar com elas e mudar a sua posição gerencial. Principalmente no universo gerencial de que venho, da administração, os gerentes não estão treinados para isso. Ao contrário, há uma mitificação do papel do gerente, de super-heróis gerenciais, quando, na verdade, o paradigma é oposto.

Essa é a mensagem que gostaria de trazer para vocês. Espero que tenha trazido um entendimento maior da complexidade do que é o voluntariado. Às vezes, pelo meu discurso, posso passar a imagem de que há uma crítica feroz ao voluntariado, mas não é essa a minha postura. No entanto, acho que precisamos ultrapassar o discurso mais abstrato sobre o voluntariado e entrar nos seus dilemas, nos seus problemas e nas suas possibilidades. Obrigado.

Palavras do Sr. Franciso de Almeida Lins

Em primeiro lugar, é um prazer estar aqui. Foi muito honroso o convite ao Programa Voluntários, do Conselho da Comunidade Solidária. Queria cumprimentar o coordenador dos trabalhos, Deputado Sávio, que representa o Presidente Antônio Júlio, e meus colegas de Mesa e dizer a todos um bom-dia muito gostoso.

Acho difícil falar de descaminhos do voluntariado. Se a pessoa resolve livremente participar, seja lá por que motivo, basta olhar ao redor, identificar uma carência emergencial, uma necessidade ou uma causa e agir. Não precisamos de grandes organizações para sermos voluntários. Podemos ser voluntários sozinhos. Como diz o pôster-convite do Seminário: "Ser voluntário é ter vontade de agir, é querer construir uma sociedade mais participativa, é lutar por um mundo mais justo e igualitário".

O voluntariado sonha com um futuro melhor, tem muito de esforço individual, pequeno, que se soma a muitos outros esforços também pequenos, tendo em vista a construção de um futuro melhor. Em seu limite, pode possibilitar uma radicalização da democracia, à medida que mais pessoas participem e exijam o melhor, fiscalizem mais e apresentem cada vez mais novas alternativas para a vida em sociedade.

As oportunidades de trabalho voluntário são tantas quantas conseguimos imaginar. No trabalho voluntário, vale tanto o gesto individual quanto a produtividade de um grupo.

Estamos acostumados a ligar voluntariado com o alívio de conseqüências da pobreza, da doença e da marginalidade. Hoje, o eixo está sendo enriquecido.

Sem abandonar o assistencialismo indispensável, porque quem tem fome tem pressa, privilegiamos o fortalecimento da auto-estima das pessoas e das comunidades e a disponibilização de ferramentas e informações que ajudem as pessoas, principalmente os jovens, a crescer emocionalmente e como profissionais. Não nos esqueçamos de que muita energia do voluntariado é e deve ser investida em arte, teatro, patrimônio histórico, literatura, lazer, esporte e muito mais.

Talvez um desmando possível seja o abuso em relação à mão-de-obra voluntária. Por isso, o Programa Voluntários, desde o início, vem insistindo em dois princípios. O primeiro é que o voluntário não é mão-de-obra barata e muito menos pode substituir o trabalhador remunerado. É muito comum que, nas grandes organizações, com pessoal remunerado e voluntário, o pessoal remunerado se sinta ameaçado com a vinda de voluntários, o que gera uma tensão muito negativa, se o fato não é bem gerenciado, como foi lembrado há pouco. O segundo princípio é que a ação do voluntariado não exige o Estado, as empresas, as organizações em geral e os cidadãos dos deveres que lhes são próprios. Por exemplo, o Estado, ao cuidar de uma escola, não pode deixar de contratar professores, alegando que vai encontrar voluntários. É como se entrássemos em um hospital público, para fazer uma neurocirurgia, e o atendente dissesse que o neurocirurgião teve de sair, em razão de um mal súbito, mas que tinham ali um voluntário que poderia substituí-lo - eu não me submeteria à operação. Ou seja, há responsabilidades que são próprias do Estado, das quais ele tem de dar conta. O trabalho voluntário é complementar; não substitui nada nem ninguém. Tanto é que o Programa Voluntários entende que a jornada ideal do trabalho voluntário é de duas a quatro horas semanais, porque não é a contribuição de uma pessoa que conta; é a soma, a sinergia de várias pessoas, imbuídas do mesmo ideal e levantando a mesma bandeira, que vai fazer a diferença.

Para falar dos caminhos do voluntariado, vou me valer de uma palestra de Kenn Allen, Presidente mundial da Organização Internacional das Associações Nacionais de Voluntariado - IAVE -, que recentemente esteve em Belo Horizonte, quando do lançamento do Programa Voluntários das Gerais. Falando, em agosto passado, sobre o tema "Ação Cidadã e Voluntariado - Construindo um Movimento para a Mudança Social e Econômica", Kenn Allen reúne dez características do voluntariado internacional do milênio que se inicia em 2001 e dez questões que devem ser equacionadas para tornarmos o voluntariado um movimento realmente comprometido com mudanças e melhoria efetiva das condições de vida em todos os países.

A primeira característica é que o voluntariado é a base fundamental para a construção da sociedade civil - sem voluntário, não há ONGs, associações, serviços assistenciais; não existirão causas nem movimentos que as defendam; não haverá envolvimento de pessoas e comunidades na reflexão, na crítica, na fiscalização da sociedade e na elaboração de propostas alternativas de mudança. O desafio que essa característica representa é o seguinte: de que forma os movimentos voluntários poderão convencer empresários, fundações e políticos de que o investimento em voluntariado terá, em longo prazo, um efeito positivo na sociedade civil e, assim, será bom para todos, até mesmo para as empresas, os capitalistas, o Estado e assim por diante.

A segunda característica, que é mais uma necessidade, é que o voluntariado tradicional - no caso brasileiro, assistencialista e de orientação religiosa - e a militância - o pessoal das ONGs, que trabalha com meio ambiente e procura trabalhar com o desenvolvimento econômico, geração de renda, defesa de direitos, etc. - devem-se reconciliar, porque são complementares no processo de fortalecimento da sociedade. Todos esses serviços são necessários e importantes para a revitalização e a oxigenação da sociedade. Não tem sentido, entre outras coisas, que se criem barreiras entre os que lutam por mudanças e os que trabalham para minorar os problemas sociais; não tem sentido que se oponham aqueles que trabalham com projetos voluntários de auto-ajuda, muito característicos das populações de baixa renda e muito eficientes, àquelas ONGs ou organizações que se dedicam a projetos de desenvolvimento, geração de renda, etc.

Uma riqueza do voluntariado, é preciso deixar bem claro, é a diversidade. Temos que aprender a reconhecer e a aceitar a diversidade e nos compor nela. Todos nós temos um mesmo objetivo, não há porque haver dissensão.

A questão levantada por ele, neste tópico, é a seguinte: "Como podemos mudar nosso comportamento para conseguirmos unir as diversas tendências, mesmo aquelas que julgamos ter políticas contrárias às nossas, numa organização que beneficie todos os segmentos do voluntariado?". Ai, a organização se relaciona a movimento, mais que a instituição.

Terceira característica: o voluntariado é um fenômeno universal, não é privilégio dos países ocidentais do hemisfério norte ou das nações mais desenvolvidas. Tendemos a valorizar excessivamente o que é dos Estados Unidos e da Europa. Temos a noção de que voluntariado bom é aquele dos Estados Unidos. Acho que pode ser bom para os Estados Unidos, mas, no Canadá, por exemplo, assustaram-se recentemente porque lá, se não me engano, é o único país do mundo que faz um recenseamento de trabalho voluntário: quantas pessoas doam trabalho, quantas horas, em que área trabalham, como trabalham. Esse recenseamento é feito de três em três anos. Do último realizado até o que foi feito neste ano, perderam um milhão de voluntários. Esse número, comparado à população do Canadá, que é de 32 milhões de habitantes, é significativo. Estão querendo saber qual é o motivo - e até agora não sabem -, a razão desse desânimo. E, isso, com a agravante de que as horas doadas, neste último levantamento, aumentaram, o que significa que menos voluntários estão trabalhando mais horas, estão sobrecarregados em função dessa diminuição do número de pessoas engajadas. Acho que cabe um papel importante à universidade, que é o de estudar, como eles já estão fazendo, o nosso voluntariado.

A experiência que temos, como programa voluntário, que é de cinco anos trabalhando em âmbito nacional, ajudando a criar centros de voluntários, fazendo pesquisas, promovendo cursos de gerenciamento de voluntários e outras iniciativas, é que não conhecemos o voluntariado brasileiro propriamente dito. Talvez as experiências de voluntariados com maior êxito que conhecemos não sejam brasileiras, mas modelos transplantados. Segundo a Leilá Landin, o grosso do voluntariado brasileiro, tanto em generosidade, quanto em eficiência e resultado, está nas camadas carentes da população, nos esquemas de voluntariado de auto-ajuda, que são informais ou minimamente organizados.

Sempre me impressionou, por exemplo, ao ver na televisão a notícia de um incêndio, inundação ou de desmoronamento, a rapidez com que os voluntários chegam ao local do acidente para ajudar, a rapidez com que se acumulam litros e litros de leite, colchões, cobertores e produtos não perecíveis. Qual é a energia que move esse pessoal? O que faz com que eles se organizem tão rapidamente, compareçam, executem um serviço e, de repente, desapareçam? Esse fenômeno precisa ser estudado, assim como o voluntariado de auto-ajuda.

As questões levantadas são como investir tempo e recurso para conhecer como é ser voluntário em outras culturas e na nossa cultura; como apreender e transmitir aos países mais desenvolvidos as lições dos menos desenvolvidos. Somos muito acostumados a importar consultores disso e daquilo, mas está na hora de virarmos consultores deles também. Temos experiências de voluntariado fantásticas, temos lições a dar, em termos de organização e gerenciamento. Fugindo um pouco do assunto voluntariado, uma coisa que me impressiona muito é a escola de samba. Que empreendimento extraordinário, que planejamento estratégico, que linha de produção, que gerenciamento de mão-de-obra tem esse pessoal, para colocar na passarela 3, 5, 6 mil pessoas bonitas, enfeitadas, com os carros andando, etc.

Teria mais coisas a dizer sobre este assunto, mas passarei a falar sobre as seis iniciativas que a ONU recomenda, num relatório da reunião de trabalho de especialistas sobre o voluntariado, e o desenvolvimento social de novembro de 1999 para o poder público, em relação ao voluntariado.

A ONU recomenda seis iniciativas de apoio. 1 - Desenvolvimento de abordagens estratégicas para o voluntariado, por exemplo, criando, dentro do Governo, um núcleo de voluntariado para a articulação com o setor privado e com a sociedade civil. 2 - Sensibilização da sociedade sobre a importância e os benefícios do voluntariado, por exemplo, no nosso caso, patrocinando e realizando pesquisas sobre o jeito brasileiro de ser voluntário, criando prêmios para celebrar voluntários e ações voluntárias. 3 - Promoção do voluntariado jovem: quem é feliz como voluntário, quando jovem, dificilmente deixará de participar quando for adulto. 4 - Criação de ambiente favorável ao voluntariado. As políticas públicas não só devem ouvir, mas também incluir os voluntários. Os sistemas legais e fiscais devem ser favoráveis e não complicadores. 5 - Promoção do apoio do setor privado ao voluntariado, por meio de parcerias com o Governo, para ações que envolvam voluntários. 6 - Por último, a ONU recomenda que os Governos influenciem as organizações internacionais a favor do voluntariado. Os países devem pressionar para que as diversas entidades da ONU, o Banco Mundial e outras instituições levem em conta, nas suas ações, o papel do voluntariado na promoção do desenvolvimento e da cultura da paz e da realização da democracia. Para a ONU, entre outras regras, os Governos devem procurar evitar a tentação de direcionar o voluntariado para que cumpra objetivos governamentais e devem reconhecer a independência essencial das ações voluntárias. Uma das pessoas que ajudaram a construir esse documento da ONU foi a Mônica (...), que, na época, era coordenadora do Programa Voluntários e hoje é responsável pelo Programa Voluntários das Gerais, em Belo Horizonte. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sérgio Azevedo

Exmo. Sr. Deputado Sávio Souza Cruz, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio; meu colega e ex-aluno Armindo Souza Teodósio, pesquisador do Centro de Referência para o Terceiro Setor e professor da PUC-MG; Sr. Francisco de Almeida Lins, articulador do Programa Voluntários de São Paulo; meus senhores e minhas senhoras, bom dia a todos.

Diferentemente dos meus antecessores, farei um recorte bastante específico sobre o tema, a partir do tema maior desta Mesa, que é

"Conquista do Estado de Direito, Participação Popular, Caminhos e Descaminhos". Farei um corte e analisarei a questão do voluntariado e gestão pública, potencialidades e constrangimentos.

A primeira questão, como bem colocou o Teo, a vinculação do voluntariado de uma maneira mecânica com a questão da cidadania, às vezes, tem atrapalhado mais do que ajudado. A palavra "cidadania" tem se banalizado. Se pensarmos bem, falamos em empresa cidadã, participação cidadã e até em praça cidadã. Então, há uma certa banalização. O interessante é que, no momento em que colocamos em risco vários ganhos da cidadania, por outro lado essa palavra é utilizada de uma maneira muito solta. Gostaria de lembrar que a questão da cidadania tem duas dimensões, que, se não são completamente conflitantes, têm fricções forte e, via de regra, são utilizadas sem que a pessoa tenha noção do que está mencionando. Uma dimensão da cidadania tem a ver com a dimensão civil, que tem a ver com a questão da liberdade individual.

Podemos pensar que a preocupação da coletividade é, em médio e longo prazos, uma preocupação com o indivíduo. Há quem diga que a melhor maneira de ser egoísta em longo prazo é ser altruísta em médio e curto prazos.

A participação voluntária tem a ver com a dimensão cívica, com a preocupação com a comunidade. Embora possa acontecer, essa preocupação cívica não tem a ver apenas com interesses altruístas puros. Há ganhos também de quem participa como voluntário. Um dilema importante, quando discutimos esta questão, é que esses ganhos podem ser lúdicos, afetivos, etc.

Outra dificuldade é a questão dos custos de participação como voluntário. Gasta-se energia, que é como dinheiro. Se gastamos demais, acaba faltando. A energia é limitada. Na verdade, pessoas com pouca disponibilidade e que passam quase todo o seu tempo com dificuldade para sobreviver têm pouca probabilidade para trabalhar como voluntário. Essa é uma discussão importante.

No que diz respeito ao voluntariado e à questão pública, a Constituição prevê várias possibilidades de envolvimento da comunidade na elaboração e na participação das políticas públicas. Na verdade, isso se dá tanto por meio dos conselhos como por intermédio de outras atividades. Esta Casa tem uma tradição muito importante: os seminários legislativos. A sociedade organizada contribui para a elaboração de leis. Há um trabalho mostrando a eficiência desses seminários, já que boa parte das sugestões se transformaram em legislações estaduais.

Começo lembrando sobre a importância do voluntariado para, depois, falar um pouco sobre os constrangimentos. A importância da participação voluntária e da comunidade na questão específica da gestão pública, por meio de órgãos públicos não estatais, como os conselhos, é que, cada vez mais, em uma sociedade complexa como a nossa, além da participação tradicional, base da nossa democracia, é necessário, nos interstícios das eleições, criar condições para que a população participe mais diretamente.

Parafraseando o velho ditado que diz que a guerra é muito importante para só ficar nas mãos dos militares, podemos dizer que a administração pública é muito importante para só ficar nas mãos do Governo. Na verdade, os órgãos híbridos com participação de voluntários têm um papel bastante relevante. É um fator de aprendizagem política, no sentido positivo da palavra. Os vários grupos representados têm mais perspectiva de alteridade, de perceber o outro, de perceber os interesses não só do Governo, mas também dos vários grupos envolvidos.

A outra questão importante é que se tem reforçado a pressão para que os Governos prestem contas das políticas públicas com mais responsabilidade, com mais transparência.

O outro fator importante da participação diversificada do voluntariado tem sido o combate ao corporativismo clássico, ou seja, na medida em que os conselhos são fóruns em que os vários grupos, de maneira transparente, podem colocar seus interesses, é possível superar-se ou pelo menos diminuir-se muito o tipo de corporativismo em que os grupos mais organizados entram em contato direto com o Executivo, ou mesmo com o Legislativo. O fato de os vários interesses serem colocados na mesa faz com que não haja monopólio de recursos por determinado grupo ou por grupos menores. É possível uma certa negociação em que os vários atores chegam com demandas maximizantes, mas acabam percebendo, em função de dificuldade de recursos, que é necessário negociar, que é necessário usar os anéis para não perder os dedos. Na verdade, isso aumenta. E o resultado das políticas que saem dessa discussão de busca de consenso e de negociação de conflitos geralmente são políticas mais democráticas do que as práticas anteriores. Não é a política do sonho de ninguém, de nenhum dos membros isolados, mas um avanço em relação à situação anterior. Essas são as vantagens do voluntariado.

No que diz respeito aos constrangimentos e desafios, a participação leva a custos. São fatores bastante complicados, que dependem muito de experiências anteriores. O grau de participação e de associativismo do Rio Grande do Sul, por exemplo, é muito acima da média dos outros Estados, o que tem a ver com a tradição local. Os outros Estados estão em uma fase anterior. São fatores culturais, de tradição, embora as instituições sejam importantes. Há diferentes níveis e formatos de participação. Não se trata de transferir mecanicamente uma experiência de um local para outro. Temos de criar experiências e formatos institucionais relacionados com a cultura e com a tradição local.

Outro desafio é a assimetria que os voluntários enfrentam frente aos representantes do setor público. Em sua maior parte, os conselhos são paritários. Metade de seus membros é constituída de representantes da sociedade organizada, e metade, de membros dos poderes públicos. A assimetria existe, não apenas porque os representantes da sociedade são voluntários, mas também por uma questão de gasto de tempo diferente. Enquanto na maior parte das vezes os representantes do setor público estão trabalhando, as horas dos representantes da sociedade civil são horas extras. Além do mais, a infra-estrutura para debate do tema por vezes é diferenciada. É claro que também há diferenças entre os representantes da sociedade civil. Não são todos iguais. Há associações e grupos muito mais organizados do que outros. Um dos desafios é pensar esquemas que diminuam essa assimetria; que permitam que os representantes da sociedade civil não tenham, em alguns casos, papel puramente simbólico, mas que possam discutir de igual para igual. O trabalho tem de ser voluntário, mas é necessário que haja recursos, que haja condições para obter informações para debater uma situação de igualdade de persuasão.

Também é importante na relação de assimetria o poder de agenda desses conselhos. Normalmente, os voluntários e os representantes da sociedade civil têm menos poder de agenda para definir a pauta de discussão. Se o Governo tem mais ou menos interesse em determinados temas, a dificuldade de colocar em pauta uma discussão que interessa à população cria constrangimento.

Em alguns casos, muita dessa participação dita voluntária transforma-se em algo puramente formal, o que mostra que o voluntariado não pode ser instituído só por lei, tem de nascer na própria sociedade. Quando se faz uma legislação que obriga os municípios pequenos a terem 15 ou 20 conselhos sem massa crítica e sem voluntários em número suficiente com condição para participar, ocorre a prefeiturização dos conselhos. O Prefeito nomeia os representantes da sociedade civil, de fato, e aquilo que é muito avançado do ponto de vista teórico passa a ser mais um ato formal para receber o dinheiro de Belo Horizonte ou de Brasília.

Embora seja muito importante, esse avanço da participação na gestão pública geralmente é feito por setores organizados. Há uma grande interrogação sobre como ficam os setores organizados. E o pessoal que fica no fundo do tacho da sociedade nesse tipo de gestão pública?

O voluntariado é um processo internacional que veio para ficar. Faz uma diferença muito grande em termos de intensidade, apresenta vários constrangimentos, mas, na gestão pública, tem sido considerado um avanço. Em pesquisas realizadas em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro isso é recorrente. Embora tenha ocorrido certo atrito com o Executivo e com o Legislativo, nesse tipo de participação, há espaço para esses Poderes e para as organizações híbridas. Seria bom para a sociedade e para os poderes envolvidos. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

A Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu - Bom dia a todos, meu nome é Ilma. Gostaria de ressaltar a importância deste seminário e a presença das universidades, dos professores da PUC, que falam sobre voluntariado e terceiro setor.

Nosso trabalho foi bem explicado por todos. Gostaria de trazer os senhores para o debate. Acho que os companheiros têm as mesmas experiências e, em primeiro lugar, são idealistas. Meu ideal é ser um grão de areia na construção do mundo que idealizo. Meu ideal sempre foi servir. Acho que isso é, na essência, o perfil de um voluntário. Também estou de acordo com a ideia de que o voluntário não tem de receber remuneração pelo seu trabalho; pode trabalhar, 4 horas, 5 horas, 10 horas, e o trabalho não tem de ser remunerado, é uma coisa que estamos doando para a sociedade, porque temos consciência da nossa responsabilidade social. Recebemos da sociedade e queremos dar nossa contribuição na construção de um mundo melhor.

Estudei em escolas particulares. O cidadão investiu em mim. O que posso fazer para retribuir isso? É o que penso sobre ser cidadão. Sou uma cidadã à exaustão. Atualmente, deixei meu emprego, meu marido me ajuda quando preciso, não temos ajuda do Governo. É muito difícil receber ajuda do poder público e obter registro nas repartições públicas. Mesmo que o estatuto esteja dentro da lei, são colocados obstáculos até a pessoa desistir. Como somos idealistas, continuamos o trabalho, independente disso.

Em nosso estatuto, há um artigo que reza que nenhum membro da entidade pode se candidatar a cargo eletivo. Para isso, ele tem de sair da entidade. Os membros também não devem ser filiados a partidos políticos. Nunca me filiei a partido político, gosto, mas não faço política partidária na entidade.

Este é um debate importante para buscarmos, como os professores muito bem colocaram, a valorização do nosso trabalho. O que buscamos não é prestígio, glória pessoal, mas o reconhecimento de que esse trabalho é importante para a sociedade. Ficamos imaginando a sociedade sem o trabalho voluntário e assistencialista como faz a São Vicente de Paulo, as APAEs e tantas outras entidades. Acho que o Governo deveria valorizar mais.

Parabenizo o Deputado Sávio Souza Cruz por esse projeto de lei que está sendo discutido com a sociedade. É um projeto importante. Temos uma preocupação muito grande porque, de repente, os empresários começaram a perceber que existe exclusão. Agora, estão se dedicando ao trabalho voluntário. Antes, financiaram a repressão, os boicotes, impediram a sociedade de avançar democraticamente e agora estão se colocando como voluntários, desenvolvendo projetos. O Instituto Ethos, por exemplo, quer isenção de impostos. Se o trabalho é voluntário e nos dedicamos a ele, por que os empresários têm de ter isenção de impostos ou descontos, criando entidade para investir em trabalho social e querendo isenção? Acho uma incoerência quando os empresários mandam, por exemplo, fazer pressão junto ao Executivo para a criação de uma lei de anistia fiscal. Chegou o momento de chamarmos os empresários para uma ampla discussão sobre o que é responsabilidade social. Acho que ser cidadão, como eu disse ontem, é estar na sociedade, é cumprirmos nosso dever e sermos cidadãos honestos. Somos cidadãos, os empresários também têm a sua parte.

Ao longo dos anos, desde a implantação de indústrias, o cidadão vem financiando e subsidiando os empresários em todos os níveis para eles implantarem suas indústrias. Qual a contrapartida que esses empresários dão para a sociedade? Eles só querem isenção de impostos. Como é que a sociedade vai desenvolver se eles não querem pagar os impostos como nós pagamos?

Essa é uma ampla discussão que tem de haver com a sociedade. O que queremos dos empresários é uma relação ética, respeito à sociedade e aos cidadãos. Sinto-me particularmente agredida quando vejo os empresários se organizando e querendo privatizar os serviços públicos. O serviço público tem uma função social. Acho que não é essa a questão.

A Assembléia está de parabéns ao abrir este debate e os microfones para as entidades. Gostaria, Deputado Sávio Souza Cruz, que o senhor abrisse um debate, colocando os voluntários na mesa e os empresários para sentar aqui. Que as pessoas que trabalham no serviço público, responsáveis pela aplicação das leis, se sentassem aqui e ouvissem da sociedade o que pensamos deles. Qual é o perfil que queremos dos empresários, do agente público e até dos nossos representantes?

Vivemos em um regime de representatividade. Sabemos que o Legislativo funciona segundo os interesses dos que participam, não dos que se omitem. Elegemos nossos representantes, mas precisamos estar ao lado deles, cobrando e acompanhando suas ações. Nunca vi um projeto de que a comunidade participasse que desse errado. Acho que o trabalho comunitário, o povo, tem muita contribuição a dar. Queremos que a sociedade melhore para todo o mundo, porque a sociedade somos todos nós. É isso que gostaria que este seminário debatesse, assim como gostaria que houvesse outros seminários sobre o assunto, que se transformasse, como propomos ontem, em um fórum de debates com a sociedade. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Pergunta de Viviane, do Centro de Defesa da Cidadania, dirigida a todos os debatedores. Vou me permitir escolher um deles. Solicito que o Teo responda à Viviane: "As ONGs realizam papel fundamental na sociedade, uma vez que sofrem a falência gerencial do Estado e as mazelas a esta correlacionadas. Muitos críticos afirmam que as ONGs são, em verdade, um veículo de perpetuação do modelo excludente no sistema socioeconômico. Como combater essa análise que coloca as ONGs cumprindo esse papel, como se o trabalho voluntário fosse usado como cata-lixo do sistema capitalista? Onde está a verdadeira reformulação da sociedade promovida pelo trabalho voluntário?"

O Sr. Armindo dos Santos de Souza Teodósio - Acho essa pergunta interessante, porque hoje se fazem muitos questionamentos nas ONGs, em geral, depois de um período de valorização do papel delas no cenário brasileiro, nos anos 80 principalmente. Nos anos 90, muda um pouco o padrão da participação. Há autores da ciência política que mostram que nos anos 80 elas lutavam por conquistas de espaço no Estado, pela redemocratização, e, hoje, elas têm uma abordagem muito mais pragmática dos problemas sociais.

Há uma pergunta recorrente: quem controla as ONGs? Elas se propõem a controlar uma série de poderes constituídos nos campos empresarial, político, do Executivo e Legislativo, mas quem controla as ONGs? Acho que esse movimento é muito interessante, porque elas devem ser transparentes também, como falei na minha exposição. Muitas delas cobram transparência, mas não sabem ser transparentes, tanto que uma das ONGs mais avançadas que temos no País, o IBASE, já lançou um modelo de balanço social, mostrando uma série de atividades que desempenha, onde aloca os recursos, que tipo de mão-de-obra recruta.

Na verdade, existem alguns mitos. Imaginamos que, por ser ONG, ela não é autoritária. Por definição, está ligada à participação popular, o que

não ocorre efetivamente. Até fiz uma anotação de algo que gostaria de ter falado durante a apresentação, mas não foi possível. As ONGs podem ser autoritárias. Primeiro, você pode ter o autoritarismo da metodologia, que é muito comum na área social; já vi isso muito presente em várias instituições. Ou seja, tenho a melhor metodologia de abordagem do problema da infância; então, minha ONG é que tem de ter destaque, e não as outras. Há um modelo de cooperação e competição muito recorrente no terceiro setor. Algumas delas usam modelo de cidadania para fora; ele não existe para dentro. Já vi ONGs que gerenciam democraticamente a abordagem com o cidadão, mas na ONG ninguém pode participar de nada, tem de adotar aquela metodologia sem desviar nada. Há cidadania para fora, mas não dentro, na gestão da mão-de-obra.

Algumas se dizem representantes legítimas da vontade popular, mas onde está essa vontade? Quem deu a elas essa meta? Um dos problemas do avanço do terceiro setor e do voluntariado é que hoje existem agendas bem definidas. Infância, adolescência e meio ambiente recebem a maior parte dos recursos, que são aplicados em projetos sociais. Quem de nós, sociedade civil, definiu como metas infância e adolescência? Há também um discurso pela sobrevivência da organização, que justifica tudo.

Não sei se respondi à pergunta. Acho que era nessa linha, espero ter respondido. A questão básica é que o voluntariado pode representar avanços sociais, mas não linearmente.

A Sra. Maria Rita Nascimento - Gostaria de falar sobre os direitos de pacientes com câncer de mama que passaram por mastectomia - retirada da mama e esvaziamento da axila. Geralmente, a paciente fica com uma deficiência no braço, e já existe lei estadual que a isenta de ICMS na aquisição de veículo. No Rio, em São Paulo e Brasília, essa lei estadual já foi aprovada. A lei federal do IPI beneficia somente o deficiente físico, não há nenhum item relativo à mastectomia; essa é uma batalha do Clube da Mama. Nós, brasileiros, não conhecemos nossos direitos. A paciente pode ser isenta de pagar o ICMS, o IPI, o FGTS, aposentar-se, ter isenção do Imposto de Renda. São direitos importantes que a maioria das pessoas desconhece. Em maio de 1999, a Deputada Maria Elvira conseguiu aprovar uma lei que garante a reconstrução da mama através do SUS. Muitas mulheres desconhecem esse direito. O que Minas Gerais pode fazer em relação a isso?

O Sr. Presidente - Especificamente no Estado de Minas Gerais, se houver necessidade de algum instrumento legal, sugiro que entre em contato com a assessoria da Casa para estudarmos o assunto. Se o projeto for de iniciativa do Legislativo, teremos prazer em apresentar. Se não for, podemos fazer gestões junto ao Executivo, se for competência privativa desse Poder, para que dê início ao processo legislativo.

A divulgação dos direitos não é dificuldade somente nessa área. É um exercício de cidadania levar às camadas menos favorecidas o mínimo conhecimento de seus direitos, assegurados pelo ordenamento jurídico nacional.

As três perguntas que se seguem são dirigidas ao Prof. Sérgio Azevedo. Pergunta de Maria Cristina, do Tribunal de Justiça: "Atualmente o Poder Judiciário tem apresentado o discurso de que a justiça deve estar próxima dos cidadãos, que a comunidade deve estar próxima da administração da justiça. Como isso pode ser possível, se tradicionalmente o Poder Judiciário tem se colocado distante com seus magistrados encastelados? Quais os desafios a serem enfrentados pelo Poder Judiciário?"

Pergunta de Maria do Carmo Rocha, da Fundação Esmeralda Campelo: "Poderia dar algumas sugestões para diminuir o atrito entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil, teoricamente com menor acesso às informações?"

Pergunta de Elizabeth Castro, profissional de relações públicas autônoma: "O senhor não acha que se as pessoas exercessem mais o papel de cidadãos necessitaríamos de menos voluntários, e que a inserção de matérias que explicam os direitos e deveres fundamentais nos currículos escolares deveria ser obrigatória e é de extrema importância para aumentar a participação cidadã, já que a complexidade da linguagem da Constituição dificulta o entendimento e o interesse da população?"

O Sr. Sérgio Azevedo - São três questões bastante complexas. A questão do Poder Judiciário é um desafio, porque algumas pesquisas, inclusive a PINAD, têm demonstrado que a justiça é muito pouco acionada em áreas de bastantes conflitos sobre determinados temas. Isso significa que muita gente tenta resolver o problema fora da justiça ou na marra, como ocorre na Região Norte. No dia em que as pessoas perceberem que o Judiciário está funcionando melhor, as demandas devem aumentar.

Em relação aos magistrados, outras pesquisas mostram posição ambivalente. No discurso, a maior parte deles é favorável a ouvir as necessidades populares. Entretanto, quando perguntados sobre se deve ampliar-se a esfera dos juizados especiais, que são mais rápidos, grande parte desses Juizes tem posição contrária. Há uma postura corporativa que não favorece o crescimento dessas alternativas de mediação e de juizados especiais. De toda forma, isso tem crescido muito e é um caminho sem volta. Parece-me que os juizados especiais, os processos de conciliação seriam um caminho para facilitar a questão do judiciário.

A relação entre os Poderes Executivo e Legislativo é muito diferente na União, nos Estados e nos municípios. No Estado, o conflito entre o Poder Legislativo e o Governador é menor, porque as atribuições do Poder Legislativo estadual não são tão amplas. O Governador de qualquer partido pode perpassar o Deputado e entrar em contato direto com os Prefeitos. Em função disso, não existem conflitos fortes entre o Legislativo e o Executivo.

Com relação à sociedade civil, o legislador é tudo, menos marciano. Eles funcionam e dançam conforme a música, na medida em que a sociedade pressiona, na medida em que as demandas são fortes, eles se adaptam. É uma questão de adaptação, de ensaio e erro. Mesmo programas locais que no início enfrentavam resistência - o programa do Orçamento Participativo em Belo Horizonte - quando parte significativa da comunidade apoiava, Vereadores de diversos partidos passaram a apoiar também. É um processo dialético que depende da mobilização da sociedade civil.

Sobre os direitos dos cidadãos, é sempre bem-vindo o conhecimento. Mas ter informação não explica tudo, não explica porque as pessoas participam. Muitas vezes as cartilhas ajudam, mas há processos mais complexos. As pessoas têm prioridades diferentes e estão envolvidas com a sobrevivência do dia-a-dia. Não é uma questão apenas de falta de consciência ou orientação política equivocada.

O Sr. Presidente - As próximas perguntas são dirigidas ao Sr. Francisco, representante do programa Voluntários.

A primeira pergunta é de Oliveira, da Fundação Pró-Criança: "Trinta e quatro centros voluntários em um País tão grande pode significar que a condução do programa Voluntários é ineficaz? Que não é bem-vinda a organização burocrática de um movimento que se mostra espontâneo? O senhor ficaria com alguma dessas hipóteses ou teria outra?"

Pergunta de Rosimere Silva Faria, do Conselho Tutelar de Vespasiano: "Como convencer os empresários, as fundações, os políticos de que os voluntários terão efeitos positivos na sociedade civil?"

Pergunta de Maria Terezinha Gomes Pinto, representante do Conselho de Desenvolvimento de Caio Martins: "Gostaríamos de receber as 10 características que não foram apresentadas por falta de tempo."

O Sr. Francisco de Almeida Lins - O projeto do programa Voluntários, em 1997, era apoiar a criação de 10 centros de voluntários no País. Conseguimos, com apoio de muita gente, viabilizar 34, que não são iguais. Cada centro corresponde a uma realidade. O centro de São Paulo é diferente do centro de Rio Claro, duas cidades paulistas. O centro de Florianópolis, no Piauí, é diferente do centro de Salvador, na Bahia. Os centros foram criados como entidades autônomas, como ONGs, e algumas receberam auxílio financeiro com o compromisso de garantir sua auto-sustentabilidade.

Esses 34 centros são os que se relacionam mais diretamente com o programa Voluntários, mas acreditamos que existam mais de 150 centros em todo o País. A ONG Parceiros Voluntários de Porto Alegre tem 56 unidades que são centros de voluntários. A Fundação CEMEAR, de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, tem 5 centros de voluntários.

Mas o mais importante no voluntariado não é o centro de voluntário, não é a organização voluntária, não é a instituição voluntária. O mais importante é o voluntário. Estamos constatando, dia após dia, que o voluntário se complica mais quando colocamos regras. Quando o voluntário estabelece a regra, cria a sua maneira de trabalhar, a coisa em geral funciona melhor.

Quanto à segunda pergunta, sobre como convencer, é conversando. Estamos iniciando uma conversa longa, difícil, que terá muitas idas e vindas e muita prevenção de parte a parte. Um dia chegaremos a um consenso. Já existe um movimento muito interessante do poder público em direção ao voluntariado. Hoje estamos neste seminário. No Rio, o Ministério do Meio Ambiente está promovendo hoje e amanhã um seminário internacional sobre voluntariado, parques e áreas protegidas.

Outro dia, em Brasília, o coordenador do projeto Comunidade Ativa, do Governo Federal, disse-me que chamou o Tião Rocha, de Belo Horizonte, para expor o trabalho do Centro Popular de Desenvolvimento e Cultura. Brevemente chamará o Demóstenes, do projeto Meu Quarteirão. Possivelmente no dia 15, uma Ministra do Superior Tribunal de Justiça estará em Vespasiano para prestigiar a Juíza Diretora local, que iniciará a implantação de núcleos do projeto Meu Quarteirão.

Os exemplos são muitos e não são institucionais. Não é o Poder Executivo, o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário que está se colocando, mas pessoas dessas áreas que estão dando continuidade a um trabalho que já vem de longe e que certamente há de dar bons resultados para todos.

Quanto ao envio de documentos, textos, etc., se a pessoa puder me fornecer o endereço eletrônico, facilitará a remessa e o meu trabalho.

O Sr. Presidente - Vou passar um bloco de perguntas ao Teodósio, que é o campeão das demandas. A primeira é de Carla Fernandes e Lorena Silveira, da Creche Casa da Criança: "Qual seria a maneira mais efetiva de entrar em contato com você e suas pesquisas? Somente pelo "site"? É possível obter material escrito? Dessa sua exposição realizada agora, você poderia indicar uma bibliografia interessante sobre os tópicos abordados?". O Alexandre pergunta: "Como aproveitar o voluntário desempregado na PUC Minas? Sinto ele qualificado em várias áreas em que pode atuar, a partir de "office boy" até professor". Pergunta da Maria Cristina, do Tribunal de Justiça: "É possível que o Estado assuma ações de voluntariado em áreas em cuja atuação ele se mostra falho e descomprometido com a mudança social. Quais os riscos que tais ações enfrentam?". Celso Marques: "Em nome de Minas e do respeito humano, o que você acha que o voluntário poderá fazer para auxiliar o falido sistema de segurança pública?".

O Sr. Armindo dos Santos de Souza Teodósio - Quem desejar ter acesso à bibliografia, tenho o maior prazer em fazer o envio por meio da Internet, que é o mecanismo mais fácil. O meu "e-mail" foi citado no início da apresentação, mas posso repetir. É "teodosio@pobox.com, sem o "br". Além de textos de pesquisas que já fizemos na PUC Minas, posso enviar textos de vários outros pesquisadores. Há um material muito rico sobre várias áreas ligadas à questão do voluntariado, a captação de recursos, a gestão de voluntários, "marketing" social, etc.

Há outra maneira, e teremos o maior prazer em recebê-los na PUC Minas, porque foi criado em agosto deste ano o Centro de Referência para o Terceiro Setor, que tem por objetivo não só fazer pesquisas, mas congregar as pessoas que atuam na área social, trocar informações, articular redes. O telefone é (031)3319-4258 ou 4257. Informo a quem me solicitou a bibliografia que já podemos enviar. Tenho o maior prazer em socializar o máximo de pesquisas e informações porque, como já foi dito, há uma carência de estudos, de pesquisas, de uma maior sistematização tanto sobre o voluntariado quanto sobre o terceiro setor no Brasil.

Quanto à questão do voluntário desempregado que gostaria de atuar na PUC, é realmente um desafio para instituições formalizadas congregar voluntários. Apesar de todo esse estímulo ao voluntariado, isso às vezes traz uma série de complicações. Esbarramos em uma série de mecanismos internos que impedem uma atuação mais efetiva. Mas, no Centro de Referência do Terceiro Setor, existem vários espaços, fazemos o encaminhamento para várias ONGs e existem possibilidades de se trabalhar como voluntário efetivamente.

Aproveito para dar uma informação teórica, mas relevante. Existem pesquisas feitas na região metropolitana de Londres, na Inglaterra, que mostram que as pessoas que desempenham trabalho voluntário se inserem mais rapidamente no mercado de trabalho. O desemprego entre voluntários é menor não só porque a pessoa cria uma rede de relações sociais, que é importante e gera sustentação no momento difícil, que é o do desemprego, e permite uma alocação mais rápida, mas também porque o indivíduo desenvolve aquelas habilidades que mencionamos na exposição: trabalho em equipe, liderança, flexibilidade, focalização maior na realidade do cliente, daquele que é atendido. É interessante mostrar que o voluntariado também ajuda a sair da condição de desempregados.

Acho que existe um risco de os voluntários atuarem em áreas em que o Estado tem falhado sistematicamente. Mas aí temos que ter uma visão pragmática também. Se ninguém fizer nada, quem fará? As ONGs têm esse papel. Muitas vezes, surgiram por falhas do Estado na atuação em determinados segmentos. Mas o que tem que se imaginar é que voluntariado não significa, como foi muito bem colocado na exposição, pelo Sr. Francisco e pelo Sérgio Azevedo, uma redução do papel do Estado. Tudo se soma: Estado forte, voluntariado forte e também profissionais fortes. O mito que existe é achar que tudo deve ser feito através de voluntários. As próprias centrais de voluntariado possuem profissionais remunerados trabalhando lá. Não dá para organizar o trabalho voluntário em todas as áreas.

Mas um dos problemas é esse, quer dizer, já que a comunidade está resolvendo o problema, os recursos públicos podem ser alocados para outra área. Esse é um dos grandes dilemas. Por isso é que se tem de fazer um controle mais efetivo do papel do Estado, do repasse de verbas.

E uma coisa que incomoda muitas pessoas é o seguinte. Houve uma polêmica recentemente sobre aquele Prêmio Itaú-UNICEF, porque 80% das finalistas eram financiadas, com mais de 90% de recursos, pelo Estado. E houve o questionamento, se seriam ONGs terceirizadas pelo Estado. Não vejo o problema dessa maneira. Qual o problema de uma ONG usar recursos do Estado se ela está combatendo um problema social legítimo, está alocando melhor esses recursos? Cada caso deve ser analisado com especificidades, mas há grandes riscos.

Não conheço precisamente e não saberia dar uma resposta muito completa sobre essa questão do voluntariado na segurança pública. Mas entendo que algumas funções do Estado são básicas, e é muito complicado caminhar-se para uma certa privatização de determinadas áreas. É uma privatização que às vezes vem encoberta até por aquele discurso de que o cidadão é cliente. Acho que esse discurso é muito perverso. Vem embutido em uma lógica de modernização do terceiro setor trazida pelas empresas privadas, porque hoje há uma certa mania de copiar técnicas de empresas privadas para gerenciar ONGs. E aí acaba-se com aquela lógica, porque se tem de tratar o cidadão como cliente, aquele que você tem de tratar muito bem, tirar das filas, acabar com a burocracia. Mas, na verdade, o conceito de cidadania não se resume à idéia de

cliente, é muito mais amplo que isso. Implica direitos e deveres, e às vezes até a política pública tem de dizer "não" ao cidadão, que não tem direito a uma cesta básica, a uma bolsa-escola.

É complicado imaginar ONGs que vão trabalhar a questão da segurança pública nesse sentido. É papel do Estado prover segurança pública efetivamente. Mas talvez elas possam atuar no controle das ações que o Estado executa. Aí, sim, é fundamental o papel das ONGs, dos voluntários, das organizações que lutam pelos direitos humanos, que estão repletas de voluntários.

Quereria citar um livro que uso com meus alunos e até o apelidei de "Manual Prático de Administração Pública", porque o considero uma das obras mais interessantes que já li sobre a questão da segurança pública. É o livro do Luiz Eduardo Soares, intitulado "Meu Casaco de General".

A obra narra a sua trajetória à frente da segurança pública do Rio de Janeiro e uma série de dilemas com os quais o autor deparou na gestão social. Trata-se da narrativa específica de uma pessoa que vivenciou o problema. Não sei dizer se tudo o que está narrado no livro realmente aconteceu daquela maneira, mas vejo uma característica fundamental em sua postura porque é a primeira vez que vejo um gestor dizer publicamente que errou e convocar a comunidade para juntos construir um novo modelo de segurança pública. E vejam que conheço uma variedade muito grande de obras sobre gestão, porque sou professor, e esta é minha obrigação. Considero que esse é um novo modelo de gestão social porque ele reconhece seus erros, mesmo estando no poder e negocia com a comunidade.

O Sr. Presidente - Teremos agora um bloco de perguntas ao Prof. Sérgio Azevedo. A primeira é de Geraldo Eustáquio Carvalho, do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte: "Prof. Sérgio Azevedo, como tornar os conselhos instâncias de controle social, espaços de ação de voluntários e, não espaços de interesse de Prefeitos, gestores públicos? A ação do voluntário não estaria eximindo o Estado de suas responsabilidades intrínsecas e conferindo a este um caráter ainda mais ocioso, incapaz e perdulário?"

A Presidência informa que não está apresentando as perguntas sem identificação. Esta é uma exceção porque foi entregue diretamente ao Prof. Sérgio: "Gostaria que o senhor desenvolvesse um pouco mais o tema citado a respeito do voluntário de auto-ajuda. A divulgação do trabalho voluntário feita de forma massiva não descaracteriza o espírito voluntário em si? Ou, ainda, considerando a própria necessidade e carência da sociedade, o trabalho voluntário acaba por deixar a intenção no segundo plano?"

A próxima pergunta é de Vilma Camargos Jamefelt: "Da mesma forma que, de acordo com a solicitação, a administração pública é muito importante para ficar só nas mãos do Governo, o terceiro setor é muito importante para ficar sob o controle das fundações criadas e controladas pelas multinacionais." Ela pede que o senhor comente.

O Sr. Sérgio Azevedo - A primeira, é sobre a questão dos conselhos municipais, não é? Em primeiro lugar, vejo que os conselhos, na verdade, são muito diferentes entre si. A questão do conselho municipal e dos conselhos de saúde têm uma larga história, uma tradição de participação e problemas muito sérios. Mas, se fizermos uma análise comparativa, veremos que alguns conselhos estão em um patamar muito diferente de outros. Existe um grau de regulamentação diferente. Essa questão de transformar em instâncias de controle social, que é uma das finalidades dos conselhos, além de criar grandes diretrizes vai depender muito da participação e da história pretérita, seja do conselho e da sua tradição anterior já acumulada, seja da situação das idiossincrasias, ou das especificidades locais. É isso que vai definir se ele vai se envolver mais, ou menos, na questão do controle social.

Apesar dessas diferenças, acho que existe uma questão que precisa ser levantada. Mesmo quando o conselho funciona bem, mesmo quando os voluntários participam direitinho, o conselho não substitui o Governo. O conselho dá as diretrizes, coloca os limites e pode cobrar se o Governo não atuar dentro deles. Agora, a margem de manobra de qualquer Governo na hora de implementar é muito grande e muito importante. Então, acho que se trata de um mito que precisa ser superado. Existe uma certa percepção, que às vezes não é explicitada, de que, se o conselho funcionar bem, praticamente dará as cartas ou substituirá o Governo. Mas não se trata de substituir o Governo. Trata-se de colocar limites, e a importância do Governo continua sendo grande.

A questão da Vilma faz todo o sentido. Já foi dito aqui que a questão pública é muito importante para ficar somente nas mãos do Governo. Evidentemente, existem questões das ONGs que merecem ser estudadas. Já foi mencionado por exemplo que algumas ONGs começaram nos anos 80 apenas levantando objetivos ou criticando determinadas imperfeições ou erros, profissionalizaram-se nos anos 90, e muitas entraram para o que a literatura chama de dilema micheliano, ou seja, para manter seus técnicos e sua estrutura, acabaram priorizando os meios em detrimento dos fins. Essa é uma área de pesquisa muito importante. Temos que pensar que, como os objetivos levantados por uma ONG montada por uma multinacional são definidos endogenamente. Ou seja, definir se ela é interna ou externa. Essa é uma questão a ser colocada. Está, ou não, de acordo? Há casos e casos. Não vou citar o nome de nenhuma ONG, mas você tem razão porque algumas propõem temas de pesquisa que não têm nada a ver com nossas prioridades internas. Trata-se de prioridade em um determinado país. E eles abrem essa linha de pesquisa exatamente por isso. Então, trata-se de um desafio. Você tem toda razão. Isso merece ser estudado e estamos correndo esse risco também.

Pediram-me ainda para desenvolver mais um pouco sobre o voluntariado e se a divulgação do trabalho voluntário feito de forma maciça não descaracteriza o espírito voluntário em si. Eu diria que depende. Não se trata de substituir o poder público, nem de se institucionalizar. Todo o mundo disse aqui que o voluntariado tem que ser flexível. O perigo é a questão da burocratização. A burocratização excessiva pode colocar o que é estrutura como fim. Nesse caso, há uma distorção dos objetivos iniciais. É o perigo que existe tanto em instituições do poder público quanto em ONGs, que são entidades públicas não governamentais.

O Sr. Presidente - Vou passar, agora, um bloco para o Francisco. São apenas duas. Michele Rodrigues é aluna da PUC, em Direito, e pergunta: "Como conciliar a tensão no relacionamento entre funcionários remunerados e voluntários a fim de fazer com que o trabalho voluntário funcione efetivamente?"

A outra é de ASACOM, de Marcionílio Faria: "Os grupos voluntários, Igrejas evangélicas e sociais têm dado suas contribuições à população carente em épocas de seca no Norte de Minas e nos Estados atingidos, pois o Estado e o município tomam iniciativa depois dos voluntários.

Para onde vão os fundos perdidos que vêm para o social? Como as entidades assistenciais e creches poderão ser beneficiadas com esses recursos, uma vez que existem várias creches construídas há mais de um ano, sem funcionamento por falta de recursos?"

O Sr. Francisco de Almeida Lins - Aproveitando a pergunta de Michele Rodrigues, que é estudante de Direito, quero dar um "pitaco" na pergunta anterior sobre voluntariado e segurança pública. Existem vários trabalhos bonitos de voluntários que atuam na área da prevenção. Por exemplo, em Porto Alegre, em Novo Hamburgo, existe um trabalho chamado Promotoras Públicas Populares. Trata-se de senhoras das comunidades carentes que atendem a reclamações, queixas de maus tratos, aluguel, etc. Por trás, elas têm uma rede de faculdades de direito, promotores, estudantes de direito, Juizes, juizados especiais, advogados, médicos, psicólogos, etc., que as ajudam nos encaminhamentos necessários. A grande descoberta que esse pessoal está fazendo é que a maioria das pendengas são resolvidas na consulta ou num processo de conciliação entre as partes informais. Às vezes, muita coisa ocorre por mal-entendido ou de maus bofes na hora da briga.

Com relação à tensão entre funcionários remunerados e voluntários, acho que isso é uma grande responsabilidade da organização que os

recebe. Se essa tensão prosperar, irá prejudicar o voluntário, anular a sua energia, além de prejudicar o funcionário que vai passar a trabalhar com menos empenho. É obrigação da organização esclarecer, informar, ser transparente, para dizer para os dois grupos quais são as suas atribuições, deveres, etc. As organizações não encaram, de maneira alguma, o voluntário como mão-de-obra barata e muito menos como substituto de pessoal remunerado. Existem casos de organizações, ditas evoluídas, modernas, bem-gerenciadas, que ligam para os centros de voluntários para perguntar o seguinte: "Vocês têm aí algum voluntário que queira ser o nosso motorista? Temos um horário flexível, das 8 horas às 11 horas, das 12h30min às 17 horas". Isso não é vaga para voluntário. Já me pediram também jovens que quisessem ser voluntários como atendente em portaria. Como no caso anterior, isso também não é vaga para voluntário.

O que se disse aqui, que é preciso estudar ONG, o gerenciamento de voluntário, etc., é muito sério. Quero fazer um registro. Em 1995, quando se começou a pensar no Programa Voluntários, dentro do programa de fortalecimento da sociedade civil do Conselho da Comunidade Solidária, fizemos uma pesquisa sobre teses universitárias, publicações sobre voluntariado. Encontramos dois trabalhos. Felizmente hoje ouvimos e temos acesso a trabalhos da qualidade que vimos aqui, os quais, certamente, vão ser determinantes para o fortalecimento do voluntariado.

Em relação ao dinheiro público para obras sociais, existe um grande caminho a ser percorrido. A coisa é meio complicada e, do jeito como está sendo praticada, merece muita reflexão e reformulação. Temos a alternativa das OCIPs, mas não há tempo para falarmos disso agora.

O Sr. Presidente - Pergunta de Fabrício Petinelli Vieira Coutinho, da PUC Minas, dirigida a mim: "Certa vez, uma emissora de TV lançou um programa voluntário em que pais e outros trabalhadores se reuniram em mutirão para melhorar as instalações das escolas públicas; porém, acredita-se que o Governo pouco auxiliou nesse processo. Enfim, não seriam esses programas um meio de acomodação dos grupos políticos?".

Confesso que não conheci esse programa. Sei que a participação na gestão da escola pública se tem dado evolutivamente ao longo dos últimos anos, tanto com a iniciativa das eleições da direção como nos conselhos de pais. O Judiciário tem entendido como inconstitucional essa eleição, que tem sido substituída por um processo que, de alguma forma, disfarça a sua ocorrência.

Temos aqui mais um bloco de perguntas dirigidas ao Dr. Sérgio. Pergunta de Michael Coimbra, estudante de Serviço Social da PUC: "O voluntariado, por si só, constrói cidadania, faz a diferença? Foi mencionado anteriormente que voluntariado não significa a redução do papel do Estado. Gostaria que falasse rapidamente sobre essa questão e explicasse como fica a ação do Estado nas escolas, analisando, por exemplo, o programa do Governo Federal 'Amigos da Escola'".

O Sr. Sérgio Azevedo - O voluntariado, por si só, não constrói a cidadania. É claro que em democracias fortes, via de regra, há uma participação de associações voluntárias muito fortes. Acho que é isso que faz a diferença.

Como foi mencionado aqui, não se trata de imitar posições de outros países. A nossa cultura, por exemplo, é muito diferente da cultura anglo-saxônica. A questão até do formato e do associativismo no Brasil passa por caminhos que são muito distintos. Isso tem de ser implementado. Mas que é essencial, não tenho dúvida. Na verdade, não se pode esperar que o Estado resolva todos os problemas. A participação da sociedade organizada e do que se denominou de terceiro setor é algo que veio para ficar, com todas as imperfeições, com toda a discussão.

Redução do papel do Estado. Na verdade, percebemos o voluntariado como uma complementação. A maior parte das universidades que fazem pesquisa na Inglaterra é privada; nos Estados Unidos e na França, a maior parte é pública. Sabemos que o financiamento das pesquisas é, majoritariamente, realizado pelo setor público. Entretanto, o papel das aplicações, das associações voluntárias que financiam pesquisas, é fundamental, é maior, por exemplo, do que das indústrias em alguns locais. As fundações de voluntários que financiam pesquisas chegam a ter um papel maior do que o da própria indústria. É uma diferença complementar, que não substitui, mas que tem um papel absolutamente relevante.

O Sr. Presidente - Temos aqui um bloco de perguntas dirigidas ao Prof. Armindo. Do Michael Coimbra, da PUC-Minas: "Quais as conseqüências que o voluntariado traz para o mercado de trabalho e para a sociedade? No contexto atual, qual seria a melhor alternativa: investir na capacitação do voluntariado ou no profissional que está fora do mercado de trabalho?". Da Marta, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Oriente: "Vejo como uma omissão do Estado o fato de lançar na sociedade Promotores e Juizes descomprometidos com a causa da criança e do adolescente. A representante do Ministério Público disse, claramente, que é favorável às palmadas, desde que de forma moderada. Isso joga por terra tudo o que construímos ao longo do tempo. Teria como se exigir do Estado curso de especialização para esses profissionais?". Do Vinícius Cardoso, aluno de Direito da PUC: "Sabemos que a solidariedade é maior nas camadas menos favorecidas. Como esperar que essa grande parte da sociedade participe, com pouco ou nenhum incentivo do Governo?". Da Vilma Camargos Jamefelt: "Comentar a citação de Renato Boschi sobre poder e participação. Se possível, informar a publicação de origem".

O Sr. Armindo dos Santos de Souza Teodósio - São muitas perguntas, com caráter pouco diferenciado. Vou procurar juntar todas e comentar de maneira geral. Realmente, não tenho domínio efetivo sobre algumas. Antes, quero pegar carona numa pergunta que foi feita sobre "marketing" para a área social, que acho extremamente interessante. Hoje alguns grupos, principalmente empresariais, repudiam a idéia de "marketing" social e trabalham com o conceito de comunicação na área social. Mas o que vemos é que muitas ONGs apelam para o chamado "marketing" da miséria e expõem, de maneira dramática, os problemas sociais, principalmente na televisão. Esse tipo de campanha institucional gera captação de recurso imediato, voluntários de um dia para o outro, mas não gera sustentação dessas pessoas em longo prazo. Conheço uma ONG da Região Metropolitana de Belo Horizonte que fez uma pesquisa entre seus doadores - pessoas que já doavam recursos para ela há mais de cinco anos - e chegou à conclusão de que eles não sabiam para que estavam doando e que poderiam ser abordadas por uma ONG com uma campanha mais dramática. Então, no "marketing" tem de haver uma coerência entre a prática e o discurso e uma visão de transformação social propositiva e não só do "marketing" da miséria efetivamente.

Com relação ao mercado de trabalho e a capacitação para voluntários, um dos grandes dilemas quando se gerencia mão-de-obra voluntária é este: vou capacitar pessoas que vão ficar pouco tempo na minha ONG? Por isso, na minha exposição disse que muitos voluntários não querem dizer, necessariamente, avanço da eficiência organizacional, porque pode-se ter um volume muito grande de voluntários com necessidade de treinamento para atuarem. Tem muita gente que acha que fazer trabalho voluntário é fazer só o que quer na organização que escolheu. Já ouvi de uma dirigente de ONG o seguinte: "Para os meus clientes não vou colocar um voluntário que quer fazer terapia com as minhas crianças portadoras de síndrome de Down. O local da terapia é um espaço, o trabalho voluntário ou trabalho de assistência é outro". Na linha do que disse o Sr. Francisco, percebemos que, quando há necessidade de qualificação da mão-de-obra, é mais interessante se usarem menos voluntários e mais mão-de-obra profissionalizada. A mão-de-obra voluntária não pode ser usada em áreas que exigem qualificação técnica bastante específica. Existe uma certa controvérsia no terceiro setor, muitas pessoas acham que, por atuarem na área social, têm de ser mal remuneradas e mal preparadas.

Voluntariado não é sinônimo de amadorismo. Podemos cunhar uma expressão que parece ambígua, mas o voluntariado tem de ser profissional em sua abordagem, ou seja, deve haver comprometimento cotidiano. Além disso, o fato de eu atuar na área social não é motivo para ser mal remunerado. Como irei qualificar-me?

Nessa discussão sobre formação de mão-de-obra, as pesquisas têm indicado que o salário médio das pessoas que atuam na área social tem aumentado, apesar de ser inferior ao que se paga na iniciativa privada. Alguns autores, bem de linha americana, chegam a dizer que o mercado de trabalho futuro irá incorporar mais pessoas ao terceiro setor do que ao primeiro setor, no Estado e na iniciativa privada. Essa é

uma visão um pouco utópica, muito baseada na realidade americana, porque, hoje, a expansão do mercado de trabalho americano se dá da seguinte maneira: de dez novos empregos criados, sete são no terceiro setor.

Entretanto, temos um problema: "quem financia o terceiro setor?". Os projetos sociais não foram feitos para gerar renda automaticamente. Logicamente, as ONGs têm estratégias para comercializar produtos e fazer campanhas de arrecadação, mas um projeto social não gera renda em si, tem que ser financiado por outras fontes. Assim, imaginar que o terceiro setor irá desgarrar-se do primeiro e da iniciativa privada é uma certa utopia da realidade americana, já que o grosso dos salários e dos empregos será gerado no primeiro setor.

Farei uma ligação com o comentário sobre a promotoria pública e a qualificação para abordagem social. Uma das questões que mais nos preocupam em todos os projetos sociais de empresa é o fato de que muitas delas não seguem a cartilha de plano de voluntariado proposta pelo (...), que implica o treinamento do voluntário antes que vá trabalhar na área social. Há pessoas que se propõem a ser voluntárias, mas atropelam toda uma causa de luta, que envolve, até mesmo, uma atitude politicamente correta, que se traduz até no linguajar.

Hoje muitas pessoas consideram antipática a questão do linguajar politicamente correto, mas é fundamental que se tenha um treinamento para atuar na área social, a fim de não reproduzirmos determinadas atitudes assistencialistas e paternalistas. Para fechar e fazer uma ligação com a fala do Sr. Francisco, lembro-lhes que o assistencialismo ainda tem um espaço muito grande no cenário brasileiro. Quando a população está em uma condição abaixo da linha de pobreza, é necessário ter políticas de doação.

Outra grande confusão existente é a de se considerar que acabar com o assistencialismo significa não doar nada para ninguém. O assistencialismo envolve uma atitude do que executa uma política pública diante do cidadão. Se ele trata o cidadão como um sujeito, uma pessoa capaz de sair daquela condição, uma pessoa que tem história e trajetória, mesmo que se esteja doando algo, está-se rompendo com o assistencialismo. E isso é preocupante, porque muitos projetos sociais acabaram mudando todas as suas características, para não doar nada para ninguém. Assim, continuamos com a mesma situação: os pobres na condição de miséria.

A citação do Renato Boschi vem de um texto que saiu na revista "Dados". Não tenho a referência exata, mas posso fornecê-la posteriormente. Obrigado.

A Sra. Rosara Maria de Oliveira Jorge Moreira - Bom dia a todos. Mais uma vez, cumprimento a Assembléia por essa iniciativa. A minha pergunta é dirigida ao Deputado Sávio Souza Cruz, mas, antes, quero parabenizar o Prof. Teodósio por sua última fala.

Prof. Sávio, o senhor observou que cidadania é uma palavra gasta. O que está gasto, Prof. Sávio? É possível pensarmos a sociedade sem a palavra cidadania? A palavra cidadania está intimamente relacionada com a questão do poder. Michael Foucault, no livro "Em Defesa da Sociedade", fala da questão da apropriação do poder como um bem, enquanto esse poder, na verdade, dentro da sociedade, deveria ser circulante. Um poder que transitasse como algo energético. Assim, essa questão da cidadania gasta não seria, antes de tudo, uma fadiga social, de cansaço nosso, enquanto sociedade, de esperar das relações de poder algo muito mais transformador?

O jornalista Demóstenes Romano, ontem, dizia-nos: "Ô ruindade desse mundo! Quanta ruindade!". Pediria que o senhor nos falasse um pouco sobre essa ruindade do poder. Obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Rosara, primeiro, você me deu a autoria de uma expressão que não foi minha. Apenas mencionei o fato de o Prof. Sérgio ter registrado o desgaste do termo cidadão, até pelo sentido adjetivador que, abusivamente, lhe tem sido concedido. Ele já ouviu até a expressão praça-cidadã, o que me parece pouco adequado, pois uma praça não pode exercer cidadania; pode, no máximo, ser um espaço em que se exerça a cidadania.

Concordo em que esse desgaste, na expectativa das pessoas em termos de evolução da sociedade e das relações sociais entre diferentes segmentos da sociedade, gera um descaso, um desencanto e um desestímulo. Mas aí entramos em um ciclo vicioso, porque se esse desgaste significar um afastamento e uma renúncia do exercício da cidadania, seguramente o que advirá das relações de poder será ainda para mais se desgastar esse já tão esgarçado tecido social brasileiro.

O rompimento com essa situação é um desafio que se impõe a todos.

O Sr. José Gonzaga de Souza - Cumprimento a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e o Prof. Sávio Souza Cruz, mais importante como professor que como Deputado, porque professor sempre será, embora esperemos que também continue Deputado, para prosseguir em iniciativas como essa.

Primeiramente, cabe dizer que UPAM é o Projeto Antidrogas de Minas Gerais, que congrega 614 cidades. Temos, hoje, aproximadamente 300 internados na faixa de 13 a 60 anos de idade, locados em seis comunidades: uma, em Vespasiano, onde temos o prazer de conviver com a Dra. Maura, competentíssima Juíza e cidadã exemplar; outra, que funciona em Conselheiro Lafaiete; duas, em Desterro de Entre-Rios; uma, em Igarapé, e duas, em Ponte de Lacerda, no Mato Grosso, que são entidades de segurança para os jovens, quando o narcotráfico os ameaça em nosso Estado. Esse é o assunto mais sério a ser discutido em seminários em que, como este, se fala em voluntariado, autenticidade e participação do poder público.

O que esperamos do poder público, nós que pertencemos a ONGs e que, como disse um membro da Mesa, somos esse povo bom voltado voluntariamente para resolver o problema social, ou, pelo menos, para minimizá-lo no País? O que esperamos das autoridades municipais, estaduais e federais? Seriedade - eis o que esperamos.

Vivem dentro de nós vários Brasis. Um, que não é identificado por Brasília, outro que não é identificado pelo Estado, e outro que não é identificado pelo município. As células do município somos nós, os cidadãos, e criamos as entidades de acordo com nossa realidade.

Meu assessor, Sérgio Fernandes, pediu-me para solicitar a esta plenária que, por intermédio do Deputado que a preside, formule dois projetos de lei. O primeiro, que se moralizem as ações dos executivos municipais e estaduais, obrigando-os, anualmente, no início de cada exercício, a revelar os recursos disponíveis, orçamentários ou não, e suas respectivas fontes, para as áreas da saúde e da assistência social. Que, no mesmo documento, também revelem as entidades que os receberam no ano anterior. Assim, estaríamos livres do clientelismo político que atualmente nomeia, por conta própria, os conselhos municipais.

Segundo projeto: que nenhum dirigente de entidade que receba recursos públicos e tem seu quadro de voluntários possa ser candidato a qualquer cargo político nos 24 meses após, sob qualquer pretexto, ter deixado o cargo. Muitas pessoas estão fazendo dessas entidades um caminho para sua candidatura. Não achamos justa tal atitude, porque tira a autenticidade do voluntário.

No Governo Federal, esse cuidado já existe. Quando um Ministro da área econômica deixa o poder, em alguns meses, não sei quantos, não

pode, na iniciativa privada, ocupar nenhum posto que envolva a área econômica. Isso evita distorções.

Uma lei que também nos garantisse isso seria muito importante, porque faria com que o Estado se voltasse para sua verdadeira função, que é atuar bem, fiscalizando as entidades que dele levaram recursos. Além do mais, pessoas que não têm noção de cidadania estariam impedidas de praticar o voluntariado. Nem todos sabem o que é comportamento ético.

Alguns dos presentes me conhecem. Estou com 62 anos de idade. Não sou nem serei candidato a nada, e desafio qualquer um a provar que, quando fui candidato a Prefeito de Belo Horizonte, eu tenha dito que presidia uma entidade, que, só no ano passado, atendeu a 5.400 jovens.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. José Gonzaga pelas sugestões. A segunda parece-me tratar da lei de inelegibilidade federal, e a primeira, seguramente, será analisada pela assessoria da Casa e sugerida à Comissão competente.

O Sr. Jorge Machado - Vou deixar prejudicadas as perguntas que dizem respeito à elaboração do projeto de lei, por entender que, pela sua complexidade e tecnicismo, tomariam muito tempo.

Esperamos que V. Exa., que demonstrou competência administrativa, social e política ao elaborar o projeto de lei, possa também, em atendimento aos ditames de sua consciência, empenhar-se em fazer da Casa um espaço público para a discussão profunda dessa questão que o seminário não pôde abordar com profundidade.

Foi aprovada ontem, no Grupo 3, e esperamos seja aprovada amanhã, em caráter definitivo, a proposta de um fórum para aperfeiçoar a lei para trabalhar a formação e a capacitação de pessoas e entidades envolvidas com o trabalho voluntário, e para que haja, em Minas Gerais, maior intercâmbio entre as entidades compromissadas com a causa, não apenas em nível regional e nacional, mas também mundial. Mundial, por quê? Porque o processo parece-me absolutamente irreversível, devido à proposta de tripartição, que está completamente exaurida, à falência do Estado social e à globalização, que se preocupou apenas com o econômico em detrimento do social.

É preciso devolver o poder ao povo, na tentativa de dar oxigênio ao Estado, que se demonstrou, ao longo dos anos, perdulário, moroso, burocrático, corrupto, corporativista, e, por que não dizer, incompetente para cumprir suas atribuições.

Deputado Sávio Souza Cruz, se, politicamente, essas colocações não são corretas, é importante que sejam apresentadas em atendimento à consciência cívica e à ética, mesmo porque não servem para V. Exa., que tem demonstrado sensibilidade em relação ao social.

No tocante ao projeto de lei, há números estanques fechando o que pode e o que não pode ser o serviço voluntário. Entendo que até a segurança nacional deve, daqui para a frente, passar a ser resolvida com o auxílio da sociedade. Segurança pública é algo muito importante para ficar apenas sob a responsabilidade do Exército brasileiro e dos órgãos de inteligência e de segurança pública. O episódio de 11 de setembro deu-nos clareza para concluir que temos de fazer um amplo projeto de cidadania e de segurança nacional. Saúde e segurança são também serviço voluntário, que pode complementar o trabalho do Estado.

O Sr. Presidente - Embora tenhamos realizado duas audiências públicas e este seminário para tratar do projeto, estou cada vez mais convencido de que, mais importante que regulamentar as OCIPs no plano estadual - como já o são no federal -, é regulamentar os chamados termos de parceria. Esse tema, no entanto, exige mais tempo, e tenho certeza de que os grupos de trabalho, em algum momento, vão se ocupar dele.

A Sra. Célia Regina Marques - Minha pergunta a respeito do projeto de lei já foi respondida. Só me resta, então, agradecer ao Prof. Teo pelos documentos enviados à entidade, que foram muito importantes para nós.

O Sr. Pedro Cardoso de Menezes - Meus cumprimentos ao Deputado Sávio Souza Cruz, aos expositores e aos colegas do auditório.

Temos de analisar com mais profundidade a ação voluntária. O voluntariado é uma ação nobre, e aqui estamos discutindo vários de seus aspectos: o voluntariado na empresa, que é bastante complicado; o dos poderes públicos, e aquele que se realiza no trabalho, no emprego. Entendo, no entanto, que o mais puro é aquele que se faz espontaneamente.

A criação e a expansão do voluntariado vêm cobrir as lacunas deixadas pela omissão dos poderes públicos na área social. Se não fosse a ajuda do voluntariado puro e espontâneo às crianças abandonadas, à terceira idade, às crianças sem escolas e, sobretudo, sem professores, às favelas, aos drogados, aos asilos de velhinhos, imaginem como estaria a situação dos excluídos neste País.

Parabenizamos os voluntários que, prejudicando seus afazeres particulares, aqui estão nesta manhã para discutir o assunto. Este sim é o voluntariado público, e não aquele que algumas empresas dizem estar fazendo, quando, na verdade, estão apenas atendendo seus próprios interesses.

Esperamos que, a partir deste seminário, os projetos sejam levados avante, para que aprofundemos e aumentemos a área do voluntariado, a bem da sociedade brasileira que está a clamar por mais justiça social e pelo interesse do poder público na solução da miséria e da fome.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seu agradecimento aos ilustres expositores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral pela honrosa presença, e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 163ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 5/12/2001

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Esclarecimentos sobre a dinâmica do trabalho - Apresentação dos relatórios dos Grupos de trabalho - Apresentação dos pedidos de destaque - Votação do documento final - Apresentação de novas propostas - Discussão e votação dos destaques - Eleição da Comissão de Representação - Entrega do documento final - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermanno Batista - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Rémolo Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exm^{as}. Sras. Maria Terezinha Gomes Pinto, coordenadora do Grupo de Trabalho I; Lourdes Bernardete Viana, coordenadora do Grupo de Trabalho II; e Jane Moraleida Gomes, relatora do Grupo de Trabalho III; e os Exm^{os}. Srs. Oswaldo Ferreira Barbosa Júnior, coordenador do Grupo de Trabalho IV; Cássio Martinho, coordenador do Grupo de Trabalho V; e Armindo dos Santos de Souza Teodósio, coordenador do Grupo de Trabalho VI.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à plenária final do Seminário Legislativo sobre o Voluntariado, com a discussão e aprovação do documento final.

Palavras do Sr. Presidente

A constante vivência com as agruras que marcaram a história da humanidade no século passado permitiu que as Nações Unidas desenvolvessem uma arguta percepção da realidade mundial, fazendo-a conhecedora profunda dos apelos dos povos de toda a terra.

Essa condição levou a ONU a reconhecer a importância do trabalho voluntário e a declarar 2001 como o Ano Internacional do Voluntário. Com essa decisão, os governos de todos os países foram recomendados a estimular o voluntariado, qualificando-o como instrumento importantíssimo para a melhoria da qualidade de vida, a redução das desigualdades sociais e o aperfeiçoamento da democracia. No Brasil inteiro, diversas organizações vêm realizando atividades para comemorar o Ano Internacional do Voluntário e especialmente hoje, o Dia Internacional do Voluntário.

Associando-se a esse grande esforço, que transpõe fronteiras e barreiras étnicas, culturais, políticas, econômicas e sociais, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais realiza este seminário legislativo, dando mostra de sua coragem, consciência e desprendimento, virtudes imanentes ao espírito voluntário, que caracterizam todos aqueles que têm vontade de agir em favor do bem e das boas causas. Foi com a mesma sensibilidade que o parlamento mineiro aprovou o Projeto de Lei nº 1.219/2000, de nossa autoria, que dispõe sobre o serviço voluntário em nosso Estado e que certamente será sancionado pelo Governador Itamar Franco, para disciplinar a prestação de serviço voluntário nos órgãos e nas entidades estaduais.

A quem podemos intitular voluntário? Na definição da ONU, o "voluntário é o jovem ou o adulto que, por interesse pessoal e espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a atividades voltadas para o bem-estar social ou para outros campos". Tendo em vista essa compreensão, ser voluntário é ajudar, é socorrer as pessoas e as populações em situação de risco. Mas é também ação efetiva para a transformação social.

Assim, a ação voluntária só encontra limites na ética, nobre condição que jamais criará obstáculos para a ação em favor da preservação ambiental, da fiscalização do poder público, da promoção da cultura e do respeito aos direitos do consumidor. É preciso estar consciente, porém, que o voluntário não é simplesmente mão-de-obra gratuita. Esse verdadeiro profissional, na realidade, por meio do entusiasmo que o encoraja e da emoção que o motiva, possibilita que valores outros sejam agregados à ação social, não se configurando assim mero substituto dos trabalhadores remunerados da instituição em que presta serviço.

Da mesma maneira, o sentimento do voluntário não pode avocar a idéia de que o seu trabalho possa fazer as vezes dos governos constituídos. Ao contrário, onde os governos se revelam omissos, simultaneamente ao auxílio voluntário é indispensável promover ampla conscientização em favor da cidadania, a tal ponto que a mobilização popular se torne capaz de ensejar o cumprimento das políticas públicas.

Nesta era de acelerado avanço do processo da globalização e de mudança contínua na ordem mundial, na qual o globo se torna menor, mais interdependente e mais complexo, o voluntariado se impõe como ferramenta fundamental à sociedade, possibilitando a materialização das mais nobres aspirações da humanidade - a paz, a liberdade, a segurança, a justiça e a busca de oportunidades para todos.

É nesse ambiente desejado de fraternidade universal que os voluntários de todos os países desbravam veredas para a sustentação e o fortalecimento dos valores humanos necessários à vida em comunidade.

Sem dúvida, essa é uma árdua jornada. Porém, cabe aqui invocar a lição do grande pensador Gibran Khalil Gibran: "Todo trabalho é vazio, exceto quando há amor! E que é trabalhar com amor? É pordes, em todas as coisas que fazéis, um sopro da vossa alma".

Imbuído desse sentimento e dessa disposição, não há como subtrair a idéia de que o voluntariado é compromisso. Compromisso de realizar o

que lhe foi proposto, sempre atento para o exercício de direitos e responsabilidades, que levam o indivíduo ao desenvolvimento máximo de seu potencial humano, moldando assim nosso destino coletivo.

Ao conduzirmos a plenária final deste importante encontro, o nosso apelo é que todos os presentes levem consigo alguns desafios: que todos os setores se unam para criar centros de voluntários fortes, visíveis e eficazes, capazes de liderar e organizar a ação social; que os governos assegurem os direitos de todas as pessoas de realizar trabalho voluntário, removendo qualquer barreira à efetiva participação; que sejam disponibilizados recursos para as organizações não governamentais promoverem, apoiarem e gerenciarem a mobilização dos voluntários; que os setores empresariais encorajem e facilitem o envolvimento dos seus funcionários na comunidade, como verdadeiros voluntários, e destinem recursos para o desenvolvimento da infra-estrutura necessária à prática do voluntariado, a exemplo da grande mobilização ocorrida no dia 2 próximo passado, capitaneada pela FIEMG; que a mídia divulgue as ações voluntárias e forneça informações que encorajem e auxiliem a verdadeira participação voluntária das pessoas; que as instituições criem ambientes organizacionais favoráveis aos voluntários e comprometam os recursos humanos e financeiros necessários para engajar os voluntários na sua verdadeira plenitude; acima de tudo, porém, que todos considerem o voluntariado a adequada resposta ao Divino Chamado, de servir ao verdadeiro próximo.

Ao considerar os termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, os princípios do voluntariado, a responsabilidade dos voluntários e das organizações nas quais estão envolvidos, tenho a certeza de que o papel que todos nós estamos desempenhando neste seminário se transforma em verdadeira proclamação de nossa crença na ação voluntária, como uma força criativa e motivadora, capaz de impulsionar as pessoas a exercer seus direitos de seres humanos e, assim, melhorar seu meio de vida; contribuindo para a solução dos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais; participando da construção das comunidades saudáveis e sustentáveis, que respeitem a verdadeira dignidade de todo ser humano; e construindo uma sociedade mais humana e justa, por meio da cooperação mundial e da verdadeira tônica do voluntariado.

Assim, meus senhores e minhas senhoras, ao encerrar este seminário, cujo palco a Assembléia Legislativa tem o prazer de ser, sinto-me muito feliz e participativo nessas discussões. Que todos vocês, de todas as partes de Minas Gerais, venham aqui, com o brilho de suas inteligências e com o sentimento do coração de cada um, trazer e buscar, ao mesmo tempo, o verdadeiro serviço, que é o voluntariado. E, neste seu dia, quero abraçá-los, com o reconhecimento da nossa gratidão e do povo mineiro, para fazer com que esse serviço voluntário seja sempre respeitado pelo Estado, pela comunidade e, particularmente, pela sociedade. Quero que, neste Dia Internacional do Voluntariado, vocês sejam abençoados por Deus, pois vocês são, acima de tudo, os verdadeiros sementeiros da paz, do amor, da educação, e tenham sempre um coração voltado para o bem comum. Que Deus os abençoe! Muito obrigado pela efetiva participação nesse importante acontecimento de Minas para o Brasil.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica: como o documento contendo as propostas dos grupos de trabalho já foi distribuído, passaremos à apresentação dos relatórios pelos coordenadores ou pelos relatores e, em seguida, à apresentação dos pedidos de destaque. A coordenadoria vai anunciar o número de cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, os quais deverão ser feitos oralmente e formalizados em seguida, por escrito, com a indicação do número da proposta e com a identificação da entidade que os subscrevam. Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a coordenadoria solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Concluída a apresentação oral de pedidos de destaque, poderão ser apresentadas oralmente outras propostas, desde que sejam, a seguir, formalizadas e inscritas por, no mínimo, 20% dos votantes presentes. Aprovado o relatório, salvo destaques, a palavra será dada uma única vez, e por até 2 minutos, alternando-se um participante favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência.

Serão considerados aprovados os destaques que obtiverem maioria simples dos votos.

As propostas minoritárias constarão em um anexo do documento final.

A aprovação de proposta destacada prejudicará a proposta com teor contrário, aprovada em bloco.

Solicitamos aos inscritos neste seminário que se dirijam à secretaria do evento, localizada no Hall das Bandeiras, no andar térreo desta Casa, para carimbarem seus crachás. A Presidência informa que os certificados de participação poderão ser retirados na secretaria do evento hoje, a partir das 10 horas. O certificado será fornecido a quem comprovar frequência em pelo menos duas reuniões, mediante conferência das marcações no crachá.

As atas deste Seminário, contendo a transcrição completa das exposições e debates, serão publicadas no jornal "Minas Gerais - Diário do Legislativo", na edição do dia 10/1/2002.

Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do Seminário, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, porque haverá reprise do evento pela TV Assembléia.

A reprise do Seminário será exibida pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: reunião do dia 4/12/2001 no dia 7/12/2001, sexta-feira, às 13h15min; reunião do dia 5/12/2001 no dia 8/12/2001, sábado, às 18 horas; reunião de hoje no dia 9/12/2001, domingo, às 12h30min.

A coordenação lembra aos participantes que, antes do encerramento desta reunião, será eleita a Comissão de Representação, que terá como atribuições supervisionar a sistematização do documento final e acompanhar e avaliar, junto à Assembléia Legislativa, a implementação institucional das propostas contidas nesse documento.

Farão uso da palavra, neste momento, os coordenadores dos grupos de trabalho, para apresentação dos relatórios das atividades de seus grupos. Cada um disporá de até 5 minutos para sua intervenção.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

A Sra. Maria Terezinha Gomes Pinto - Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Coordenador dos trabalhos, a discussão do Grupo I - Comunicação e Mobilização Social -, coordenado pelo Sr. Paulo César Coelho Ferreira, relações-públicas e articulador da Central de Voluntariado, foi bastante dinâmica e envolvente. O entusiasmo foi tão intenso que já constituímos um grupo e estamos com reunião marcada para 7/1/2002, aqui na Assembléia Legislativa. O grupo estará reunido, em plenas férias, para definir uma agenda do projeto sobre voluntariado para 2002. A relação dos componentes desse grupo encontra-se com a Cristina.

O grupo foi muito rico, com membros de organizações com papéis diversificados: cuidados com os idosos, com crianças e adolescentes menos favorecidos em regime de internato, com portadores de necessidades especiais, com moradia e cidadania, com a valorização da vida e do meio ambiente, entre outros papéis.

Houve grande entusiasmo de representantes de organizações de outros municípios em integrar o grupo de trabalho. Sentimos a ansiedade de alguns componentes do grupo, que não se conformaram em se deter apenas em discussão, aprovação, rejeição, criação de novas propostas e agrupamento das já existentes. Queriam beneficiar-se com a troca de experiências. Teremos excelente contribuição dos membros que elaboraram a agenda de 2002, que partilharão conosco as idéias. Não basta construir e divulgar uma agenda, temos de colocar em prática as idéias, transformando-as em ações. No esforço conjunto de falarmos a mesma linguagem, modernizando o pensamento e mobilizando as ações, havemos de construir um mundo melhor.

Passamos, agora, às propostas, que eram em número de 13 e foram agrupadas em apenas 3.

1 - Planejamento e execução de eventos visando ao esclarecimento e sensibilização da sociedade sobre ações de voluntariado. Os eventos devem ser periódicos e contarão com depoimentos de empresários, ONGs e cidadãos sobre sua experiência no desenvolvimento de projetos de voluntariado, incluindo as etapas de planejamento, formas de sensibilização, implantação, criação e funcionamento do comitê de execução, meios de sustentação e de avaliação.

2 - Criação de um centro de referência de metodologia, entre cujas atribuições constem a elaboração de um mapeamento de entidades comunitárias e a definição e divulgação de uma agenda do projeto sobre voluntariado para 2002, 2003, a qual programe ações sucessivas, interligadas, de acordo com os diferentes focos de atuação, como, por exemplo, idosos, meio ambiente, portadores de necessidades especiais, etc. Esse centro abrigará também o Grupo de Comunicação Integrada, com a função de coordenar a divulgação das propostas; lançar campanha de valorização do trabalho voluntário, dotando-o de identidade visual (logotipo) e "slogan"; lançar comitê de divulgação para acompanhar as propostas deste Seminário; mobilizar a sociedade para engajamento nas ações de voluntariado, por meio de mala-direta, jornais, camisetas, "bottons", adesivos e outros meios.

3 - Criação, no "site" da Assembléia Legislativa, de um "link" sobre voluntariado, contendo: a) listagem de entidades que desenvolvem trabalho voluntário, com seu foco de ação; b) divulgação do trabalho do voluntariado; c) espaço para cadastramento de voluntários, com perfil e habilidades do voluntário e sua disponibilidade, com mecanismos de busca para focos de seu interesse; d) disponibilização do conteúdo para qualquer outro "site".

4 - Criação de legislação específica para incentivar e proteger ações de voluntariado e consolidação da legislação inclusiva, substituindo o serviço militar por serviço voluntário.

A Sra. Lourdes Bernadete Viana - Nosso grupo foi bem diversificado, e observamos que nele havia poucos representantes de empresas. Houve discussões e divergências que, de certa forma, enriqueceram nosso trabalho. Diante das propostas, houve impasse, pelo fato de as entidades que participaram de sua prévia discussão não estarem presentes. Consideramos que algumas empresas já estão avançadas, atuando de acordo com as propostas elaboradas.

Passamos à aprovação das seguintes propostas:

O papel das empresas no voluntariado.

5 - Divulgação da possibilidade da destinação de 6% e 1% do Imposto de Renda a ser pago, respectivamente, por pessoas físicas e pessoas jurídicas para fins sociais, de acordo com as Leis Federais nºs 8.069, de 1990; 9.250, de 1995, e 9.532, de 1997.

6 - Incentivo, a ser dado pelas empresas, para que os funcionários passem a utilizar o direito de aplicar 6% de seu Imposto de Renda a pagar, como pessoa física, à finalidade que eles próprios determinarem, fazendo previamente o depósito em nome do empregado que assim o desejar, evitando que ele tenha de desembolsar antecipadamente a quantia referente aos 6%.

7 - Articulação de um programa de capacitação para o desenvolvimento de atividades de voluntariado, que auxilie a pensar estrategicamente, a partir de um profundo conhecimento da comunidade, a formar parcerias e a montar estruturas adequadas e eficazes.

8 - Desenvolvimento da consciência de que toda ação de voluntariado tem de ser pensada estrategicamente e tem de apresentar um resultado de transformação da realidade.

9 - Definição do foco, da área a ser beneficiada, tendo como objetivo sempre o que houver de melhor e mais avançado a ser oferecido.

10 - Desenvolvimento de uma relação de confiança entre empresas, ONGs e comunidade, por meio de plena visibilidade e transparência do trabalho desenvolvido.

11 - Desenvolvimento, nas empresas, de iniciativas que visem promover a participação dos funcionários em ações de voluntariado.

12 - Criação de programas de apoio, a serem oferecidos por profissionais da área de Psicologia Social, para funcionários e voluntários expostos a situações de trauma ou mesmo a situações que envolvam contato com diferentes culturas, crenças, religiões e costumes sociais.

13 - Maior divulgação dos benefícios indiretos que podem advir para a empresa a partir da implantação de uma atividade de voluntariado, valorizando o papel do empregado e sua participação na empresa.

14 - Desenvolvimento da consciência de que qualquer trabalho de voluntariado demanda um profundo conhecimento prévio sobre o tema, a partir de uma visão global, nacional, regional e local, e a definição das ações de sucesso.

15 - Divulgação da legislação a respeito do trabalho do voluntariado, de forma a separar legalmente a ação de trabalho da ação de voluntariado.

16 - Captação de recursos para financiar um centro de metodologia voltado para ações de responsabilidade social.

17 - Levantamento das dificuldades e das potencialidades específicas do Brasil para se desenvolver o trabalho de voluntariado, a fim de que ele possa ser implantado como fruto de uma cultura nova, de responsabilidade social, com metas definidas, que possam se refletir em números mais positivos nos indicadores sociais.

A proposta 18 foi acréscimo do grupo: Promover a discussão sobre a responsabilidade civil do voluntário e sobre acidentes de trabalho voluntário, objetivando incluir essas questões na legislação. Lembro que nosso grupo enfocou que esse é o papel das empresas, e, enquanto entidade, não podemos falar por elas, mas ressalto que são formadas por cidadãos conscientes e corajosos, dos quais precisamos como voluntários. Obrigada. (- Palmas.)

A Sra. Jane Moraleida Gomes - Prezados componentes da Mesa, estimados colegas. O Grupo Marco Legal foi considerado um dos mais importantes nessa discussão, por mexer com a maior quantidade de questionamentos elaborados pelo grupo de trabalho que preparou a agenda do Seminário. Por falta de experiência desse grupo, várias dúvidas foram colocadas no mesmo bloco de formulação de propostas, o que prejudicou o andamento dos nossos trabalhos e até mesmo a compreensão do coordenador, o advogado Dr. Paulo (...).

Não tivemos uma explicação para o conceito "marco legal do terceiro setor. Isso, por um lado, prejudicou-nos um pouco, mas, por outro, trouxe-nos uma grande lição. Certamente, sairemos um pouco mais bem preparados para formular propostas, independentemente do assunto discutido.

Superadas as dificuldades por parte do coordenador e quanto à elaboração das questões, a discussão deu-se de forma extremamente positiva e participativa. Todos os grupos já haviam partido, e o nosso permaneceu discutindo, procurando saber mais. Portanto, essa confusão foi muito produtiva.

As propostas aprovadas para o marco legal do terceiro setor foram:

19 - Suspensão da tramitação, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do Projeto de Lei nº 1.449/2001 e formação de uma comissão que estude e discuta com mais profundidade a matéria, para propor nova formulação para o projeto.

Gostaria de acrescentar à leitura desse item que, como será formada uma comissão, talvez possamos acrescentar a sugestão de que os membros desse grupo sejam inseridos nela.

20 - Consolidação de isenções fiscais e tributárias para organizações do terceiro setor que desenvolvam atividades voluntárias de interesse público e prestem contas ao ente federativo que tenha concedido a isenção.

21 - Caracterização do trabalho do voluntariado como expressão de cidadania.

22 - Tratamento legal diferenciado e incentivador para as ONGs e os projetos de geração de trabalho e renda.

23 - Inserção, no projeto de lei estadual sobre o voluntariado, de artigos que tratem dos seguintes aspectos: a) despesas com vale-transporte, alimentação, etc.; b) agilização e desburocratização do trabalho voluntário.

24 - Encaminhamento ao Congresso Nacional de sugestões de alterações na legislação federal, abrangendo os seguintes aspectos: a) criação de um sistema próprio de responsabilização quanto a atos dos agentes voluntários; b) acidente de trabalho; c) estudo de formas alternativas de proteção da entidade e do assistido em face de possíveis danos causados por voluntários; d) regulamentação do trabalho voluntário de estrangeiros no Brasil e da concessão de visto; e) obrigatoriedade de se observar a idade-limite mínima para ingresso no trabalho de voluntariado, a menos que haja anuência dos pais ou responsáveis.

Propostas aprovadas minoritariamente:

25 - Estabelecimento de parâmetros para proteção jurídica das ONGs, com especial destaque para as atividades do voluntariado e as do mercado formal de trabalho.

26 - Estabelecimento de critérios para que o trabalho voluntário não seja visto como forma de burlar a lei.

27 - Definição do trabalho do voluntariado como atividade distinta do assistencialismo.

Há ainda uma proposta nova:

28 - Criação e instalação de um fórum permanente para: a) formar comissão para aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 1.219/2000; b) elaborar projeto para formação e capacitação profissional para o terceiro setor; c) criar rede mundial (ou participar de alguma já existente) e formar Banco de dados sobre trabalho voluntário. (- Palmas.)

O Sr. Oswaldo Ferreira Barbosa Júnior - Bom dia, Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva e demais colegas. O Grupo IV foi coordenado pela Marília Ávila, Técnica do Serviço de Voluntariado e Assistente Social do SERVAS. Como relator, falarei em seu nome, já que ela chegará apenas mais tarde.

Vou falar um pouco do que discutimos no Grupo IV - gestão e sustentabilidade. O que isso significa? Como vamos realmente conseguir gerenciar, administrar as entidades, sejam elas grandes ou pequenas? Lendo este relato, percebi que o seminário de captação de recursos demonstra uma grande preocupação com as pequenas entidades, com as pequenas ONGs, que, no final das contas, sempre ficam de lado e não conseguem os recursos, a estrutura necessária para desenvolver seus trabalhos.

O nosso grupo, dentro do tema "Gestão e Sustentabilidade", discutiu como criar ferramentas no setor privado, o que podemos aproveitar de lá na nossa prática. No dia-a-dia, percebemos que o nosso desafio é administrar sem recursos humanos ou financeiros. Tendo em vista uma melhor administração, vamos pensar a nossa entidade - algumas já têm 20, 15, 10 anos, outras estão começando e têm 1, 2 meses de funcionamento -, seja ela uma simples creche na periferia, seja um grande órgão que funcione com muitos voluntários e exija uma abrangência maior, às vezes com apoio internacional.

A gestão é fundamental para a estrutura administrativa da entidade, para captarmos bons recursos das empresas e do próprio Estado. Diante de toda a burocracia da legislação, para buscarmos recursos em empresas, às vezes exigem-se certos parâmetros de prestação de contas a que não temos condição de responder. Então, dentro dessa visão de administrarmos melhor a nossa entidade, foram apresentadas algumas sugestões que podem nos auxiliar em gestão e sustentabilidade.

O primeiro item é o 29, em que foi sugerida a criação de um sistema amplo de consultoria para as organizações do terceiro setor. Ficou bem sintético. Apesar de haver várias ONGs nessa área de consultoria e serviços, seria bom se pudéssemos contar com um serviço da própria Assembléia, a fim de termos um suporte melhor e de serem estudadas formas de se conseguir gestão para as pequenas e grandes entidades, dentro da nossa realidade, do nosso dia-a-dia.

Item 30: Criação do Fórum do Voluntariado de Minas Gerais, ponto de encontro para promover a sinergia das instituições do poder público, do empresariado e do terceiro setor.

Item 31: Participação do terceiro setor nos fóruns de discussão de políticas sociais, com o objetivo de influenciar na formulação de projetos de lei e de fortalecer a rede mineira do terceiro setor.

Penso que este Seminário já é um exemplo da nossa participação em decisões.

Item 32: Criação de redes de sinergia entre os três setores.

Item 33: Desburocratização do sistema operacional do Fundo da Infância e da Adolescência - FIA - e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, possibilitando maior fluência na tramitação dos processos.

Item 34: Flexibilização da aplicação dos recursos do FIA, beneficiando as ONGs.

Este é mais um complemento do item anterior.

Item 35: Inclusão no sistema educacional, desde a educação infantil, de temas transversais sobre voluntariado, de modo que cada professor, por meio do conteúdo de sua matéria específica, possa trabalhar na conscientização quanto à importância da participação em ações de cidadania.

Esta é uma idéia. Não sabemos se a competência seria da Secretaria da Educação ou do MEC, mas poderíamos, desde a formação da infância, da criança, começar a trabalhar este tema do voluntariado, do trabalho social.

Item 36: Instituição de prêmio para estudantes e ONGs, com vistas a estimular o desenvolvimento de projetos sociais, com júri composto por representantes do terceiro setor.

Item 37: Garantia de suporte aos voluntários que necessitem de apoio psicológico, por meio de parcerias com instituições universitárias.

Durante a discussão que fizemos, percebemos que, nos diversos trabalhos que as entidades prestam, existem conseqüências para os voluntários. Assim, em forma de parcerias, estagiários das universidades poderiam oferecer apoio psicológico àquelas pessoas que doam seu tempo, que fazem esse trabalho e que, com o passar do tempo, podem sofrer alguns reflexos em razão da gravidade das atividades.

São estas as propostas do Grupo 4.

O Sr. Cássio Martinho - Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representante do Presidente desta Casa, demais colegas da Mesa, participantes do Seminário, a discussão que tivemos, ontem à tarde, sobre redes sociais começou com uma espécie de nivelamento conceitual sobre o assunto. Afinal de contas, em que consiste o tema das redes sociais? Discutimos o conceito de rede, que pode ser sucintamente colocado como uma forma de organização. Rede social nada mais é que um tipo específico de organização que consegue reunir atores muito diferentes entre si, atores muito heterogêneos, autônomos, com capacidade de decisão, com poder de ação e que fazem um acordo, um pacto de trabalho coletivo, com base em alguns princípios de democracia, de paridade, de isonomia, de insubordinação e de horizontalização das relações. A hierarquia, a verticalidade é substituída por uma ação de coordenação, de cooperação entre todos os parceiros.

Depois de discutir o que era rede, chegamos à parte das propostas. Restringimos os 11 itens colocados anteriormente a 3, de maneira a dar um foco a nossas discussões.

Outra questão colocada nessa reunião foi o desafio que é organizar o terceiro setor. E ficou um alerta importante, ou seja, que talvez não seja o caso de pensarmos somente numa forma de organização ou em uma organização que consiga dar conta da diversidade, da heterogeneidade, da multiplicidade das ações que o terceiro setor realiza, assim como os grupos de voluntários no Estado e no Brasil inteiro. Em vez de se pensar em uma forma de organização de um tipo só, seria bom pensar em fomentar as várias formas de organização, os vários movimentos, as várias articulações no interior da sociedade civil. Assim, algumas propostas estão colocadas não com o propósito de se pensar somente num fórum, numa instância, mas em várias.

São apenas três as nossas propostas. Elas têm muito a ver com as propostas colocadas por outros grupos. A primeira delas, a 38, é a criação de um espaço de interlocução permanente, por meio do qual as ONGs, as empresas e os Governos possam dialogar, trocar experiências e trabalhar em conjunto. Não definimos que tipo de espaço seria esse, mas todos sabemos que é necessária a construção de um espaço de interlocução.

A proposta 39 é a instituição de mecanismos de fomento à criação de redes e de fortalecimento das que já existem e que são muitas. Por exemplo, financiamento por fundos públicos, publicações, realização de eventos, cursos de capacitação, ou seja, a criação variada de instrumentos variados de fomento, a criação das redes e o fortalecimento institucional das já existentes.

Por último, a proposta 40, uma proposta mais objetiva, é uma espécie de fusão concreta das duas anteriores, ou seja, a de se realizar, no segundo semestre de 2002, um evento sobre o tema "Redes Sociais", apoiado pela Assembléia Legislativa, no qual seja garantida a participação dos três setores.

Estas são as propostas retiradas do grupo de trabalho sobre redes sociais. Muito obrigado.

O Sr. Armindo dos Santos de Souza Teodósio - Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Coordenador dos trabalhos e representante do Presidente desta Casa, prezados colegas relatores de trabalho, estimados participantes do Seminário, ficou a meu cargo o relato da captação de recursos. Foi uma sessão bastante extensa e cansativa. Os debates em alguns pontos foram bastante polêmicos. Em outros, não havia entendimento prévio do que significava a proposta original. Nesses pontos, contamos com a participação decisiva de pessoas que já os haviam discutido anteriormente, mas, mesmo assim, alguns permaneceram extremamente polêmicos. Outra característica interessante é que várias

propostas mencionadas pelos colegas, nos outros grupos de trabalho, foram também incluídas na captação de recursos, desde a captação de trabalho voluntário até a criação de fundos específicos, como o repasse do Imposto de Renda do trabalhador, um fundo que atendesse não só a infância e a adolescência.

Vou passar rapidamente alguns pontos que foram importantes. Em primeiro lugar, uma focalização, um incentivo maior para as pequenas ONGs. Que essa captação de recursos seja também para fortalecer as pequenas.

Outro ponto foi a capacitação das pessoas que trabalham com captação de recursos, por meio de incentivos das leis e dos fundos próprios.

Outros pontos são: a desburocratização, para que as pequenas ONGs tenham acesso a fundos e isenções tributárias; a publicação, pela Assembléia Legislativa, de um manual contendo informações sobre os recursos públicos a que se poderá ter acesso; a criação de uma certificação, de um selo social para as ONGs. Além disso, existem as propostas que geraram polêmica e certo debate, relativas à vinculação de recursos do FIA e à criação de um repasse de fundos do ICMS não só para a área de cultura, como existe hoje, mas também para a área social, ou seja, pegar a proposta do ICMS e estendê-la a outras áreas.

Pedirei um pouco de paciência ao Presidente, porque tenho 31 itens para ler, o que não conseguirei fazer em 5 minutos.

41 - Discussão a respeito do marco legal do terceiro setor, incluindo elaboração de leis de incentivo a doações e projetos sociais.

42 - Estabelecimento de ações que sejam voltadas especialmente para as pequenas ONGs.

43 - Conscientização das empresas para que não façam apenas ações esporádicas, de cunho filantrópico, e, sim, dentro de uma estrutura mais ampla, com gestão competente, capaz de gerar resultados concretos de transformação social, com reflexos positivos nos indicadores sociais.

44 - Criação de formas de estímulo para que as empresas sejam socialmente responsáveis.

45 - Criação de mecanismos que facilitem o diagnóstico da situação social da comunidade, de modo a contribuir para as ONGs, uma vez que um bom diagnóstico é fator preponderante para o sucesso de projetos sociais.

46 - Capacitação do pessoal que atua nas ONGs, principalmente no que diz respeito às técnicas de gestão e de captação de recursos.

47 - Ampliação da discussão sobre captação de recursos em todas as suas esferas, incluindo recursos financeiros, humanos, físicos, parcerias e relações sociais.

48 - Elaboração de emendas e leis para que os recursos de apoio, hoje a cargo dos parlamentares, sejam alocados no Fundo de Assistência Social, para fazerem parte de uma estratégia global, com transparência.

49 - Cobrança de uma postura mais pró-ativa do Governo, para que cumpra seu papel constitucional no que diz respeito à assistência social.

50 - Instituição de mecanismos legais para que as verbas para fins sociais, aprovadas no orçamento, sejam realmente aplicadas em sua totalidade.

51 - Desburocratização, para que as pequenas ONGs tenham acesso ao Fundo Social de Assistência, inclusive com isenção de impostos e de taxas nos cartórios.

52 - Divulgação dos meios de acesso aos recursos e programas que possam viabilizar os projetos sociais.

53 - Publicação, pela Assembléia Legislativa, de um manual contendo informações sobre os meios pelos quais as ONGs podem ter acesso a recursos públicos e sobre as condições para que um projeto seja enquadrado dentro de determinado programa público; e ampla divulgação desse manual nos diversos meios de comunicação.

54 - Estabelecimento de um prazo para liberação de documentos requeridos aos órgãos públicos pelas ONGs, a fim de que elas não percam o tempo hábil para inscrição em programas, como tem ocorrido.

55 - Criação de condições para que as ONGs possam regularizar-se perante o Governo e se tornarem aptas a pleitear a liberação de recursos.

56 - Criação de um selo ou certificação para as ONGs, que lhes confira credibilidade, para que elas sejam de imediato reconhecidas como merecedoras de investimentos, sem necessidade de amplas exposições de documentos comprobatórios de sua idoneidade.

57 - Preparação das ONGs para receber, orientar e utilizar os voluntários com um código de ética, respeitando seu perfil, suas necessidades e suas aptidões.

58 - Disponibilização, em caráter definitivo, de uma linha 0800 para o voluntariado.

59 - Criação de uma rede de voluntariado independente, financiada pelo Estado, não apenas virtual, mas humana, com encontros presenciais.

60 - Adoção de medidas para que não se troque mão-de-obra por trabalho de voluntariado.

61 - Mobilização dos Deputados Estaduais para pressionar a Câmara Federal a elaborar emendas que facilitem a destinação, por pessoas físicas e jurídicas, de 6% e 1%, respectivamente, do seu Imposto de Renda, ao Fundo da Infância e da Adolescência - FIA -, permitindo que a destinação seja feita no momento do recolhimento do imposto pelo empregador.

62 - Elaboração de uma lei que permita o desconto do ICMS a empresas que financiem entidades de fins sociais, a exemplo da Lei de Incentivo à Cultura.

63 - Reconhecimento do trabalho prestado em ONGs pelo estudante-voluntário como período de estágio, desde que exercido em áreas relacionadas com seu curso.

64 - Criação, pela Assembléia, de um centro de organização e de orientação das ONGs.

65 - Intensificação da fiscalização do uso dos recursos públicos.

66 - Mobilização das Câmaras Municipais para discutir o tema do voluntariado com a sociedade, no interior do Estado.

67 - Criação, pelo Estado, da figura do agente social de apoio às ONGs, a exemplo do agente de saúde já existente, com a necessária estrutura para sua capacitação, para atuar junto a pequenas ONGs, orientando suas ações e estratégias.

Esse item foi votado como minoritário. Algumas pessoas contrárias a ele afirmaram que se tratava de reproduzir uma certa tutela, um certo paternalismo do Estado.

68 - Mobilização dos Deputados Estaduais, para pressionar a Câmara Federal para elaborar e regulamentar leis que facultem a destinação, por pessoas físicas e jurídicas, de 6% e 1%, respectivamente, do seu Imposto de Renda ao Fundo de Assistência Social destinado ao idoso, cidadão maior de 60 anos, institucionalizado ou não, com o objetivo de manter o idoso nas famílias, permitindo ainda que a destinação ocorra no momento do recolhimento pelo empregador, e não no exercício anterior.

69 - Destinação de 5% da taxa de segurança pública para o Fundo Estadual de Assistência Social.

70 - Divulgação de projetos aprovados com recursos públicos.

71 - Isenção de ICMS para as ONGs que comercializem seus produtos.

A Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu - Bom dia. Quero apenas fazer uma reflexão sobre o comentário da representante da Visão Mundial, relatora do nosso grupo. Quando você estava falando sobre o grupo, várias pessoas não ficaram contentes. O grupo foi extremamente rico. Fomos premiados por nosso coordenador e por toda a equipe participante. Houve muitos questionamentos, o que foi muito importante. O grupo não ficou prejudicado, nem nas discussões nem no que foi delas extraído. Jane, permita-me discordar de você. Respeito-a, uma vez que é a relatora, mas não foi o que ocorreu. O grupo foi extremamente participativo. O Paulo, o advogado, o elogiou, assim como o Calhau. O grupo não ficou prejudicado.

A Sra. Jane Moraleida Gomes - Talvez não me tenha expressado bem. Mas disse que o grupo foi riquíssimo, que a participação foi maravilhosa. Ficamos até depois do tempo, o que foi extremamente positivo. Agradeço à Ilma por completar.

Apresentação dos Pedidos de Destaque

O Sr. Presidente - Passaremos à apresentação oral de pedidos de destaque. Em seguida, poderão ser apresentadas novas propostas. A coordenadoria lembra ao Plenário que as novas propostas devem ser subscritas por, no mínimo, 20% dos votantes. A fim de verificar o quórum, a coordenadoria solicita aos votantes que levantem seus cartões de votação.

O Sr. Gilberto Araújo - Sou Presidente da Associação dos Usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte. Quero denunciar o golpismo com a utilização da palavra "minoritária". A Proposta nº 67 foi, literalmente tratorada e é inconstitucional. Na realidade, essa questão de orientação significa, na prática, uma intervenção proibida pelo art. 5º da Constituição, sobre as associações, cooperativas, etc. Essa proposta não deveria ter sido impressa. Proponho sua supressão.

O Sr. Presidente - Esta Presidência lembra ao Sr. Gilberto que, no momento da apresentação e da votação dos destaques, V. Exa. poderia ter encaminhado, contrariamente, como o fez agora.

Novamente, pedimos que os senhores levantem seus cartões, para a coordenadoria marcar a presença no painel.

Obrigado. Esta plenária conta com 172 votantes presentes. Quando da votação dos destaques, os senhores poderão levantar no momento exato. Por exemplo, quando estivermos votando o Destaque nº 34, os que quiserem discuti-lo, encaminhá-lo ou rejeitá-lo deverão fazê-lo no momento, sob pena de intempestividade. Esse é um lembrete muito importante, para a coordenadoria não ser acusada de omissão.

Há 172 votantes presentes. São necessários, no mínimo, 35 assinaturas para apresentação de propostas. A coordenadoria esclarece que as novas propostas devem ser formalizadas por escrito, até o início da votação. Com até 35 votantes, no mínimo, poderemos apresentar novas propostas, pois corresponde a 20% de 172 votantes que estão aqui presentes.

Iniciaremos a votação das propostas. Grupo nº 1 - Comunicação e Mobilização Social. Os senhores acompanharam atentamente os relatores comunicando suas propostas, que todos têm em mãos. Iremos discutir e aprovar agora, o Grupo 1.

Existe algum pedido de destaque para o item 1? (- Pausa.) Por favor, seu nome com encaminhamento.

A Sra. Lídia Coelho de Noronha - Sou da Associação Municipal de Assistência Social - AMAS. A única coisa com que não concordo: achei uma falta de democracia, é que o único grupo que formou uma comissão para se reunir foi esse grupo. Isso não representa o contexto geral dos participantes do seminário. Portanto, não acho justo. Acho que todos têm o direito de participar desta discussão, e não só um grupo isolado.

O Sr. Presidente - Para agilizar nossos trabalhos, vamos pedir o nome e o destaque. Na hora da votação, apresentaremos o destaque em separado.

A Sra. Jane Moraleida Gomes - Sou da Visão Mundial. De acordo com o regulamento do seminário, no art. 24 do Capítulo VII. - Das Disposições Gerais: uma comissão de representação será eleita, sendo desnecessário o lançamento de outro comitê, como descrito no item 2.

O Sr. Presidente - O encaminhamento poderá ser feito no momento da votação. Estamos apenas buscando os destaques. Para qualquer

encaminhamento, a pessoa deverá se identificar, falando também o nome da instituição. Há destaque para o item 3 do Grupo 1? Item 4?

Passaremos para o Grupo 2 - O Papel das Empresas no Voluntariado. Há destaque para o item 5? Item 6? Item 7? Item 8? Item 9? Item 10?

A Sra. Vilma Camargos Jarnefelt - Sou da Fundação MDC. Peço destaque para o nº 10.

O Sr. Presidente - Pois não. Há destaque para o item 11? Item 12? Item 13? Item 14? Item 15? Item 16?

O Sr. João Roberto de Souza Silva - Do Terceiro Setor, Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado. Solicito destaque para o item 16 - Captação de Recursos.

O Sr. Presidente - Item 17? Item 18?

O Sr. Geraldo Pablo - Sou do Resgate Voluntário. Solicito destaque para o item 18.

A Sra. Tânia Maria Lage Polatscheck - Sou representante da SETASCAD e do hospital particular Vila da Serra. Solicito destaque do item 18.

O Sr. Presidente - Passaremos agora para o Grupo 3 - Marco Legal do Terceiro Setor. Há destaque para o item 19?

Itens 19, 20, 21, 22, 23.

Por favor, identifique-se. As pessoas que irão pedir o destaque poderão se aproximar do microfone no momento exato.

A Sra. Tânia Maria Lage Polatscheck - Sou representante da SETASCAD e de um hospital particular. O destaque é para o item 23.

O Sr. Presidente - Item 24.

O Sr. Evaristo Braga - Sou da Missão Ramacrisna. Destaque para o item 24, letra E.

O Sr. (não identificado) - Destaque para o item 24, alínea B, salvo o resgate voluntário.

O Sr. Presidente - Alínea B. Mais alguém?

A Sra. Selma Chagas - Gostaria de pedir destaque para o item 6 do Grupo 2.

O Sr. Presidente - A senhora quer voltar para o item 2?

A Sra. Selma Chagas - Destaque também para o item 24 - B.

O Sr. Armindo dos Santos Souza Teodósio - Sou da PUC-Minas e gostaria de pedir destaque para o item 12 do Grupo 2.

O Sr. Presidente - Estamos falando do Grupo 3 - Marco Legal do terceiro setor, itens 26, 27, 28.

Passaremos ao Grupo 4 - Gestão e Sustentabilidade, item 29.

O Sr. Ângelo Antônio de Jesus Molina - Peço destaque para o item 28 do Grupo 3.

O Sr. Presidente - Prosseguindo 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37. Passaremos ao Grupo 5 - Redes Sociais, item 38.

O Sr. João Roberto de Souza Filho - Sou da Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado. Destaque para o item 38.

O Sr. Presidente - Itens 39, 40. Passaremos ao Grupo 6 - Capitação de Recursos, itens 41, 42, 43, 44.

O Sr. Adilson - Sou Gestor Municipal da Assistência Social de Dores do Indaiá. Peço destaque para o item 44.

O Sr. Presidente - Itens 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51.

A Sra. Tânia Maria Lage Polatscheck - Destaque para o item 49.

O Sr. Presidente - Itens 52, 53, 54, 55, 56, 57.

O Sr. Cássio Martinho - Destaque para o item 56.

O Sr. Presidente - Itens 58, 59.

O Sr. João Roberto de Souza Silva - Destaque para o item 59.

A Sra. Tânia Maria Lage Polatscheck - Destaque para o item 59.

O Sr. Presidente - Itens 60, 61.

O Sr. João Roberto Souza Silva - Destaque para o item 61.

O Sr. Presidente - Itens 62, 63, 64.

O Sr. João Roberto Souza Silva - Destaque para o item 64.

O Sr. Presidente - Itens 65, 66, 67.

O Sr. Gilberto Araújo - Destaque. Sou Presidente da Associação dos Usuários do Restaurante Popular.

O Sr. José Gonzaga de Souza - Destaque. Sou da Comunidade Terapêutica CREVIP - Projeto Antidrogas de Minas Gerais.

O Sr. João Roberto de Souza Silva - Destaque. Sou da Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado.

A Sra. Tânia Maria Lage Polatscheck - Destaque. Sou da SETASCAD e do Hospital Vila da Serra.

O Sr. Presidente - Propostas nºs 68 a 71. (- Pausa.) Todos os destaques já estão registrados. Faremos o encaminhamento, separadamente, com o pronunciamento daqueles que pediram o destaque dos respectivos itens dos grupos citados.

O Sr. José Gonzaga de Souza - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Que V. Exa. seja bem rígido com respeito ao tempo que cada pessoa terá para expor as razões do seu destaque, para que não nos percamos em discursos e ganhemos em qualidade.

O Sr. Presidente - Agradeço a lembrança de V. Exa.. É muito oportuna.

A Sra. Maria Elisabete Martins de Castro - Sr. Presidente, queria pedir um esclarecimento ao relator do Grupo Comunicação e Mobilização Social porque votamos 13 itens e somente 4 constam, mas não da forma como foram votados na sessão.

A Sra. Maria Terezinha Gomes Pinto - É o seguinte. O Sr. Paulo perguntou ao grupo se poderia agrupar, e o grupo concordou.

A Sra. Maria Elisabete Martins de Castro - Quando saí, havia terminado a votação. Quem votou provavelmente já não representava a maioria. Votamos todos os itens; ao final só faltava acabar o relatório. E, de repente, resumem-se 13 em 4, não estando aqui muitas propostas colocadas na reunião, inclusive a questão de formação escolar e currículos escolares. Foi votada lá e não está aqui, e é de extrema importância.

A Sra. Maria Terezinha Gomes Pinto - O Sr. Paulo é o responsável.

A Sra. Maria Elisabete Martins de Castro - E como fica decidido isso? Fariamos o destaque para apresentar as novas propostas ou não?

A Sra. Maria Terezinha Gomes Pinto - Pode fazer.

A Sra. Maria Elisabete Martins de Castro - Peço, então, destaque.

O Sr. Presidente - A Presidência indaga dos participantes se há interesse em apresentar outras propostas. Temos uma mesa receptora para recebê-las. Lembramos que há a necessidade de, no mínimo, 35 assinaturas dos participantes.

Votação do Documento Final

O Sr. Presidente - Iniciaremos, neste momento, o processo de votação. Para isso, precisamos constatar o quórum. A Presidência solicita aos presentes que levem os seus cartões de votação. Lamentavelmente, muitos já se ausentaram, mas, sem quórum, não podemos dar início à votação. (- Pausa.) Há quórum legal para votação. Iniciaremos, então, o processo. Em votação, o documento final, salvo destaques. Os votantes que estiverem de acordo com a proposta levem seus cartões de votação. (- Pausa.) Está, portanto, aprovado o documento final, salvo destaques. (- Palmas.).

Apresentação de Novas Propostas

- Procede-se à apresentação de novas propostas.

Discussão e Votação dos Destaques

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques

Eleição da Comissão de Representação

O Sr. Presidente - Passaremos agora à eleição da comissão de representação, que acompanhará o desdobramento deste seminário. A Assembléia Legislativa sugere que esta comissão tenha como núcleo as entidades de apoio ao seminário, cuja relação iremos ler em seguida, acrescida de outras pessoas ou entidades propostas nesta plenária: Associação Novo Viver, Associação Municipal de Assistência Social - AMAS -, Central do Voluntariado, Centro de Referência para o Terceiro Setor, PUC-Minas, Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra de Minas Gerais, Conselho Municipal de Saúde-Belo Horizonte, Fundação CDL Pró-Criança, Grupo de Apoio à Cidadania, Associação de Cooperativa Social Ação pela Vida, Instituto Telemig Celular, Rama Krishma, Núcleo de Pesquisa de Projetos da Prefeitura de Belo Horizonte, Parceria Assessoria Projetos e Pesquisas Sociais, Projeto FAED, Projeto VIDA, Projeto Vida Ativa, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente - SETASCAD -, Serviço Voluntário de Assistência Social - SERVAS -, Sindicato dos Psicólogos, União Nacional dos Servidores Públicos, Visão Mundial. Queremos esclarecer a todos que todas essas entidades deram efetivo apoio à Assembléia Legislativa para a realização deste importante seminário. No momento estamos aqui mencionando as 22 entidades

de apoio que também irão trabalhar juntamente com a comissão formada por este seminário.

O Sr. Sad Lopes - Presidente, faltou mencionar a Associação Atlético Esportiva Candirrua - ATESCAD - de Governador Valadares.

O Sr. Presidente - Podemos esclarecer que as entidades que declinamos são aquelas que efetivamente participaram na constituição deste seminário. Sua entidade também será acrescida na discussão para a elaboração de novos trabalhos, independentemente de não ter sido citada. Não estamos fazendo discriminação quanto aqueles que estão aqui. Essas entidades ajudaram a formatar este seminário. Considere-se também como grande participante desses trabalhos, com certeza, vamos anotar.

O Sr. Sad Lopes - Sr. Presidente, desculpe-me, quero agradecer, mas tudo isso é falta de interesse e divulgação do projeto da Associação Atlético Esportiva Candirrua em todos os níveis de Governo. Graças a Deus e a essa entidade hoje estamos no voluntário.

O Sr. Presidente - Vamos colocar também para ser participante. Gostaria de indagar se há mais alguma entidade que não está relacionada e que gostaria também de dar seu apoio.

O Sr. Haroldo Dartagnan - Sou membro da APAE-BH, e não fomos convidados. Sou funcionário da Assembléia Legislativa, e não me consta o convite à entidade.

O Sr. Presidente - Agradecemos e passará a ser incluída.

A Sra. Zélia Bonfim Frederico - Grupo de Convivência. Trabalha com idosos em Contagem.

O Sr. Presidente - Está incluído.

A Sra. Belcholina Cândida da Silva - Associação Feminina São Silvestre. Gostaria também que já fizessem a eleição das pessoas para representar o fórum.

Parece-me que houve um equívoco de somente um grupo querer criar esse fórum, somos vários grupos. Então, que sejam tiradas uma ou duas pessoas de cada grupo para ser criado o fórum.

O Sr. Presidente - As entidades já fazem parte.

O Sr. Jorge Machado - Jorge Machado, da Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal.

O Sr. Presidente - Para fazer parte também? Nós agradecemos.

O Sr. Jorge Machado - Muito obrigado.

Uma participante - Obras Assistenciais nossa Senhora Aparecida, de Divinópolis.

O Sr. Presidente - Perfeitamente, estará incluído.

A Sra. Vilma Camargos Jarnefelt - Vilma Camargos Jarnefelt e Geraldo Eustáquio, do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial.

O Sr. Presidente - A assessoria já está anotando, e irá participar também, como membro.

A Sra. Nilza de Souza Nonato - Alfabetização e Evangelização Internacional. É uma missão internacional, estamos representados por 49 coordenadores no Brasil e queremos participar também.

O Sr. Presidente - A sede é em Belo Horizonte?

A Sra. Nilza de Souza Nonato - Sim.

O Sr. Presidente - Irá fazer parte do comitê de representação. Mais alguém?

Uma participante - Só pode ser uma entidade, Sr. Presidente, ou pode ser pessoa física?

O Sr. Presidente - Só entidade.

O Sr. Geraldo Pablo - A entidade requer: Serviço de Emergência e Resgate Voluntário de Minas Gerais - SALVE. Geraldo Pablo.

O Sr. Presidente - Pela questão do tempo, gostaríamos de pedir a todos compreensão e que, por favor, se dirijam à mesa, coloquem seus nomes, entidades e, automaticamente, farão parte da relação.

O Sr. José Gonzaga de Souza - Sr. Presidente, a partir do dia 15 de dezembro, estaremos em Brasília, onde será realizado o 2º Fórum Nacional Antidrogas, que, este ano terá participação de vários grupos latino-americanos. Convido a todos para participar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos o convite, e ficam todos convidados.

A Sra. Ilma Arruda M. de Almeida - Achei excelente, foi o melhor seminário de que participei na Assembléia. Quero parabenizar a equipe, os Deputados Alberto Pinto Coelho e Sávio Souza Cruz, coordenadores dos painéis. Foi maravilhoso, fiquei feliz por conviver estes três dias com as pessoas que aqui estão. Estamos unidos pelo mesmo ideal. Queria dar uma sugestão para fazermos uma confraternização, a fim de que mantivéssemos esse convívio. A Presidente do Sindicato dos Jornalistas colocou à disposição a Casa do Jornalista, na Av. Álvares Cabral, 400,

para escolhermos um dia no mês de janeiro, que ficaria a critério do pessoal. Convidamos os coordenadores, a equipe que participou do evento para essa confraternização. Quem quiser aderir, por favor, procure-me. Muito obrigada.

O Sr. Pedro Cardoso de Menezes - Represento o Clube da Maturidade de Minas Gerais. Por enquanto, o clube não está fazendo parte de nenhum movimento voluntário, a não ser eventos internos. Indago da Mesa se poderemos nos inscrever neste movimento.

O Sr. Presidente - Sim, com muito prazer.

O Sr. Pedro Cardoso de Menezes - Gostaria, nesta oportunidade, de apresentar a V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro Silva, meus parabéns, não só por ser autor do Projeto de Lei nº 1.219/2000, como também por ser um Deputado que está liderando este movimento do voluntariado.

Voluntariado, como declarado por V. Exa., é um desafio, mas são os grandes desafios que engrandecem os homens, principalmente esse nobre trabalho em prol do homem e das comunidades nos seus diversos níveis e natureza de necessidades. A realização deste evento representa, sem dúvida, um marco importante e decisivo para o desenvolvimento e a ampliação desse louvável movimento.

Quero, nesta oportunidade, parabenizar meus colegas aqui presentes pelo trabalho e pela atuação nesse movimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Sr. Pedro, manifestamos também nosso comprometimento com o voluntariado. Pelo Projeto de Lei nº 1.219, de nossa autoria, fizemos desde o ano passado várias discussões, várias realizações de audiências públicas. Fico muito feliz por já ter sido aprovado em 2º turno e também ser parte inerente desse documento final, em que poderá, sem dúvida alguma, merecer os devidos aperfeiçoamentos para, no dia-a-dia, melhorarmos a classe do voluntariado. Temos a certeza de que, em breve, o Governador irá sancioná-lo.

Meu compromisso com os senhores é que tenham também, em primeira mão, conhecimento do dia e da hora da sanção do Governador em decorrência de já ter sido aprovado no 1º e 2º turnos. É um compromisso com a classe do voluntariado e com todos os senhores. Sempre estaremos prontos nesta Assembléia, tendo eu a honra de ser Presidente da Comissão do Trabalho e também membro efetivo da Comissão de Educação, para ser o articulador de entendimentos, buscando o aperfeiçoamento da classe do voluntariado. Muito obrigado.

A Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu - Deputado, a votação da comissão representativa está no regulamento, mas...

Se o pessoal está indo embora, como será essa votação? O mais importante deste seminário é formar essa comissão.

O Sr. Presidente - Para esclarecer, essa comissão é composta por todas as entidades já inscritas e por algumas outras.

A Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu - Deputado, são dezenas e dezenas de pessoas como essa comissão se reunirá para discutir o que foi feito? É complicado.

Acho que deveríamos deliberar determinado número e votarmos quem irá representar. Gostaria de colocar meu nome em votação.

O Sr. Presidente - A senhora tem razão. Acho que deveríamos sair daqui com a comissão formada. A assessoria nos informa que para elegermos essa comissão serão marcados novo horário e nova data, que serão comunicados previamente.

O Sr. José Gonzaga - Sr. Presidente, todas as pessoas que estiveram envolvidas e que tiveram sua participação certificada não deveriam, merecidamente, aparecer naquele documento que novamente está sendo registrado ali?

O Sr. Presidente - Acho importante. E já temos as entidades que participarão também do apoio a esta comissão. Nada impede que busquemos os nomes de todos os participantes.

O Sr. José Gonzaga - Seria muito importante porque isso valorizaria a beleza e a dignidade da iniciativa da Assembléia de Minas. E novamente Minas sai na frente, porque não tenho conhecimento de que outra Assembléia do País tenha tido esta iniciativa. A Casa está de parabéns.

O Sr. Presidente - É brilhante a sua colocação. Muito obrigado.

Entrega do Documento Final

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Prof. Teodósio, representante do Grupo VI, para proceder à entrega do documento final deste seminário legislativo, que será encaminhado posteriormente ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, a quem quero agradecer, mais uma vez, a presteza em demonstrar o seu comprometimento com o povo mineiro. Quando lhe expusemos a preocupação com este seminário, prontamente o Presidente Antônio Júlio, como também todos os membros da Mesa Diretora, colocaram-se inteiramente à disposição para a realização deste importante encontro. E estamos sendo os primeiros em nível nacional. Recebo este documento, Prof. Teodósio, e, antecipadamente, em nome do ilustre Deputado Antônio Júlio, agradeço mais uma vez a presença e a participação marcante e maciça de todos os senhores. (- Palmas.)

O Sr. Armindo dos Santos de Souza Teodósio - Em breves palavras, gostaria de agradecer profundamente o apoio que a Assembléia nos deu na formatação e realização deste seminário. Já foi dito por várias pessoas, mas acho importante voltar a mencionar que a Assembléia de Minas se projeta nacionalmente como um centro legislativo dos mais importantes, com ações inovadoras em várias frentes, que envolvem desde a Escola do Legislativo até os seminários de discussão.

E, na questão do voluntariado, podemos participar de um seminário democrático, plural, em que ficou demonstrada a sensibilidade da Assembléia em um tema extremamente atual e relevante. Esperamos que no futuro a Casa possa regionalizar esses debates, levando-os para o interior do Estado. Acredito que todos saímos daqui com um conhecimento mais profundo da complexidade que é o trabalho voluntário. Nesse sentido, faço das minhas palavras as de todos os presentes e agradeço aos Deputados e à Assembléia por terem realizado este trabalho e também à comissão de assessoria, que nos deu um apoio muito intenso na formatação do seminário. Muito obrigado. (- Palmas.)

- Procede-se à entrega do seguinte documento final:

GRUPO I

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1 - Planejamento e execução de eventos visando ao esclarecimento e sensibilização da sociedade sobre ações de Voluntariado. Os eventos devem ser periódicos e contarão com depoimentos de empresários, ONGs, cidadãos e poder público sobre sua experiência no desenvolvimento de projetos de Voluntariado, incluindo as etapas de planejamento, formas de sensibilização, implantação, criação e funcionamento do comitê de execução, meios de sustentação e de avaliação.

2 - Criação de um Centro de Referência de Metodologia, entre cujas atribuições constem a elaboração de um mapeamento de entidades comunitárias e a definição e divulgação de uma agenda do projeto sobre Voluntariado para 2002, 2003, que programe ações sucessivas, interligadas, de acordo com os diferentes focos de atuação, como por exemplo: idoso, meio ambiente, portadores de necessidades especiais, etc. Este centro abrigará também o Grupo de Comunicação Integrada, com função de coordenar a divulgação das propostas; lançar campanha de valorização do trabalho voluntário, dotando-o de identidade visual (logotipo) e slogan; mobilizar a sociedade para engajamento nas ações de Voluntariado, por meio de mala-direta, jornais, camisetas, bottons, adesivos e outros meios.

3 - Criação, no site da Assembléia Legislativa, de um link sobre Voluntariado, contendo:

- a) Listagem de entidades que desenvolvem trabalho voluntário, com seu foco de ação;
- b) Divulgação do trabalho do Voluntariado;
- c) Espaço para cadastramento de voluntários, com perfil e habilidades do voluntário e sua disponibilidade, com mecanismos de busca para focos de seu interesse.
- d) Disponibilização do conteúdo para qualquer outro site.

4 - Criação de legislação específica para incentivar e proteger ações de Voluntariado e consolidação da legislação inclusiva, substituindo o serviço militar por serviço voluntário.

5 - Encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação de proposta de inclusão nos currículos escolares da disciplina "Noções de Constituição e Cidadania".

GRUPO II

O PAPEL DAS EMPRESAS NO VOLUNTARIADO

6 - Divulgação da possibilidade de destinação de 6% e 1% do Imposto de Renda a ser pago, respectivamente, por pessoas físicas e pessoas jurídicas, para fins sociais, de acordo com as leis federais 8.069/90, 9.250/95 e 9.532/97.

7 - Incentivo, a ser dado pelas empresas, para que os funcionários passem a utilizar o direito de aplicar 6% de seu Imposto de Renda a pagar, como pessoa física, à finalidade que eles próprios determinem, fazendo previamente o depósito em nome do empregado que assim o desejar, evitando que ele tenha de desembolsar antecipadamente a quantia referente aos 6%.

8 - Articulação de um programa de capacitação para o desenvolvimento de atividades de Voluntariado, que auxilie a pensar estrategicamente, a partir de um profundo conhecimento da comunidade, a formar parcerias e a montar estruturas adequadas e eficazes.

9 - Desenvolvimento da consciência de que toda ação de Voluntariado tem de ser pensada estrategicamente e tem de apresentar um resultado de transformação da realidade.

10 - Criação de mecanismos para o fortalecimento das relações de confiança entre empresa, ONGs e comunidade, por meio de plena visibilidade e transparência do trabalho desenvolvido, e maior sinergia entre essas entidades.

11 - Desenvolvimento, nas empresas, de iniciativas que visem promover a participação dos funcionários em ações de Voluntariado.

12 - Criação de programas de apoio, a serem oferecidos por profissionais da área social, para funcionários e voluntários expostos a situações de trauma ou mesmo a situações que envolvam contato com diferentes culturas, crenças, religiões e costumes sociais.

13 - Maior divulgação dos benefícios indiretos que podem advir para a empresa, a partir da implantação de uma atividade de Voluntariado, valorizando o papel do empregado e sua participação na empresa.

14 - Desenvolvimento da consciência de que qualquer trabalho de Voluntariado demanda um profundo conhecimento prévio sobre o tema, a partir de uma visão global, nacional, regional e local, e a definição das ações de sucesso.

15 - Divulgação da legislação a respeito do trabalho do Voluntariado, de forma a separar legalmente a ação de trabalho da ação de Voluntariado.

16 - Captação de recursos para financiar um centro de metodologia voltado para ações de responsabilidade social.

17 - Levantamento das dificuldades e das potencialidades específicas do Brasil para se desenvolver o trabalho de Voluntariado, a fim de que ele possa ser implantado como fruto de uma cultura nova, de responsabilidade social, com metas definidas, que possam se refletir em números mais positivos dos indicadores sociais.

18 - Promover a discussão sobre a responsabilidade civil do voluntário e sobre acidentes em serviço voluntário, objetivando incluir essas questões na legislação.

GRUPO III

MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR

- 19 - Suspensão da tramitação, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do Projeto de Lei nº 1.449/2001 e formação de uma comissão que estude e discuta com mais profundidade a matéria, para propor nova formulação para o projeto.
- 20 - Consolidação de isenções fiscais e tributárias para organizações do Terceiro Setor que desenvolvam atividades voluntárias de interesse público e prestem contas ao ente federativo que tenha concedido a isenção.
- 21 - Caracterização do trabalho do Voluntariado como expressão de cidadania.
- 22 - Tratamento legal diferenciado e incentivador às ONGs e aos projetos de geração de trabalho e renda.
- 23 - Inserção, no projeto de lei estadual sobre o Voluntariado, de artigos que tratem dos seguintes aspectos:
- a) despesas com vale-transporte, alimentação, etc;
 - b) agilização e desburocratização do trabalho voluntário.
- 24 - Encaminhamento ao Congresso Nacional de sugestões de alteração na legislação federal, abrangendo os seguintes aspectos:
- a) criação de um sistema próprio de responsabilização quanto a atos dos agentes voluntários;
 - b) acidente de trabalho no serviço voluntário;
 - c) estudo de formas alternativas de proteção da entidade e do assistido em face de possíveis danos causados por voluntários;
 - d) regulamentação do trabalho voluntário de estrangeiros no Brasil e da concessão do visto.
- 25 - Criação e instalação de um fórum permanente para:
- a) formar comissão para aperfeiçoar o Projeto de Lei 1.219/2000;
 - b) elaborar projeto para formação e capacitação profissional para o Terceiro Setor;
 - c) criar rede mundial (ou participar de alguma já existente) e formar banco de dados sobre trabalho voluntário.

GRUPO IV

GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

- 26 - Criação de um sistema amplo de consultoria para as organizações do Terceiro Setor.
- 27 - Criação do "Fórum do Voluntariado de Minas Gerais", ponto de encontro para agregar a sinergia das instituições do poder público, do empresariado e do Terceiro Setor.
- 28 - Participação do Terceiro Setor nos fóruns de discussão das políticas sociais, com o objetivo de influenciar na formulação de projetos de lei e de fortalecer a Rede Mineira do Terceiro Setor.
- 29 - Criação de redes de sinergia entre os três setores.
- 30 - Desburocratização do sistema operacional do Fundo da Infância e da Adolescência - FIA - e do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, possibilitando maior fluência na tramitação dos processos.
- 31 - Flexibilização da aplicação dos recursos do FIA, beneficiando as ONGs.
- 32 - Inclusão, no sistema educacional, desde a educação infantil, de temas transversais sobre Voluntariado, de modo que cada professor, por meio do conteúdo de sua matéria específica, possa trabalhar na conscientização da importância da participação em ações de cidadania.
- 33 - Instituição de prêmio para estudantes e ONGs, com vistas a estimular o desenvolvimento de projetos sociais, com júri composto por representantes do Terceiro Setor.
- 34 - Garantia de suporte aos voluntários que necessitem de apoio psicológico, por meio de parcerias com instituições universitárias.

GRUPO V

REDES SOCIAIS

- 35 - Instituição de mecanismos de fomento à criação de redes e de fortalecimento das redes já existentes (financiamento por fundos públicos, publicações, realização de eventos, cursos de capacitação, etc).

36 - Realização de um evento sobre o tema Redes Sociais, no segundo semestre de 2002, apoiado pela Assembléia Legislativa, com a participação dos três setores.

GRUPO VI

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

37 - Discussão a respeito do "Marco Legal do Terceiro Setor", incluindo elaboração de leis de incentivo a doações a projetos sociais.

38 - Estabelecimento de ações que sejam voltadas especialmente para as pequenas ONGs.

39 - Conscientização das empresas, para que não façam apenas ações esporádicas, de cunho filantrópico, e sim dentro de uma estrutura mais ampla, com gestão competente, capaz de gerar resultados concretos de transformação social, com reflexos positivos nos indicadores sociais.

40 - Criação de formas de estímulo para que as empresas sejam socialmente responsáveis.

41 - Criação de mecanismos que facilitem o diagnóstico da situação social da comunidade, de modo a contribuir com as ONGs, uma vez que um bom diagnóstico é fator preponderante para o sucesso de projetos sociais.

42 - Capacitação do pessoal que atua nas ONGs, principalmente no que diz respeito às técnicas de gestão e de captação de recursos.

43 - Ampliação da discussão sobre captação de recursos em todas as suas esferas, incluindo recursos financeiros, humanos, físicos, parcerias e relações sociais.

44 - Elaboração de emendas e leis para que os recursos de apoio, hoje a cargo dos parlamentares, sejam alocados ao Fundo de Assistência Social, para fazerem parte de uma estratégia global com transparência.

45 - Cobrança de uma postura mais pró-ativa do governo, para que cumpra seu papel constitucional, no que diz respeito à assistência social.

46 - Instituição de mecanismos legais para que as verbas para fins sociais, aprovadas no Orçamento, sejam realmente aplicadas em sua totalidade.

47 - Desburocratização para que as pequenas ONGs tenham acesso ao Fundo Social de Assistência, inclusive isenção de impostos e de taxas nos cartórios.

48 - Divulgação dos meios de acesso aos recursos e programas que podem viabilizar os projetos sociais.

49 - Publicação, pela Assembléia Legislativa, de um manual contendo informações sobre os meios pelos quais as ONGs podem ter acesso a recursos públicos e sobre as condições para que um projeto possa ser enquadrado dentro de determinado programa público e ampla divulgação desse manual nos diversos meios de comunicação.

50 - Estabelecimento de um prazo para liberação de documentos requeridos aos órgãos públicos pelas ONGs, a fim de que elas não percam o tempo hábil para inscrição em programas, como tem acontecido.

51 - Criação de condições para que as ONGs possam regularizar-se perante o governo e se tornarem aptas a pleitear a liberação de recursos.

52 - Criação de um selo ou certificação para as ONGs, que lhes confira credibilidade, para que elas sejam de imediato reconhecidas como merecedoras de investimentos, sem necessidade de amplas exposições de documentos comprobatórios de sua idoneidade.

53 - Preparação das ONGs para receber, orientar e utilizar os voluntários dentro de um código de ética, respeitando seu perfil, suas necessidades e suas aptidões.

54 - Disponibilização, em caráter definitivo, de um telefone 0800 para o Voluntariado.

55 - Adoção de medidas para que não se troque mão-de-obra por trabalho de Voluntariado.

56 - Mobilização dos deputados estaduais, no sentido de pressionar a Câmara Federal a elaborar emendas que facilitem a destinação, por pessoas físicas e jurídicas, de 6% e 1% respectivamente, do seu Imposto de Renda ao FIA - Fundo da Infância e da Adolescência, permitindo que a destinação seja feita no momento do recolhimento do imposto pelo empregador.

57 - Elaboração de uma lei que permita o desconto do ICMS a empresas que financiem entidades de fins sociais, a exemplo da Lei de Incentivo à Cultura.

58 - Reconhecimento do trabalho prestado em ONGs pelo estudante-voluntário como período de estágio, desde que exercido em áreas relacionadas a seu curso.

59 - Intensificação da fiscalização do uso dos recursos públicos.

60 - Mobilização das Câmaras Municipais para discutir o tema do Voluntariado com a sociedade, no interior do Estado.

61 - Mobilização dos deputados estaduais, no sentido de pressionar a Câmara Federal para elaborar e regulamentar leis que facilitem a destinação, por pessoas físicas e jurídicas, de 6% e 1% respectivamente, do seu Imposto de Renda ao Fundo Nacional de Assistência Social destinado ao público alvo da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, permitindo que a destinação ocorra no momento do recolhimento pelo empregador, e não no exercício anterior.

62 - Destinação de 5% da Taxa de Segurança Pública para o Fundo Estadual de Assistência Social.

63 - Divulgação de projetos aprovados com recursos públicos.

64 - Isenção de ICMS para as ONGs que comercializem seus produtos.

PROPOSTAS MINORITÁRIAS

65 - Definição do foco, da área a ser beneficiada, tendo como objetivo sempre o que houver de melhor e mais avançado a ser oferecido.

66 - Estabelecimento de parâmetros para proteção jurídica das ONGs, com especial destaque para as atividades do Voluntariado e as do mercado formal de trabalho.

67 - Estabelecimento de critérios para que o trabalho voluntário não seja visto como forma de burlar a lei.

68 - Definição do trabalho do Voluntariado como atividade distinta do assistencialismo.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - Finalmente, a Presidência manifesta seu agradecimento às autoridades, aos representantes das entidades, aos segmentos da sociedade, bem como ao público, pela honrosa presença durante esses três dias em Belo Horizonte. Em meu nome, quero agradecer à assessoria, que nos deu total apoio e cobertura neste importante encontro. E confirmo o meu propósito porque vejo este debate como um dos mais importantes que já realizamos durante toda a existência da Assembléia Legislativa. O serviço do voluntariado é o sentimento, é o coração de cada um em benefício daquele que precisa. Movido assim, movido pelo sentimento, pela alma e particularmente pela vontade de cada cidadão e cidadã é que estamos encerrando com muito êxito este importante encontro. Tenho certeza de que Deus irá abençoar este encontro de três dias e que, deste documento importantíssimo, colheremos muitos frutos para ajudar aquele que necessita da mão amiga e do ombro daqueles que, como vocês, estão preparados para ajudar.

Ao render-lhes minha homenagem, desejo a todos um feliz retorno, colocando a Assembléia Legislativa à inteira disposição dos senhores. Achei muito importante o que o Prof. Teodósio disse. No próximo ano, poderemos regionalizar os debates em todo o interior do Estado. Vamos ouvir os anseios da região e de cada um. Somente assim poderemos efetivar, por meio da cidadania e do comprometimento público, o resgate do povo mineiro. Muito obrigado a todos os senhores e senhoras, e que Deus abençoe este importante encontro.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 9/1/2002, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 262/2002*

Belo Horizonte, 7 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para o exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anexo projeto de lei que extingue a autarquia Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP.

A proposta tem por objetivo simplificar a estrutura administrativa estadual, sem que desta medida resulte prejuízo para a execução de obras de engenharia, uma vez que a atribuição passa a ser desempenhada, nos termos do projeto, pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e consideração.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 1.935/2002

Extingue a autarquia Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP.

Art. 1º - Fica extinta a autarquia Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP, criada pela Lei nº 9.524, de 29 de junho de 1987.

Art. 2º - A competência, direitos e obrigações da autarquia extinta ficam transferidos para a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Art. 3º - Os contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela autarquia extinta ficam sub-rogados à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Art. 4º - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral fará o remanejamento dos saldos das dotações orçamentárias da autarquia extinta, apurados nesta data, para o orçamento da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas previstos na mesma programação orçamentária constantes da Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal do DEOP.

Art. 6º - O ocupante de cargo efetivo e o detentor de função pública da autarquia extinta são colocados à disposição da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, até seu reaproveitamento na administração do Estado.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102 do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 265/2002*

Belo Horizonte, 7 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei complementar anexo, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências.

A proposta regulamenta o artigo 130 da Constituição do Estado e tem por objetivo dar execução à Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que prescreve normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a cargo de cada ente da Federação.

Cumpro, assim, compromisso que tenho honrado com os diversos segmentos da comunidade jurídica, em especial com os que compõem os quadros da advocacia dos necessitados, esperando que a Assembléia Legislativa, com seu zelo habitual, dê a sua contribuição no aperfeiçoamento do novo diploma legal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência a expressão do meu elevado apreço e especial consideração.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2002

Organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências.

Título I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A organização da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, sua estrutura e competência e o regime jurídico dos Defensores Públicos regem-se pelas disposições desta lei.

Art. 2º - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Título II

Da Finalidade e Competência

Art. 3º - A Defensoria Pública, órgão integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, compreendendo a orientação jurídica, postulação e defesa de seus direitos e interesses em todos os graus e instâncias.

Parágrafo único - Considera-se necessitado todo aquele que comprovar insuficiência de recursos, na forma da lei.

Art. 4º - Compete privativamente à Defensoria Pública:

I - promover, extrajudicialmente, a orientação e conciliação entre as partes em conflito de interesses;

II - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

III - patrocinar ação civil e ação civil "ex delicto";

IV - patrocinar defesa em ação penal;

V - patrocinar defesa em ação civil e reconvir;

VI - patrocinar mandado de segurança individual;

VII - atuar como curador especial nos casos previstos em lei;

VIII - exercer a defesa da criança e do adolescente;

IX - atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais;

X - assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes;

XI - patrocinar os direitos e interesses do consumidor individual lesado, nos termos da lei;

XII - tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos da lei;

XIII - atuar junto aos Juizados Especiais de Pequenas Causas;

XIV - desempenhar outras atribuições expressamente cometidas por lei.

§ 1º - As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as pessoas jurídicas de direito público.

§ 2º - Defensores Públicos distintos poderão assistir necessitados com interesses antagônicos.

Título III

Da Organização

Capítulo I

Da Estrutura

Art. 5º - A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais compreende:

I - órgãos da administração superior:

a) Defensoria Pública-Geral;

b) Subdefensoria Pública-Geral;

c) Conselho Superior da Defensoria Pública;

d) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

II - órgãos de atuação:

a) Defensorias Públicas do Estado;

b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado;

III - órgãos de execução:

a) os Defensores Públicos.

Capítulo II

Dos Órgãos da Administração Superior

Seção I

Da Defensoria Pública-Geral

Art. 6º - A Defensoria Pública tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, escolhido dentre três Defensores Públicos de classe especial, com o mínimo de cinco anos na carreira, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista tríplice pelos integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§1º - A eleição para formação da lista tríplice far-se-á mediante voto plurinominal, direto e secreto, de todos os integrantes da carreira, em exercício.

§ 2º - A eleição referida no parágrafo anterior será regulamentada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública e deverá ocorrer noventa dias

antes do término do mandato vigente, vedado o voto por procuração.

§ 3º - A comissão eleitoral será indicada pelo Conselho Superior, cabendo-lhe encaminhar a lista tríplice ao Defensor Público-Geral, logo que encerrada a apuração.

§ 4º - Os três candidatos mais votados figurarão em lista, e, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo da classe.

Art. 7º - Compete ao Defensor Público-Geral, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou que for inerente a seu cargo:

I - dirigir a Defensoria Pública, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - representar a Defensoria Pública, judicial e extrajudicialmente;

III - velar pelo cumprimento das finalidades da instituição;

IV- integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública;

V - baixar o Regulamento Interno da Defensoria;

VI - autorizar os afastamentos justificados dos membros da Defensoria Pública;

VII - estabelecer a lotação e distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública;

VIII - dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, cabendo da decisão recurso para o Conselho Superior;

IX - proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral;

X - instaurar processo administrativo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública;

XI - praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XII - determinar correições extraordinárias;

XIII - convocar reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública;

XIV - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessários à atuação da Defensoria Pública;

XV - delegar atribuições administrativas a quem lhe seja subordinado, na forma da lei;

XVI - encaminhar ao Conselho Superior expediente para elaboração das listas de promoção e remoção no quadro da Defensoria Pública;

XVII - sugerir a aplicação da pena de remoção compulsória, aprovada pelo voto de 2/3 do Conselho Superior da Defensoria Pública;

XVIII - designar membro da Defensoria Pública para exercício de suas atribuições em órgão de atuação, diverso do de sua lotação, ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada classe.

Art. 8º - O Defensor Público-Geral será substituído, em suas faltas, ausências e impedimentos, pelo Subdefensor Público-Geral.

Seção II

Da Subdefensoria Pública-Geral

Art. 9º - O Subdefensor Público-Geral será nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, dentre os integrantes da carreira há no mínimo cinco anos, constante de lista tríplice, elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 10 - Ao Subdefensor Público-Geral compete:

I - integrar, como membro nato, na função de Vice-Presidente, o Conselho Superior da Defensoria Pública;

II - exercer a coordenação e supervisão das atividades administrativas e de apoio técnico da Defensoria Pública;

III - exercer, mediante delegação de competência, as atribuições que lhe forem conferidas pelo Defensor Público-Geral;

IV- fazer publicar os atos pertinentes ao expediente da Defensoria Pública;

V - controlar, coordenar e zelar pela execução de convênios celebrados pela Defensoria Pública com órgãos públicos ou entidades.

Seção III

Do Conselho Superior da Defensoria Pública

Art. 11 - O Conselho Superior é órgão da administração superior, incumbindo-lhe zelar pela observância de seus princípios institucionais.

Art. 12 - O Conselho Superior é composto pelo Defensor Público-Geral, pelo Subdefensor Público-Geral e pelo Corregedor-Geral, como membros natos, por mais cinco representantes integrantes da carreira há no mínimo cinco anos, eleitos pelo voto obrigatório de todos os membros da instituição em exercício, e pelos três Defensores Públicos mais antigos da Classe Especial.

§ 1º - O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral, respeitadas as exceções previstas nesta lei.

§ 2º - A eleição dos membros do Conselho Superior, para mandato de dois anos, será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de novembro, devendo ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência.

§ 3º - O Defensor Público que pretender integrar como membro eleito o Conselho Superior da Defensoria Pública deverá manifestar-se, por escrito, ao Defensor Público-Geral, no prazo de cinco dias, contado do primeiro dia útil subsequente à convocação da eleição.

§ 4º - Os Defensores Públicos eleitos para integrar o Conselho Superior serão automaticamente substituídos, no caso de vacância, pelos suplentes, assim considerados os Defensores Públicos mais votados em ordem decrescente.

§ 5º - No caso de empate na votação para a eleição dos membros do Conselho Superior, será considerado eleito o mais antigo na carreira.

§ 6º - Serão investidos no mandato tantos Defensores Públicos mais antigos integrantes da classe mais elevada quantos forem necessários para a composição do Conselho Superior, se os inscritos à eleição não atingirem o número de vagas.

Art. 13 - O membro eleito do Conselho Superior é inelegível para o mandato subsequente, salvo se na condição de suplente tenha exercido a função por prazo inferior a seis meses.

§ 1º - Os membros natos do Conselho Superior que, por qualquer motivo, deixarem de integrá-lo nesta condição, são inelegíveis para o exercício de mandato subsequente.

§ 2º - O exercício de cargo de confiança é incompatível com o de membro do Conselho Superior, exceto os membros natos.

§ 3º - Qualquer membro da Defensoria Pública poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade previstas neste artigo, cabendo da decisão recurso para o Conselho Superior, no prazo de cinco dias.

Art. 14 - A ausência injustificada de membro do Conselho Superior a três reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas implicará a perda automática do mandato.

§ 1º - O Conselho Superior apreciará, em cada sessão, as justificativas de ausência apresentadas, deliberando, por maioria, acerca do acolhimento destas, na forma do Regulamento Interno.

§ 2º - Decretada a perda do mandato pelo Presidente do Conselho, será convocado o suplente imediato para preenchimento da vaga.

Art. 15 - A posse e o exercício dos membros do Conselho Superior efetivar-se-ão na segunda quinzena do mês da eleição, em sessão solene.

Art. 16 - O Conselho Superior reunir-se-á mensalmente, em sessão ordinária, por convocação extraordinária de seu Presidente ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único - O Conselho Superior se instalará com o mínimo de seis membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples, ressalvadas as exceções previstas nesta lei.

Art. 17 - Ao Conselho Superior da Defensoria Pública compete:

I - exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública;

II - opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública;

III - indicar ao Defensor Público-Geral, em lista tríplice, os candidatos à promoção por merecimento;

IV - aprovar a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública e decidir sobre reclamações a ela concernentes, no prazo de quinze dias;

V - recomendar ao Defensor Público-Geral a instauração de processo administrativo disciplinar contra Defensores Públicos;

VI - conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo disciplinar;

VII - decidir sobre o pedido de revisão de processo administrativo disciplinar;

VIII - decidir acerca da remoção voluntária dos integrantes da carreira de Defensor Público;

IX - decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa;

X - deliberar sobre a organização do concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria Pública que integrarão a

Comissão de Concurso;

XI - recomendar correições extraordinárias;

XII - aprovar o Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública;

XIII - decidir, em sessão pública e pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, sobre a avaliação e permanência na carreira dos membros da Defensoria Pública em estágio confirmatório;

XIV - aprovar o Regulamento Interno da Defensoria Pública;

XV - exercer outras atribuições previstas em lei ou no Regulamento Interno.

§ 1º - Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos abertos e nominais, presente a maioria absoluta de seus integrantes, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

§ 2º - As decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão fundamentadas e publicadas no prazo de cinco dias, exceto nas hipóteses legais de sigilo, sob forma de deliberação.

Art. 18 - O integrante do Conselho Superior é considerado impedido nos seguintes casos:

I - quando a deliberação envolver interesse de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive;

II - quando for interessado no resultado do julgamento;

III - não comparecer à sessão de leitura de relatório ou da discussão de matéria em pauta.

Art. 19 - O impedimento poderá ser argüido pelo interessado ou qualquer integrante do Conselho Superior, até o início do julgamento.

§ 1º - Argüido o impedimento, o Conselho Superior, após a oitiva do integrante imputado impedido, decidirá a questão de plano.

§ 2º - O integrante do Conselho Superior poderá alegar o impedimento por motivo de foro íntimo, no prazo do "caput" deste artigo.

§ 3º - Serão convocados os suplentes necessários, se, em razão de impedimento de integrante do Conselho Superior, houver prejuízo, por falta de quórum legal, à apreciação de matéria em pauta, suspendendo-se, se for o caso, o julgamento.

Seção IV

Da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública

Art. 20 - A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública é órgão de fiscalização e orientação da atividade funcional e da conduta dos membros e servidores da Defensoria Pública.

Art. 21 - A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral, indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira em lista sêxtupla formada pelo Conselho Superior e nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos.

Parágrafo único - O Corregedor-Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de 2/3 (dois terços) do Conselho Superior, antes do término do mandato.

Art. 22 - À Corregedoria-Geral da Defensoria Pública compete:

I - realizar correições e inspeções funcionais;

II - sugerir ao Defensor Público-Geral o afastamento de Defensor Público que esteja sendo submetido a correição, sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando cabível;

III - propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio confirmatório de membro da Defensoria Pública;

IV - apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;

V - receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública, encaminhando-as, com parecer, ao Conselho Superior;

VI - propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública e seus servidores;

VII - acompanhar o estágio confirmatório dos membros da Defensoria Pública;

VIII - propor a exoneração de membros da Defensoria Pública que não cumprirem as condições do estágio confirmatório.

Capítulo III

Dos Órgãos de Atuação

Seção I

Das Defensorias Públicas do Estado

Art. 23 - É obrigatória a instalação de Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado.

Art. 24 - Nas Defensorias Públicas, com mais de um cargo de Defensor Público, haverá um Defensor Público como Coordenador e seus substitutos, designados pelo Defensor Público-Geral, competindo-lhes, sem prejuízo de suas funções institucionais e outras fixadas pelo Conselho Superior, especialmente:

I - coordenar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos que atuem em sua área de competência;

II - sugerir ao Defensor Público-Geral providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência;

III - remeter, semestralmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades desenvolvidas na sua área de competência;

IV - promover reuniões mensais internas para fixação de orientações, sem caráter vinculativo, e para deliberação sobre matéria administrativa, com comparecimento obrigatório, salvo motivo justificado;

V - organizar os serviços auxiliares, distribuindo tarefas e fiscalizando os trabalhos executados;

VI - presidir, mediante designação do Defensor Público-Geral, processo administrativo disciplinar relativo a infrações funcionais dos seus servidores;

VII - fiscalizar a distribuição eqüitativa dos autos ou outro expediente em que deva funcionar Defensor Público;

VIII - representar a Defensoria Pública nas solenidades oficiais em sua área de atuação;

IX - encaminhar aos órgãos da administração superior da Defensoria Pública as sugestões para o aprimoramento dos seus serviços e solicitar os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

X - solicitar ao Defensor Público-Geral a designação de estagiários;

XI - encaminhar à Defensoria Pública-Geral sugestões para a elaboração do Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública;

XII - redistribuir, em caso de afastamento, os pedidos e processos, inclusive modificando-lhes a orientação;

XIII - prestar ao Defensor Público-Geral e ao Corregedor-Geral todas as informações pertinentes às atividades da Defensoria Pública em sua área de atuação;

XIV - receber reclamações contra a atuação de Defensores Públicos, encaminhando-as à consideração do Corregedor-Geral;

XV - solicitar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública a realização de correições extraordinárias, sempre que necessário, dando-se ciência ao Defensor Público-Geral;

XVI - elaborar boletim e mapas estatísticos de processos, ações e atendimentos prestados, para efeito de relatórios periódicos;

XVII - organizar a biblioteca e o arquivo geral da Defensoria Pública, recolhendo e classificando as cópias de trabalhos, bem como o material legislativo, doutrinário e jurisprudencial de seu interesse;

XVIII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Defensor Público-Geral.

§ 1º - O Coordenador exercerá suas atribuições pelo período de um ano, permitida uma recondução.

§ 2º - As funções do Coordenador serão consideradas para apuração de mérito na ocasião da promoção.

§ 3º - As funções de que trata este artigo poderão ser delegadas a outro Defensor Público, mediante comunicação ao Defensor Público-Geral.

Art. 25 - As Defensorias Públicas poderão ser agrupadas em regiões, sob a coordenação de Defensor Público, nos termos do Regulamento Interno.

Seção II

Dos Núcleos da Defensoria Pública

Art. 26 - Os Núcleos da Defensoria Pública são compostos de Defensores Públicos e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções.

§ 1º - Em cada Núcleo servirá pelo menos um membro da Defensoria Pública.

§ 2º - Os Núcleos serão especializados, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, observado o disposto no Regulamento Interno.

§ 3º - A criação, modificação e extinção dos Núcleos serão fixadas mediante proposta do Defensor Público Coordenador e aprovada pelo Defensor Público-Geral.

§ 4º - O Regulamento Interno disporá sobre os critérios de divisão dos serviços dos núcleos.

Capítulo IV

Dos Órgãos de Execução

Seção Única

Dos Defensores Públicos

Art. 27 - Ao Defensor Público incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhe, especialmente:

I - tentar a composição amigável das partes, antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

II - postular a concessão de gratuidade de justiça, para os necessitados na forma da lei;

III - praticar os atos inerentes à postulação e defesa dos direitos dos necessitados, providenciando para que os feitos tenham normal tramitação e, quando cabível, interpor recursos para qualquer grau de jurisdição;

IV - defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis;

V - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

VI - patrocinar ação civil e ação civil "ex delicto";

VII - patrocinar defesa em ação penal;

VIII - patrocinar defesa em ação civil e reconvir;

IX - atuar junto aos Juizados Especiais;

X - representar ao Ministério Público em caso de sevícias ou maus tratos à pessoa do defendendo.

Título IV

Da Carreira de Defensor Público

Capítulo I

Da Carreira, dos Cargos e do Concurso

Art. 28 - A carreira de Defensor Público é constituída das classes de Defensor de 1ª Classe, Defensor de 2ª Classe e Defensor de Classe Especial, sendo o número de cargos de cada classe o previsto na legislação vigente.

Art. 29 - O ingresso na carreira dar-se-á em cargo de Defensor Público de 1ª Classe e dependerá de aprovação em concurso público de provas e títulos, realizado com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pelo Conselho Seccional, obedecida, para nomeação, a ordem de classificação.

Art. 30 - O concurso será realizado, obrigatoriamente, quando o número de cargos vagos for igual ou superior a dez por cento do número total de cargos da carreira, ou quando o reclamar a necessidade da instituição.

Capítulo II

Da Nomeação, da Posse, do Exercício e do Estágio Confirmatório

Art. 31 - A nomeação, a posse e o exercício do Defensor Público regulam-se pelas normas aplicáveis aos funcionários públicos civis estaduais.

Art. 32 - Cabe ao Defensor Público-Geral propor o ato de lotação do Defensor Público para exercício nos órgãos de atuação previstos no artigo 5º desta lei.

Parágrafo único - Feita a lotação inicial, o Defensor Público só poderá ser removido, por seu interesse, após cumprido o estágio confirmatório e sem prejuízo da conveniência do serviço.

Art. 33 - Decorrido o prazo de três anos de ingresso na classe inicial da carreira, se reconhecidos pelo Conselho Superior da Defensoria, a idoneidade, o zelo funcional, a eficiência e a disciplina do Defensor Público, este será confirmado no cargo.

§ 1º - Quando o relatório do Conselho Superior, apresentado sessenta dias antes do prazo referido neste artigo, concluir, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, pela não-confirmação do Defensor Público no cargo, o interessado será cientificado para apresentar defesa no prazo

de vinte dias.

§ 2º - Não havendo defesa, o Defensor Público-Geral encaminhará o expediente ao Secretário de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, que o enviará ao Governador do Estado para exoneração.

§ 3º - Havendo defesa, o Conselho Superior, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, reformará ou ratificará a decisão anterior, e, no caso de reforma, será o Defensor confirmado no cargo e, no caso de ratificação, o expediente seguirá o curso descrito no parágrafo anterior.

Capítulo III

Da Promoção

Art. 34 - A promoção consiste no acesso imediato dos membros efetivos da Defensoria Pública de uma classe para outra classe da carreira.

Art. 35 - As promoções serão efetivadas por ato do Governador do Estado, obedecidos, alternadamente, os critérios de antigüidade e merecimento.

§ 1º - É facultada a recusa à promoção, sem prejuízo do critério do preenchimento da vaga recusada.

§ 2º - A antigüidade será apurada na classe e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 3º - A promoção por merecimento dependerá de lista tríplex para cada vaga, elaborada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes do primeiro terço da lista de antigüidade.

§ 4º - Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos após três anos de efetivo exercício na classe, dispensado o interstício se não houver quem preencha tal requisito, ou se quem o preencher recusar a promoção.

§ 5º - É obrigatória a promoção do Defensor Público que figurar por três vezes consecutivos ou cinco alternadas em lista de merecimento.

Art. 36 - O Conselho Superior fixará os critérios de ordem objetiva para a aferição de merecimento dos membros da instituição, considerando-se, entre outros, a eficiência e a presteza demonstradas no desempenho da função e a aprovação em cursos de aperfeiçoamento, de natureza jurídica.

Parágrafo único - Os cursos de aperfeiçoamento de que trata este artigo compreenderão, necessariamente, as seguintes atividades:

I - apresentação de trabalho escrito sobre assunto de relevância jurídica;

II - defesa oral do trabalho que tenha sido aceito por banca examinadora.

Capítulo IV

Da Inamovibilidade e da Remoção

Art. 37 - Os membros da Defensoria Pública são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória.

Art. 38 - A remoção será voluntária ou por permuta, sempre entre membros da mesma classe.

Art. 39 - A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.

Art. 40 - A remoção voluntária far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral, nos quinze dias seguintes à publicação no órgão oficial dos Poderes do Estado, do aviso da existência da vaga.

§ 1º - Findo o prazo fixado neste artigo e havendo mais de um candidato à remoção, será removido o mais antigo na classe, e, ocorrendo empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público do Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classificado no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

§ 2º - A remoção precederá o preenchimento da vaga por nomeação.

Art. 41 - A remoção por permuta será concedida mediante requerimento dos interessados, atendida a conveniência do serviço.

§ 1º - A remoção por permuta somente será deferida após um ano de exercício como Defensor Público de classe I.

§ 2º - Presume-se inconveniente ao serviço a remoção por permuta quando um dos Defensores Públicos estiver às vésperas de aposentadoria ou exoneração do cargo, a pedido.

§ 3º - O ato de remoção é de competência do Secretário de Estado da Justiça e de Direitos Humanos.

Título V

Dos Direitos, das Garantias e das Prerrogativas

Capítulo I

Dos Direitos

Seção I

Da Remuneração

Art. 42 - A remuneração do Defensor Público é constituída de vencimentos, adicionais e gratificações, previstos em leis específicas.

Parágrafo único - O Defensor Público faz jus às seguintes vantagens:

I - ajuda de custo para despesas de transporte e mudança;

II - salário-família;

III - diárias;

IV - representação;

V - gratificação pela prestação de serviço especial;

VI - gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil acesso, assim definido pela lei de organização judiciária;

VII - gratificação especial de Natal;

VIII - um terço da remuneração, em razão de férias.

Seção II

De Outras Vantagens

Art. 43 - Serão atribuídas, ainda, ao Defensor Público gratificação e vantagem pecuniária de natureza geral concedidas por lei aos servidores civis do Poder Executivo.

Art. 44 - Os proventos da aposentadoria de Defensor Público corresponderão à remuneração atribuída ao Defensor em atividade sem prejuízo das vantagens pessoais.

Seção III

Das Férias

Art. 45 - O Defensor Público gozará de férias individuais de vinte e cinco dias úteis por ano.

§ 1º - As férias não gozadas por conveniência do serviço poderão sê-lo, cumulativamente, em período posterior, não excedendo cada etapa de gozo a dois períodos de vinte e cinco dias úteis cada um.

§ 2º - As férias poderão ser gozadas em dois períodos, um dos quais com duração mínima de dez dias úteis, de acordo com o interesse do serviço.

§ 3º - Não poderá entrar em gozo de férias o Defensor Público com autos em seu poder por tempo excedente ao prazo legal, ou em falta com tarefa que lhe tenha sido previamente atribuída.

Seção IV

Do Afastamento

Art. 46 - O afastamento para estudo ou missão, no interesse da Defensoria Pública, será autorizado pelo Defensor Público-Geral.

§ 1º - O afastamento de que trata este artigo somente será concedido pelo Defensor Público-Geral, após estágio confirmatório e pelo prazo máximo de dois anos.

§ 2º - Quando o interesse público o exigir, o afastamento poderá ser interrompido a juízo do Defensor Público-Geral.

Capítulo II

Das Garantias

Art. 47 - São garantias dos membros da Defensoria Pública:

I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições;

II - a inamovibilidade;

III - a irredutibilidade de vencimentos;

IV - a estabilidade.

Capítulo III

Das Prerrogativas

Art. 48 - São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública:

I - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;

II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;

III - ser recolhido a prisão especial nos termos da lei federal aplicável;

IV - usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública;

V - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis;

VI - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

VII - examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos;

VIII - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;

IX - requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;

X - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;

XI - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder;

XII - ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

XIII - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.

Parágrafo único - Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Defensor Público-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

Título VI

Dos Deveres, das Proibições, dos Impedimentos e da Responsabilidade Funcional

Capítulo I

Dos Deveres

Art. 49 - São deveres do Defensor Público:

I - residir na localidade onde exerce suas funções;

II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que lhes sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral;

III - representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo;

IV - prestar informações aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública, quando solicitadas;

V - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença;

VI - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VII - interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral.

Capítulo II

Das Proibições

Art. 50 - Além das proibições decorrentes do exercício do cargo, ao Defensor Público é vedado:

I - exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;

II - requerer, advogar ou praticar em juízo ou fora dele, atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos de sua profissão;

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;

IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

V - exercer atividade político-partidária enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral.

Capítulo III

Dos Impedimentos

Art. 51 - É defeso ao membro de Defensoria Pública exercer suas funções em processo ou procedimento:

I - em que seja parte ou, de qualquer forma, interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, juiz, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia, Auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione ou haja funcionado como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

VI - em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda;

VII - em outras hipóteses previstas em lei.

Art. 52 - Os membros da Defensoria Pública não podem participar de comissão, banca de concurso, ou de qualquer decisão, quando o julgamento ou votação disser respeito a seu cônjuge ou companheiro, ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Capítulo IV

Da Responsabilidade Funcional

Art. 53 - A atividade funcional do Defensor Público está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços;

II - correição extraordinária, realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços.

§ 1º - Cabe ao Corregedor Geral, concluída a correição, apresentar ao Defensor Público-Geral relatório dos fatos apurados e das providências a serem adotadas.

§ 2º - Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública.

Título VII

Da Responsabilidade Funcional

Capítulo I

Do Regime Disciplinar

Art. 54 - Pelo exercício irregular de suas funções, o Defensor Público responde civil, penal e administrativamente.

Art. 55 - A responsabilidade civil decorre do procedimento doloso ou culposos, com prejuízo do Estado ou de terceiro.

Art. 56 - A responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputadas ao Defensor Público nessa condição.

Art. 57 - A apuração da responsabilidade administrativa do Defensor Público dar-se-á mediante procedimento determinado pelo Defensor Público-Geral.

Art. 58 - A atividade funcional do Defensor Público estará permanentemente sujeita a inspeção, mediante correção ordinária ou extraordinária.

§ 1º - A correção ordinária será feita em caráter de rotina, para se avaliar a eficiência e a assiduidade no serviço.

§ 2º - A correção extraordinária será determinada pelo Defensor Público-Geral, de forma sigilosa e fundada exclusivamente no interesse do serviço.

§ 3º - A correção extraordinária será determinada pelo Defensor Público-Geral, de ofício ou sempre que for proposta pelo Conselho Superior.

Art. 59 - Concluída a correção, ouvido o Conselho Superior, o Defensor Público-Geral adotará as medidas cabíveis.

Capítulo II

Das Infrações, das Penalidades e da Prescrição

Art. 60 - São aplicáveis ao Defensor Público as seguintes sanções disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - remoção compulsória;

IV - demissão;

V - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 61 - As penas previstas no artigo anterior serão aplicadas:

I - a de advertência, reservadamente e por escrito, nos casos de violação dos deveres e das proibições funcionais, quando o fato não justificar a imposição de pena mais grave;

II - a de suspensão, até noventa dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência;

III - a de remoção compulsória sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do Defensor Público no órgão de sua lotação;

IV - a de demissão, nos casos de reincidência em falta punida com suspensão ou remoção compulsória, e nas seguintes hipóteses, dentre outras previstas em lei:

a) lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio estatal ou de bens e valores confiados a sua guarda;

b) improbidade administrativa, nos termos da lei;

c) condenação por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, quando a pena aplicada for igual ou superior a dois anos;

d) incontinência pública escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade ou decoro inerentes ao cargo e à instituição;

e) abandono do cargo;

f) revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo;

g) aceitação ilegal de cargo ou função pública;

V - a de cassação de aposentadoria ou disponibilidade nos casos de falta punível com demissão, praticada quando ainda no exercício do cargo.

§ 1º - A suspensão importa, enquanto durar, na perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo.

§ 2º - Considera-se reincidência, para os efeitos desta lei, a prática de nova infração no período de quatro anos após a notificação ao infrator sobre ato que lhe tenha imposto pena disciplinar.

§ 3º - Considera-se abandono do cargo a ausência do Defensor Público aos serviços, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos ou noventa dias intercalados, no período de doze meses.

Art. 62 - Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as

circunstâncias em que esta foi praticada e os danos ao serviço ou à dignidade da instituição.

Art. 63 - Serão impostas as penas:

I - de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade, pelo Governador do Estado, mediante processo administrativo;

II - a de remoção compulsória, pelo Secretário de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, garantida ao interessado ampla defesa, sendo obrigatório o processo administrativo;

III - de advertência e suspensão pelo Defensor Público-Geral.

Art. 64 - Prescreverá:

I - em um ano, a falta punível com advertência;

II - em dois anos, a falta punível com suspensão;

III - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único - A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

Art. 65 - A prescrição começa a correr:

I - do dia em que a falta for cometida;

II - do dia em que cessar a continuação, na hipótese de falta continuada;

III - do dia em que cessar a permanência, na hipótese de falta permanente.

Parágrafo único - Interrompe a prescrição a instauração do processo administrativo ou a citação para a ação judicial.

Capítulo III

Da Sindicância e do Processo Disciplinar

Art. 66 - A sindicância, sempre de caráter sigiloso, será determinada pelo Defensor Público-Geral ou pelo Conselho Superior, para apuração de falta funcional.

Art. 67 - O sindicante colherá as provas pelos meios pertinentes aplicando-se as disposições relativas ao procedimento disciplinar.

Art. 68 - Na sindicância será obrigatoriamente ouvido o sindicado, sob pena de nulidade.

Art. 69 - Encerrada a sindicância, o sindicante encaminhará os autos ao Defensor Público-Geral, propondo as medidas cabíveis.

Art. 70 - Compete ao Defensor Público-Geral determinar a instauração do procedimento disciplinar para a apuração da falta punível com as penas de suspensão ou demissão, observado o sigilo no procedimento.

Parágrafo único - Se a infração for punível com a pena de demissão, caberá ao Conselho Superior, pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, deliberar sobre a matéria, diligenciando, em seguida, sobre os procedimentos ulteriores.

Capítulo IV

Da Revisão e da Reabilitação

Art. 71 - A qualquer tempo pode ser requerida a revisão do procedimento disciplinar, desde que se aduzam circunstâncias suscetíveis de justificar nova decisão.

§ 1º - O pedido de revisão será dirigido ao Defensor Público-Geral, que, se o admitir, determinará o seu processamento em apenso aos autos originais e designará comissão revisora composta de três Defensores Públicos de classe igual ou superior à do interessado que não hajam participado do procedimento disciplinar.

§ 2º - Concluídos os trabalhos, serão os autos remetidos ao Conselho Superior da Defensoria Pública, o qual julgará procedente ou improcedente o pedido de revisão, decidindo o mérito.

§ 3º - Julgada procedente a revisão pelo Conselho Superior, o processo será encaminhado à autoridade aplicadora da pena, propondo-se o seu cancelamento.

Art. 72 - A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou, se falecido, pelo cônjuge, companheiro ou companheira, ascendente, descendente ou irmão ou, se interdito, pelo curador.

Art. 73 - Decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que lhe houver imposto penalidade disciplinar de advertência ou suspensão, poderá o Defensor Público requerer ao Conselho Superior da Defensoria Pública o cancelamento das respectivas notas nos assentos funcionais,

salvo se reincidente.

Título VIII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 74 - Aplicam-se ao Defensor Público, no que não estiver excepcionado nesta lei, as normas atinentes aos servidores públicos civis do Estado.

Art. 75 - A Defensoria Pública, nos termos da lei, poderá manter estágio profissional para acadêmico de Direito que esteja matriculado nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido.

§ 1º - Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de um ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período.

§ 2º - Os estagiários poderão ser dispensados do estágio, antes de decorrido o prazo de sua duração, nas seguintes hipóteses:

I - a pedido;

II - por prática de ato que justifique seu desligamento.

§ 3º - O tempo de estágio será considerado serviço público relevante e como prática forense.

Art. 76 - A primeira eleição para escolha de Defensor Público-Geral, na forma do artigo 6º, realizar-se-á no prazo de noventa dias contados da data de publicação desta lei.

§ 1º - A eleição será organizada por Comissão Eleitoral constituída pelo Defensor Chefe em exercício e integrada por dois representantes de cada classe da carreira.

§ 2º - Até a posse do Defensor Público-Geral, o Defensor Chefe em exercício responderá pelas funções do cargo.

Art. 77 - O Dia Nacional do Defensor Público será comemorado no dia 19 de maio de cada ano, e o Dia do Defensor Público do Estado de Minas Gerais, na data da publicação desta lei.

Art. 78 - A Defensoria Pública publicará, periodicamente, a Revista da Defensoria Pública de Minas Gerais, com a finalidade de divulgar trabalhos jurídicos de interesse da instituição.

Art. 79 - Ao membro ou servidor da Defensoria Pública é vedado manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente, na linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive.

Parágrafo único - Considera-se chefia imediata, para os fins deste artigo, a subordinação administrativa direta ao membro ou servidor da Defensoria Pública.

Art. 80 - Os honorários de sucumbência devidos aos Defensores Públicos, quando no exercício de suas atribuições institucionais, serão partilhados igualmente entre os membros da Defensoria Pública, em atividade.

Parágrafo único - A regulamentação da distribuição dos honorários de sucumbência será aprovada pelo Conselho Superior mediante proposição de comissão paritária para esse fim designada, assegurada a representação de membros da Defensoria Pública e de todas as classes.

Art. 81 - O Governador do Estado encaminhará projeto de lei à Assembléia Legislativa, para adequação do quadro de pessoal da Defensoria Pública ao disposto nesta lei.

Art. 82 - Fica assegurada, para todos os efeitos, a atual lotação dos membros da Defensoria Pública, nos respectivos órgãos de atuação.

Art. 83 - Aplica-se à Defensoria Pública do Estado, subsidiariamente, a Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Art. 84 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 85 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 86 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 21.453, de 11 de agosto de 1981."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 78/01

CONVITE Nº 57/01

Em 9/1/2002, o Sr. Diretor-Geral da Assembléia Legislativa negou provimento ao recurso interposto pela empresa True Access Consulting Ltda., com base nas informações prestadas pela Gerência de Compras, mantendo a decisão recorrida.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/01

CONVITE Nº 59/01

Objeto: aquisição de diversos materiais de escritório. Licitantes vencedoras: Oásis Distribuidora Ltda. (itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 11, 13, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31 e 32), Ripel Comércio de Papéis e Materiais de Escritório Ltda. (itens 07, 08, 09, 10, 18, 26, 27, 28 e 33), Begumavi Mercantil Ltda. (itens 12 e 21), Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda. (item 14), Encapa Atacado e Varejo Ltda. (item 15) e Gráfica Yago Ltda. (itens 20 e 34).

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/01

CONCORRÊNCIA Nº 3/01

A Comissão Especial de Licitação da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais comunica aos interessados que a Associação Brasileira de Agências de Publicidade, Capítulo Minas Gerais - ABAP-MG -, a Associação Mineira de Propaganda - AMP - e o Sindicato das Agências de Propaganda no Estado de Minas Gerais - SINDAPRO-MG -, apresentaram à ALEMG sugestões para alteração do edital da Concorrência em epígrafe, as quais não foram acatadas por esta Comissão, com base no Parecer nº 4.215/2002, da Procuradoria-Geral desta Casa. As sugestões de alteração apresentadas e a decisão da Comissão encontram-se à disposição dos interessados.

Comunica, ainda, que a empresa Asa Comunicação apresentou pedido de esclarecimentos sobre os subitens 3.3 e 3.3.1 do edital. O referido pedido, assim como os esclarecimentos prestados pela Comissão, encontram-se também à disposição dos interessados no 14º andar do Ed. Tiradentes, localizado na Rua Rodrigues Caldas, 79 - Bairro Santo Agostinho.

Eduardo de Mattos Fiúza, Presidente da Comissão Especial de Licitação.

ERRATA

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.291/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/12/2001, na pag. 46, col. 4, acrescente-se à proposição o seguinte art. 8º, renumerando-se os subseqüentes:

"Art. 8º - Fica assegurado aos devedores de empréstimos contraídos com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, remanescentes das operações do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE -, do Banco de Crédito Real de Minas Gerais - CREDIREAL - e da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - MinasCaixa -, o direito de quitar as dívidas por meio de precatórios de sua titularidade, obtidos mediante sentença judicial transitada em julgado, contra órgãos da administração direta e entidades da administração indireta do Estado."